

REVISTA DA
ACADEMIA
PARANAENSE
DE LETRAS

Nº 70
2020
CURITIBA PARANÁ

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
DIRETORIA GESTÃO 2019-2020

<i>Presidente</i> Ernani Buchmann	<i>Orador</i> Paulo Vítola
<i>Vice-Presidente</i> Eduardo Rocha Virmond	<i>Editor da Revista APL</i> Eduardo Rocha Virmond
<i>Primeira Secretária</i> Marta Morais da Costa	<i>Observatório da Cultura Paranaense</i> <i>Projeto Academia vai à Escola</i> Chloris Casagrande Justen
<i>Segundo Secretário</i> Antonio Carlos Carneiro Neto	<i>Comissão de Avaliação de Candidaturas</i> Albino Freire
<i>Primeiro Tesoureiro</i> Nilson Monteiro	<i>Membros</i> Adélia Maria Woellner Ricardo Pasquini
<i>Segundo Tesoureiro</i> Dante Mendonça	<i>Conselho fiscal</i> José Pio Martins Guido Viaro Maria José Justino
<i>Diretor Jurídico</i> René Ariel Dotti	
<i>Diretor de Comunicação</i> Nilson Monteiro	
<i>Diretor de Patrimônio</i> Darci Piana	

REVISTA DA ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS
Publicação da Academia Paranaense de Letras
Ano 80, nº 70, novembro de 2020.
A revista não se responsabiliza pela redação, nem pelos conceitos emitidos pelos seus colaboradores.

PROJETO GRÁFICO
Rita Solieri Brandt

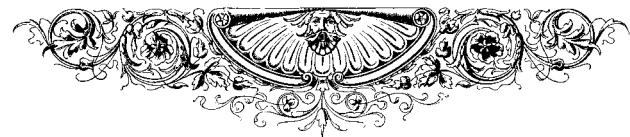
ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Fundada em 26 de setembro de 1936, teve seus estatutos registrados em 7 de março de 1974 no Cartório do 1º Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Curitiba, PR, arquivados sob n.º 164.893 e registrados no Livro A n.º 3.112, e também junto ao Conselho do Serviço Social do Ministério da Justiça sob n.º 53/67.

SEDE | Edifício Belvedere
Praça João Cândido | Setor Histórico
Curitiba/PR – Tel. 41 3883 4530
www.academiaparanaensedeletras.com.br
e-mail: secretaria@academiaparanaensedeletras.com.br

PRESIDENTES

Ulisses Falcão Vieira (1936-1942)
Oscar Martins Gomes (1942-1951)
Otávio de Sá Barreto (1951-1957)
Oscar Martins Gomes (1957-1966)
Osvaldo Piloto (1966-1970)
Vasco José Taborda Ribas (1970 -1990)
Felício Raitani Neto (1990 -1992)
Valfrido Pilotto (1992-1994)
Túlio Vargas (1994 - 2008)
Lauro Grein Filho (2008)
José Carlos Veiga Lopes (2008 - 2010)
Chloris Casagrande Justen (2010)
Eduardo Rocha Virmond (2011-2013)
Chloris Casagrande Justen (2013-2016)
Ernani Buchmann (2017-2020)



PREÂMBULO

Por EDITOR
EDUARDO ROCHA VIRMOND

Estamos agora, e por muito tempo, submetidos a algo incontrolável, que jamais pensaríamos que pudesse acontecer, a ditadura desta peste, o vírus COVID-19, do qual a ligeira defesa é ficarmos em casa, ou empunharmos uma máscara, longe de aglomerações, carregando um vidro com o denominado álcool gel 70 para uso permanente em nossas mãos. Difícil de cumprir, mas absolutamente necessário.

A última vez que tivemos comunicação era quando tínhamos a esperança de publicar duas revistas da Academia Paranaense de Letras este ano – o que se transformou no impossível. Esta revista vale por 2020 e é bastante.

Apesar de todas as dificuldades, membros da nossa Academia Paranaense de Letras se fizeram presentes, ao lado de convidados, e estamos com um elenco invejável e os assuntos são múltiplos.

Pois é deste heterogênio de formações, de carreiras, por assim dizer de culturas, que vem se revelar em cada número da Revista da Academia Paranaense de Letras, demonstrando uma riqueza de atitudes, de interesses, que vale a pena cultivar.



FLUTUAÇÃO

Por ADÉLIA MARIA WOELLNER

Ela se vê no meio da cozinha enorme, a mesa vazia, sem toalha alguma para aquecer a madeira. Sente o cheiro de fogo apagado. Na bacia de alumínio, a xícara do chá de camomila esperando ser lavada. Sabe de cor o lugar onde está lascada, desde o dia em que, distraída, bateu-a na prateleira. Não faz diferença... toma o chá do mesmo jeito. Abre a porta de ferro. Coloca as lascas da lenha na goela do fogão. Insiste para que o fogo acenda. Ela também se sente assim... Assopra... assopra... sente o cansaço na própria goela, a boca enrugada se franze no esforço... assopra... assopra... Nem o calor da chapa consegue aquecer suas mãos. Nem pensa. Nada pensa. Carrega os pés até a cadeira. O monte de feijão, preto, tão escuro quanto têm sido os dias de ausência. Olha cada um, escolhe, separa a sujeira... o barulho dos grãos caindo na panela de ferro ressoam como momentos que estouram e desaparecem. É tarde. Abre a gaveta emperrada de tempo e de saudade. Abandonado, o bracelete. Não vale nada. Mudou de cor. O nome escrito continua gritando o instante em que foi oferecido. Ainda sente a polpa doce do beijo, que agora balança na argola presa à letra mais importante do seu nome. A boca enrugada se franze sem esforço... Dissolve-se a cena. Ela mesma se dissolve no instante. Olha cada passo. Seu pé é estranho. Não faz barulho na grama seca. Onde está o orvalho? A noite parou de chorar a lua? Rasga a ponta do dedo. A rosa se assanha. Ontem era botão; se fez mulher, desabrolhou-se. Sente a carícia quente. Levanta a saia, com gestos indecisos. Observa o sangue que escorre livre, rompendo limites. Sopra as brasas... o

colorido é necessário, vital mesmo. Precisa reprender a soprar as cinzas que afogam o coração. Mexe os dedos, compulsivamente. Debulha a pinha. Retira as lascas de pinhão faltado, que servem de cama, berço, abraço, aconchego para os pinhões robustos, brilhantes, brasas criadas no pinheiro. Senta na escada da cozinha, abraça as pernas, dobra-se... o queixo encontra um berço e se encaixa. Olha as duas formigas... conversam? Amam-se? Nada mais depois delas, nem com elas, nem além delas. Elas são, apenas são... Bem-te-vi... bem-te-vi... que o quê? Ninguém me viu... nem vê... atrevido, debochado. Nem sou. Cale a boca. Bem-te-vi... nem-te-vi... nem-te-vi... Nem te ouvi... Só ouve o choro ancestral. Incomoda, irrita. Grita. É tão antigo. A blusa está úmida. A água branca, morna, verte abundante do peito tumido. Está peito morto, desfeito de afeto... então, chora. Chora pelo bico do seio, agora infértil, como o ventre, murcho, e o coração exaurido. Até os olhos ensecaram, ressecaram, arderam, porque áridos, brasas apagadas, sem cor nem brilho. Assopra... assopra... a boca enrugada se franze... os olhos encolhem e doem. Tudo grita... o bem-te-vi, a rosa, o sangue, o leite, o feijão, o fogão, a pinha, a escada, a formiga...o bracelete... o bracelete que ainda guarda o nome e o beijo. A boca enrugada se alarga, alonga, dilata, ampliando as fissuras dos anos. Ouve o barulho que se repete e se renova. O eco ressoa. Insiste, persiste. Meu Deus! O coração ainda vive, palpita, anseia...

Algumas lembranças acordam e promovem desfile não desejado. Indesejada, também, a lágrima que se solta, perfurando o espaço. Tanta história compartilhada... não, porém, as investidas íntimas, profundas e solitárias, protegidas na gaveta só agora violada. E ele seria capaz de jurar que a conhecia muito bem...



TROTSKY. ASSISTA COM MODERAÇÃO

Por ADHERBAL FONTES

Herói de filmes de ação ou rock star?

O resumo da nova série do Netflix está em PopKult, portal de propaganda soft do regime de russo.

Trotsky é uma mini-série de oito episódios sobre a vida de Leon Trotsky. Dirigido por Alexander Kott e Konstantin Statsky. O ator Konstantin Khabensky faz Leon Trotsky, reprisando um papel que ele criou e desempenhou dez anos atrás na série biográfica Esenin, *dedicated to Soviet poet Sergei Esenin*. Trotsky foi criado em colaboração com PP Productions of Mexico and Sreda Productions da Russia.

Apesar da distribuição internacional e de vários prêmios conquistados, Trotsky tem sido bastante criticado por imprecisões históricas e pelo tom melodramático. Em resposta, o produtor Konstantin Ernst declarou que a série foi criada como ficção baseada na biografia do político e não como documentário.

A Rússia possui uma poderosa máquina de propaganda capaz até de interferir nas eleições norte-americanas de 2016 para facilitar a eleição de Donald Trump. A série Trotsky, produzida em 2017 pelo Canal 1 pode ser assistida no Netflix e deve ser encarada como um produto da propaganda de Putin.

Benjamin Stephens escreveu no Jacobin, publicação da esquerda norte-americana:

"Putin está reescrevendo a história de maneira sinistra para agradar à direita que domina a política na Rússia atual. Em apenas 45 minutos da primeira parte, você descobre que Trotsky transmite, além de sexo e violência, um conjunto de imagens selvagemente antisemitas que vem de uma longa e tradição do pensamento reacionário russo. A série parece um casamento da política antideluviana dos aristocráticos imigrantes russos brancos com a estética populista contemporânea de Zack Snyder ou Christopher Nolan. Mostra Trotsky como a mente que forjou a revolução por trás da figura de Lenin."

Assim como a extrema direita contemporânea renovou-se chamando a si mesma de "populista" em oposição aos "globalistas" sustentados pelo "dinheiro do Soros", Trotsky empacotou seu recado político em estética populista. Não se trata de um épico histórico meticulosamente elaborado como os de Eisenstein, Bondarchuk ou Tarkovsky. É uma colorida narrativa de supervilões, apimentada com toques de sexo e violência.

Nicole Ford, *in Foreign Affairs*, tem uma visão parecida:

"A série de oito capítulos reduz os líderes da Revolução de 17 a simples arquétipos, copiados das séries de gangsters da época de ouro de Hollywood. Lenine é o Edward G. Robison do melodrama – baixa estatura mas cheio de ameaças megalomaníacas. Stalin tem o jeito frio, raivoso, mas controlado de George Raft. E Trotsky é uma espécie de James Gagney, capaz de tiradas épicas e atos cruéis."



www.netflix.com

Uma das críticas mais duras vem do *World Socialist web site* e começa pelo título da matéria: "Um degradante espetáculo de falsificação da história e de antisemitismo":

"A minissérie é uma exposição da depravação política, intelectual e cultural de todos os envolvidos no patrocínio e produção dessa grotesca falsificação da história. Ele mistura mentiras, pornografia, anti-comunismo e anti-seminismo.

O regime de Stalin, que procurava se apresentar como a continuação política da revolução socialista de 1917, retratou Trotsky como agente do imperialismo britânico, do fascismo alemão e dos japoneses. O governo de Putin, que tenta se apresentar como a ressurreição da mãe Rússia, retrata Trotsky como um judeu bolchevique anti-cristo."

El País publica matéria assinada por Maria R. Sahuquillo e David Marcial Pérez, que ouviram historiadores e o Volkov Bronstein,

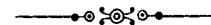
neto de Trotsky. Todos consideram a série cheia de invenções:

"Entre as muitas falsidades que encontraram naquele roteiro:

- 1) que Ramón Mercader, seu assassino, era amante de Frida Kahlo;
- 2) que o criminoso era seu biógrafo;
- 3) que o assassinato ocorreu em legitima defesa."

The Guardian ainda não publicou nova resenha que o lançamento internacional parece exigir. Na de dois anos atrás, o correspondente em Moscou Shaun Walker citou o produtor Konstantin Ernst sobre o motivo de não escolherem Lenin para estrelar o show do centenário da revolução russa:

"Trotsky era um verdadeiro rock star, e foi assim durante toda sua vida, não apenas durante a Revolução de Outubro".



ABUSO DE AUTORIDADE

Por ALBINO FREIRE

Aeroporto de Miami. Área de embarque. Controle da Polícia Federal. Bem que, no ano passado, eu estava com certo pressentimento e não muito a fim de viajar para o exterior, nessa época de dólar nas alturas. Depois de certa idade, a gente não tem muita paciência pra muita coisa. Além do mais, pessoalmente, eu não tinha interesse em comprar coisa alguma ali no paraíso dos consumistas. Mas, acabamos indo, eu com a família. E, apesar dos pesares, não escapamos das irresistíveis ofertas, que cintilavam em todas as direções. Afinal, a viagem era um compromisso meu para com meu neto adolescente. Eu conhecera Miami anos atrás, e estávamos agora retornando de prazeroso cruzeiro pelo Caribe. Cansados, prestes a embarcar no avião de volta para o Brasil, já havíamos ultrapassado as esteiras da Polícia Federal. Em determinado momento da fila, nosso grupinho familiar foi separado por um funcionário da Imigração: minha filha, com meu genro e meu neto tiveram de seguir para um lado; eu e minha mulher, para outro. Minha mulher seguiu em frente, mas eu fui instado a passar por um aparelho moderno, o "scanner", em que a gente tem de levantar os braços e pôr as mãos na nuca, em sinal de rendição. Ao lado da gente, policiais conduzindo ameaçadores cães farejadores. A propósito, já viajei bastante, em minha vida, conheci vários países, alguns dos quais costumo revisitar quase anualmente. Portanto, não sou um neófito. O terrorismo global não me assusta ao ponto de não fazer mais turismo. E lhes confesso que nunca

tinha presenciado algo parecido. De repente, um policial grandalhão começou a berrar comigo e eu, que não falo inglês, não entendia o que ele realmente queria. Minha mulher e minha filha, do outro lado do cordão, voltaram, tentando ajudar na comunicação, mas foram afastadas bruscamente, enquanto o policial não parava de vociferar, em altos brados, apoiado por seus colegas, impedindo qualquer aproximação ou manifestação daquelas. O que está acontecendo? Por que ele está berrando assim comigo? Mas, o policial, grosseiro e impaciente, gritava mais ainda, batendo com as palmas das mãos nos próprios ouvidos, perguntando, soube depois, se eu era surdo. Não sou surdo, só não falo sua língua! Afinal, o que havia de errado? Por que ele gritava o tempo todo, gesticulando feito louco? Não gosto que gritem comigo. Muito menos agora, que não sou mais um rapazola, porém – detesto admiti-lo – um idoso, mas honrado e íntegro. Não tinha e não tenho nada a esconder. Podem abrir e vasculhar minhas malas. Decididamente, ele não tinha o direito de gritar com ninguém, daquele jeito. Li, em algum lugar, que há coisas na vida pelas quais ninguém precisa passar, independente da idade. Essa era uma delas. Mas, vejam só! Por suprema ironia do destino, vim a descobrir, logo depois, que parte da culpa do incidente foi minha. Entretanto, nada justifica a atitude agressiva e desrespeitosa do agente público. Agitando braços e mãos, sempre aos berros, ele queria saber o que eu levava *escondido* na cintura e num bolso da calça. Tirei a pochete interna, onde havia alguns dólares, sobras da viagem, e, num bolso de trás da calça, uma carteira de identificação com distintivo metálico e meus documentos. Acho que foi isso que desencadeou toda aquela cena: o metal da carteira. Abriram a pequena bolsa de pano e a carteira, onde encontraram documentos e um pouco de dinheiro: alguns dólares e reais. Chamaram uma especialista, que passou um aparelho em meus braços e mãos, onde teriam aparecido *vestígios suspeitos*... Que vestígios suspeitos, meu Deus? Seria apenas um pretexto para justificar minha condução para outro recinto? Para onde

me levariam? O que estariam eles aprontando comigo? Logo vieram dois outros policiais mais silenciosos e que – felizmente – falavam espanhol e me conduziram para uma sala reservada. Minuciosa revista, longo interrogatório, muitas anotações em várias folhas de papel, como nome, endereço, CPF, filiação, motivo da viagem etc., sob o olhar vigilante e atento de outro policial jovem, com jeito e sotaque latinos, de braços cruzados, o tempo todo. Aliás, não sei por que tantas perguntas, cujas respostas eles mesmos estavam copiando de meus documentos, que se encontravam em suas mãos. Algum tempo depois, o policial que fazia as anotações saiu, talvez para fazer breve pesquisa na internet. O outro, mais jovem, rompeu finalmente o silêncio e perguntou-me se eu era brasileiro. Sim, disse eu, além de ser homem honesto e cumpridor de minhas obrigações, respeitado e considerado em meu país. Não sou terrorista nem contrabandista nem traficante. Daí, minha estranheza por aquele procedimento inusitado. Eu, entretanto, mordia a língua, demonstrando uma calma improvável, para não ser traído pela raiva infinita que me invadia naquela oportunidade. Realmente, eu já fazia ideia de tudo aquilo. Mas, nós sempre achamos que isso só acontece com os outros. Alguém poderia questionar: Não estariam eles, os bravos policiais, apenas fazendo seu trabalho? Os tempos modernos, de ataques terroristas e bombas, e de insegurança total, não justificariam esse comportamento? Penso que não! Creio que existem outras maneiras menos agressivas e autoritárias de se exercer tal mister. Que fique bem claro! Não sou melhor do que ninguém. O que me revoltou não foi o que eles fizeram (que é obrigação deles), mas o modo como o fizeram (com flagrante desrespeito ao cidadão). Tinha lido em determinado blog que, sendo você sorteado, como eu fui, mesmo que eles o insultem, o provoquem, com ofensas ou gracejos nem sempre adequados, você deve manter a calma, com cara de paisagem. Pois, se você der um pio, se esboçar um sorriso meio irônico, qualquer sinal de arrogância, estará dando motivo para um banzé do capeta. Seja

paciente e cordato. Não demonstre o menor sinal de irritação. Diga e finja que vai colaborar. Você não tem pra quem apelar. É uma sensação de abandono, de impotência infinita. Ora, numa democracia (e os EUA se gabam de ser a maior democracia do mundo), a presunção de inocência é preceito constitucional. Não cometi nenhum crime, nenhuma infração. Logo, devo ser tratado como inocente, não como bandido, até prova em contrário.

Mas, afinal, por que tudo isso? – perguntei ao policial. Diga-me, rapaz, você está vendo aquelas pessoas esperando ali adiante? São minha mulher, minha filha, meu genro e meu neto. Todos eles presenciando esta cena deprimente, além de meu constrangimento perante os demais passageiros... Ih! Já estava indo além da conta.

Não é nada demais, disse ele, friamente. Procedimento rotineiro, por amostragem. Então, eu caíra na malha fina. Ah, sim... Mas, imagine que um dia, num aeroporto como este, de férias num país estranho cuja língua você não domine, você, já idoso como eu, venha a passar por um vexame igual. Um agente autoritário gritando com você, na presença de seus familiares, de seu netinho, e você sem saber o que está acontecendo, humilhado perante tanta gente... Foi nesse exato momento que, por sorte, o outro policial chegou, interrompendo nossa conversa, e, depois de fazer mais algumas anotações, me liberou. Creio que, realmente, tive sorte. Teria eu sido salvo pela urgência do horário de meu vôo? Vai saber... Assim como fizeram aquele estardalhaço todo, por nada, bem que poderiam prender-me por desacato ou sei lá o quê. Simplesmente, invocaram comigo. Assim como não seria impossível aparecer, milagrosamente, num passe de mágica, não apenas *vestígios suspeitos* em minhas mãos, mas até algum providencial pacotinho branco dentro de minha pochete ou de minha mala... Pensando bem, o clima era propício. Aí, sim, a coisa ia ficar preta de verdade!

50 ANOS DO APOGEU DO FUTEBOL BRASILEIRO

Por ANTONIO CARLOS CARNEIRO NETO

É preciso, infelizmente, ter mais de 50 anos para ser, de fato da geração do rádio.

Pouco depois viria a televisão e depois dela nunca mais se pôde imaginar o mundo apenas através das palavras. A Copa do Mundo de 1966, na Inglaterra, foi a última com transmissão dos jogos para a torcida brasileira exclusivamente pelo rádio.

Pelas ondas hertzianas as narrações dos locutores entravam pelos microfones até chegar aos aparelhos radiofônicos, elétricos ou a pilha. Daí para frente, era a imaginação de cada ouvinte que criava a ilusão dos acontecimentos e a ludicidade dos fatos descritos no campo de jogo.

Exatamente uma Copa que ficou dolorosamente marcada pela desorganização da nossa seleção que deitou em berço esplendido após a conquista do bicampeonato mundial em 1958-62 e não se preparou convenientemente para a primeira tentativa do Tri na loura Albion.

No futebol, o Brasil que dá certo é um símbolo que se carrega no coração. Mas é sempre bom saber a diferença entre Estado, Pátria e Nação.

Em um país com tradição política incompetente e corrupta, automaticamente com governos deficientes e inoperantes, administradores públicos e políticos sempre vigiados pela população mas nem sempre alcançados pelas garras da lei, o futebol funciona como uma espécie de válvula de escape para aliviar a pressão. Assim como o carnaval, as festas juninas e a temporada de praia no verão.

Mesmo desanimado com essa impressionante sucessão de

maus governos e de sobressaltos econômicos, sem enxergar uma luzinha no fim do túnel, o brasileiro se empolga com o seu vitorioso time de futebol.

Quando se reúnem, a camisa da seleção serve como fronteira para demarcar valores comuns a todos que se emocionam nos primeiros acordes do Hino Nacional. Representa o título na cabeça e a mãe gentil no coração.

Ter visto jogar craques é privilégio. Conviver com esses craques, ainda hoje, é benção.

Pelas duas graças que me foram concedidas, Senhor, muito Lhe sou grato.

Quem está lendo há de estar indagando quais são essas graças. Garanto que não são as da mitologia grega, pois que eram poucas; mas as divinas, que são generosas e, uma vez concedidas, fartas e deleitosas.

A geração do Tricampeonato mundial entendia de futebol, mas, sobretudo, entendia de vida. Por ter sofrido a dor da perda do título para o Uruguai, no Maracanã, em 1950, e fracassado no Mundial seguinte na Suíça, a responsabilidade na Suécia foi muito grande em 1958. Por ter sofrido os caminhos da derrota, souberam abrir com os pés e com a cabeça os caminhos da vitória, que afinal nos chegou em dose dupla com a consagração do Bicampeonato em 1962, no Chile.

Neste ano comemoramos 50 anos do apogeu do futebol brasileiro.

Há meio século, no México, a seleção conquistou o Tri e alcançou o zênite da sua existência.

Tecnicamente as seleções do Bi e do Tri sem equivaliam, lembrando que Pelé chegou ao México doze anos mais velho do que na primeira experiência como camisa 10 canarinho.

Mas tudo foi bem conduzido para a campanha do Tri, desde as Eliminatórias sob o comando técnico do jornalista João Saldanha. Ele soube escolher os melhores jogadores, definiu o plano tático e deixou a moçada liberada em campo para verdadeiros shows ou recitais com a bola correndo de pé em pé.

Daí, com Zagallo no comando e uma comissão-técnica bem estruturada, a fabulosa equipe nacional chegou ao local da Copa



com larga antecedência, adaptou-se aos altiplanos mexicanos e teve tempo para treinar, ganhar entrosamento e confiança.

Quando a bola começou a rolar foi um espetáculo inesquecível, indelevelmente marcado em nossas retinas, por ter sido a primeira Copa do Mundo transmitida pela tevê. Foi uma geração maravilhosa de grandes craques.

A marcante cena final foi ver Pelé, com um sombrero na cabeça, carregado por torcedores no Estádio Azteca na comemoração repleta de emoção.

Foi a última imagem que ficou gravada. Cinquenta anos se passaram e a alegria do triunfo, absolutamente arrebatador, mantém-se intacta em minha mente.

O futebol brasileiro passou a ser respeitado e enaltecido internacionalmente até os dias de hoje. Depois vieram mais dois títulos mundiais e novos ótimos jogadores surgiram para deleite de todas as plateias que não se cansam de aplaudi-los nos estádios e arenas pelo mundo afora.

Por estas e outras, apesar de tudo, é muito bom ser brasileiro.





Library of Congress, New York World-Telegram & Sun Collection | Walter Albertin

FELLINI FOI GRANDIOSO ATÉ EM SEUS FRACASSOS

Por ANTONIO CARLOS CARNEIRO NETO

O mundo das artes comemora neste atípico ano de 2020 – dramaticamente marcado pela epidemia do coronavírus – o centenário de nascimento de um dos maiores gênios criativos do cinema: o italiano Federico Fellini.

Nos filmes de Fellini a câmera está no lugar certo para cada tomada. Com um detalhe muito particular da sua genialidade: não se toma conhecimento da câmera e ele não procura se impor como diretor. A câmera jamais se desvia com tomadas extravagantes. Ele simplesmente acompanha a história. Deixa os atores a vontade em cada cena.

Por isso, os seus filmes são divertidos, sem a sensação de que o diretor se impõe como ator principal.

Ele fez muito sucesso, ganhou muitos prêmios e apresentou atores e atrizes com uma diversidade jamais vista nas telas.

Ele foi grandioso até em seus fracassos.

Um filme podia não ter sido grande coisa, mas os estúdios sempre lhe ofereciam a possibilidade de fazer novas experiências cinematográficas.

Fellini foi um homem cuja realidade ultrapassou seus sonhos.

Ettore Scola, seu estimado amigo e também diretor de sucesso, homenageou-o com um documentário cujo título é “Engraçado alguém se chamar Federico”.

Apaixonado por circo, tinha fixação nos palhaços. Numa manhã, na sua Rimini natal – muito bem mostrada no sucesso

Amarcord, viu um dos palhaços no chafariz da praça, que estava vestido exatamente como na noite anterior. Isso lhe pareceu bastante natural, pois ainda menino, pensava que o artista sempre usava sua roupa de palhaço.

Não que a vida fosse um circo, mas sim muito divertida.

Fellini gostava de desenhar e a sua especialidade eram desenhos de mulheres com curvas profusas, exageradamente voluptuosas.

Maquiagem exagerada, cabelões espalhados, seios gigantescos, enfim o que se caracterizou como uma típica “mulher fellinesca”.

Sempre se comoveu ao ver uma mulher que come com prazer – comoveu de maneira erótica. Estava convencido de que a mulher que gosta de comer também tem prazer no sexo. Observava com suspeita as mulheres que estavam sempre de dieta e racionavam a comida. Podiam ser sóbrias e avarentas em todas as outras coisas. Para ele, a mulher que come com entusiasmo não pode ser hipócrita.

Por isso, as mulheres de Fellini surgem na tela parecendo estar prestes a explodir dentro de suas roupas – isso quando estão de roupa.

São raras as mulheres magras nos seus filmes.

Foi ator e autor em diversos filmes no começo da carreira. Como diretor, de “Luci del varietà”, Mulheres e Luzes de 1950, com sua mulher, ironicamente a magra Giulietta Masina, Peppino De Filippo e outros, até “La voz della luna”, A voz da lua de 1990, com Roberto Benigni, foram dezenas de obras.

Algumas muito aplaudidas, com muito reconhecimento artístico e premiações, como *I Viteloni*, de 1953; *La Strada*, de 1956; *Le notti di Cabiria*, de 1957; *La dolce vita*, de 1960; *Otto e mezzo*, de 1963; *Amarcord*, de 1974; *Il Casanova de Fellini*, de 1976 e outros tantos.

Mas como ignorar obras primas como *Boccaccio 70*, *Satyricon*, *Roma de Fellini* ou *E la nave va*?

Cada filme com a sua própria história, sua personalidade e seus personagens, mas todos com a assinatura de um criador absolutamente original, criativo e sem qualquer tipo de preocupação com fundo político, religioso ou social.

Se no inicio, ele tivesse algo a ver com alguns neo-realistas do cinema italiano após a Segunda Guerra Mundial, nunca seguiu qualquer tendência de estilo.

Sempre apresentou uma proposta independente com o único objetivo de entreter, divertir e descontrair o público que lotava os cinemas de todos os países onde foram exibidos os seus marcantes filmes.





AS SETE DIMENSÕES DO ANIMAL HUMANO

Por ANTONIO CELSO MENDES

O conceito de dimensão é puramente espiritual, demandando a presença de uma síntese intelectual só presente na consciência humana, o que evidencia a natureza peculiar de nosso ser, que existe como forma de pensar a realidade em sua natureza etérea e só anterior como manifestação biológica ou sensível. Tal ocorre em todos os momentos de nossa existência, cuja dignidade consiste apenas em pensar, segundo expressou PASCAL.

Isto acontece também com os números, os transcendentais da quantidade, cuja característica é determinar os limites do Infinito, segundo PITÁGORAS. Por isso, cada um deles possui uma essência mística, diferente e exclusiva dos demais. Assim, o número sete está implicado em muitas situações cósmicas, o que o coloca em nível próximo ao divino, como podemos constatar: Deus criou o mundo em sete dias; sete são os dias da semana; sete são as fases da lua, sete são os dons do Espírito Santo; sete são as cores do arco-íris; sete são os polos de nossa manifestação sensível, os chakras; o culto aos falecidos se dá no sétimo dia, etc.

Igualmente, o ser humano sofre a influência deste número, pois sete são suas dimensões holográficas: o corpo, a alma e o espírito, que geram criatividade, racionalidade, sentimento e liberdade, colocando nosso ser no contexto cósmico das dimensões orquestradas. Dessa forma, o corpo, representando o primeiro nível de nossa substância, é o estofo material de nosso ser, estando, portanto, a mercê de sua

contingência física. Louvado ou odiado, importa tratá-lo com o carinho que merece. O corpo humano está muito próximo da Terra, tendo Adão, como nosso primeiro pai.

A alma é o substrato psíquico de nosso ser. Considerada pela tradição como imortal, é de natureza espiritual, sem partes, segundo PLATÃO. Gerada como um holograma por via de emanações etéreas, é a fonte de surgimento de nossos bens e de nossos males, que afetam profundamente nosso ser. A alma, poeticamente considerada, é fonte de emoções e sentimentos.

O Espírito, por sua vez, é um sopro divino em nosso ser, capacitando-nos para o exercício intelectual e os arroubos de nossa transcendência. O Espírito, similar a uma chama, cria e destrói segundo a oscilação de Sua Luz. O espírito nos é assim imanente, permitindo que possamos ser capazes de vislumbrar a eternidade. Suas propriedades em nosso ser são a criatividade, a racionalidade, o sentimento e a liberdade, o que nos torna superiores ao tempo e ao espaço.

É Ele que nos permite sermos criativos, inovando sempre em favor do progresso; já as criatividades maléficas são sempre as distorções provenientes do maligno; também, nos torna racionais, pelo reconhecimento das leis imutáveis da Natureza; em acréscimo, desenvolve os nossos sentimentos, nos tornando bons e amorosos; e, por fim, nos concede a liberdade, pelo uso consciente de nossas vontades.

Há uma similaridade do corpo, da alma e do espírito com a Santíssima Trindade, Pai, Filho e Espírito Santo, tornando-nos divinos em nossa natureza. Sem dúvida, segundo a Bíblia no Livro do Gênesis, o Pai tem muito a ver com nosso corpo, o Filho tem tudo a ver com as qualidades de nossa alma e o Espírito Santo, por sua imanência em nós, tem tudo a ver com as graças que nos iluminam. Sejamos, pois, dóceis às dimensões espirituais que nos afetam, sem as quais não seríamos o que somos em nossa precária existência peregrina.

ALÔ?

Por CARLOS ALBERTO SANCHES

Atender ao telefone? Isso é sempre perturbador: como se fosse uma necessidade compulsiva. Telefones? É preciso atendê-los! Senão como saberemos quem está do lado de lá? As falas não têm rosto por isso ficam incompreensíveis; viúvas. Foi assim mesmo! Não havia como ter-me enganado: um telefone toca perto. Ainda não estou louco. Minhas falas interiores são bastante organizadas em diálogos esporádicos. Há travessões e parêntesis entre eu e os outros.

Monólogos amolecem a vontade de ler o mundo. Não há dúvida! Sei: tocou telefone. Deve ser ele. A esta hora, é sempre ele. Agora percebo: sua regularidade é perturbadora. O fato é que eu estava passando e tocou. Tocou sim! Tocou-me! Ele quase sempre toca na hora certa que é quando passo com o passo cadenciado por perto.

Mas quem mais poderia atender? Quem poderia ser esse alguém que estava na outra ponta da linha; maníaco errático, jogando dados com os números de telefones a esmo, para ver onde iria bater, qualquer serviria? E se não fosse o jogador, mestre do trote? Algo bem sério com destinatário na orelha do recado ou da fala. Difícil imaginar que não fosse o pescador de ouvintes perdidos, sardinhas em cardumes de transeuntes urbanos.

Jogar a linha ao fundo, sem destino sério, exato; para ver o que vinha. Anzol maldito que atingia a mim passando casualmente por ali, Rua dos Remédios, centro da cidade, repleto de populares; assim ó! De passantes! Como eu! Casualmente?

Tinha sido assim sempre: a vida era cortada por fatos casuais. Sempre estarei de passagem e atento ao telefone. Continuo a chegar dos vagões do tempo, que diminuem a velocidade nas estações em que estou; pois não param!

Não recebem novos passageiros. Disse casualmente um passante perto do anzol/telefone: é preciso dizer algo sobre fatos casuais da minha vida. Não diria acidentais: tenho horror a sangue e a acidentes! Alguém no meu passado deve ter morrido violentamente. Havia sangue coalhado na minha memória. Eu estava apenas passando, como disse, casualmente; devo ter ido ao dentista ou à padaria. Não sei bem! É claro; outras pessoas no cardume humano transitavam aquáticos pelo local exato. Tanta gente por ali!

Por que apenas eu? Corri para tirar o telefone do gancho? Em primeiro! Cheguei antes! Graças a Deus! Por quê? Talvez seja a solidão de menino de internato masculino. Vontade de estar sempre acompanhado; raiva de não poder viajar nas férias; solidão de pedrinhas ao sol do meio dia: longos e tediosos domingos. Os meninos ricos viajavam ou iam para a praia.

Claro! Queria ser o primeiro a atender; a ouvir a voz desconhecida do outro lado. Era um fascínio! Uma mania! Impulso atávico? Talvez! Penso que me chamam, mesmo no meio de uma rua movimentada. Somente a mim. Que diabos! Devo ir atender logo, senão o sujeito ou sujeita do outro lado da linha pode achar que não há ninguém aqui e desligar.

Nunca me perdoaria! Imperdoável! Ouvir o outro antes de falar. Disse o padre confessor que me falou sobre os castigos do Inferno. No caso de eu não atender, estaria ameaçado pelo fosso do silêncio eterno. Caso falasse, eu existiria. - Não! Não desligue! Já estou indo: é só uma questão de tempo! Apenas o tempo de eu estender o braço e apanhar o fone do orelhão. Mas estender braços não é tão simples assim. É preciso impulso e um encorpado fardo de curiosidade.

O cara, o outro lado deveria saber disso: o telefone insistia,

trim trincante. Transcorreu toda a eternidade! Fazia pequenas pausas! Tocar, parar: espécie de Código Morse de solitários. Era obrigação minha. Era um caso de pura solidariedade. E se isso acontecesse comigo? Deprimido de internar no N. Senhora da Luz, se do outro lado ninguém dissesse - alô? Quem fala? Foi depois que cheguei ao orelhão; tirei o fone vermelho do gancho.

Saiu-me aquele “alô” automático, maldito megafone, da minha boca e do outro lado a intromissão ríspida: “Quem fala?” Mas, por que cargas d’água o sujeito quer saber quem fala se foi ele quem ligou? É meio mórbido. Foi estupidez de quando disse àquela que tinha voltado de viagem “Já voltou?” A fala gutural, parecia o gambá engasgado do amigo rural; o Tilico. Não respondo.

Fico por segundos em silêncio. Então vem a pergunta fatal: -“É da casa da Dona Margarida, a costureira? Ela está?” É muito interessante esse fio da meada de conversa entre nadas ou ninguém. Seria a rouca voz da vadia espanhola Lola Melendez, por quê ela - (sendo uma pessoa) não podia ser uma costureira? O sujeito repetia... Alô, Dona Margarida? Chame a Dona Margarida! - Ela saiu para comprar aviamentos de costurar: como agulha, linha, tesoura, botões etc.-“Você poderia dar um recado para ela! É importante!” Caramba! Já repararam: recados sem exceção berram sua urgência; em suas poucas linhas.

É como a urgência dos suicidas! Ouvi falar dos da Máfia. Fiquei balançante na corda do temor. A prova disso era um tremor na voz que despistei: “É claro, pode dizer!”... -“Diga a ela que preciso das calças, com as barras feitas e a cintura ajustada para amanhã, sem falta.” Respondi educado: -“Ela volta logo! Pelo menos me disse que ia voltar logo. Mas eu darei o recado... pode deixar!” Curiosidade deve matar. Grilo ruminando teu miolo.

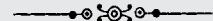
O cara do outro lado não aguentou e perguntou de novo: “Com quem falo? “O que você é dela? Trabalhas aí?” É muita pergunta! Meus ouvidos ficam embargados. Essa é boa! Embargados! Embargos

sempre íntimos e corriqueiros no que fui, no que sou, no talvez que serei: "Com a voz embargada pela emoção; sussurrando, arrulho de pombo maldito no ouvido peludo da Lola Melendez).

Cheio de embargos até os olhos. Pensei no cara do outro lado ansioso, cioso pelas suas calças com barras e cintura ajustada. Veio um "alô" mais aflito ainda. -"O que diabos você é da Dona Margarida? Você trabalha mesmo com ela?"-"Não! Eu só estava passando perto deste orelhão e ele tocou três vezes e aí atendi. No caso de o telefone tocar só uma ou duas, você não me teria achado aqui. Tchau!"



ENGANO BRÍGIDA/COLOMBO



Por CARLOS ALBERTO SANCHES

-Alô! É da casa do Mário Macieira? - Quem fala? É a mãe da Brígida, Lembra? É claro que você lembra! Imagine! Você a pegou no colo ainda em botão, era amigo do meu marido, o Genésio, que apelidou de Geodésio, devido à cara redonda do senhor meu marido; círculo polar ártico: uma calva lisa, redonda como barriga de sapo; o antártico, queixo esférico, barbas e cabelos brancos. Grande gozador você! É o Mário quem está aí? Só poderia ser você. Precisava ligar, tinha que dizer como tua dor é igual à nossa: igualzinha! Depois que a Brígida morreu!

Não sabias que apodrecia de baixo para cima, cor negra de berinjela; carne podre de doente? Foi de um dia para o outro. Não recordas? Mas como! Te vi no enterro; minto! Antes, no velório, ajeitavas pétalas de jasmim em torno do rosto sereno. Morreu de tétano. Pisou em uma tábua com prego enferrujado. Que bonito! Você pegava a alça da frente do caixão. Como não! Tua mão, tímida, acolhia, com docura, um pouco do solo sagrado, jogado ao ar, para fazer um barulho oco ao bater no caixão; antes de a cobrirem de terra para sempre.

Como imaginar que um prego fosse levar a filhinha querida! Já prometida em casamento ao Afonso, aquele fabricante de gaiolas. Moço bom! Um pouco desdentado, está certo! Nem tão novo, mas boa alma, não acha? O Afonso não merecia isso: viúvo antes de casar. Tinham até comprado o enxoval. Até alguns móveis usados. O casamento estava

marcado sim. Até os banhos foram publicados na Igreja de Nossa Senhora da Boa Broa. Em meio a campos de trigo e centeio.

Que judiação! Tanta gente por aí imunda, monturos e carnes e ossos, roídos pelos vícios; a cara cavada a formão em rugas precoces. Não morrem! Nem se caírem do vigésimo andar. Insensíveis; de madeira. Entalhados. Escavados os olhos, arqueadas as pálpebras, lixadas, polidas, enceradas as maçãs do rosto; as pupilas: são furos côncavos, redondos, meio centímetro de raio, na madeira mole de pinus... e a minha Brígida, ainda em plena elaboração de seu desenho definitivo de mulher, anteprojeto, se foi.

Por que esses calhordas não foram primeiro? Por que essa escória que merecia morrer não morre; Deus cruza os braços! O quê? Vivos, estão sendo castigados, pior do que no inferno? Não acredito que você pense assim, dessa maneira. Não entendo o que murmura. Fala mais alto. Estou telefonando, porque soube que teu cão de estimação, o Colombo, galhardo fila brasileiro, foi atropelado. Morreu sob o rodado de uma carreta Scania, carregada de bobinas de aço da CSN.

Perseguiendo um gato? E o gato? O gato sumiu! Claro, melhor o cão ter morrido do que ficar só com os cotos das patas dianteiras ou traseiras. Seriam as traseiras? É! Bom que morreu! Não precisa agradecer, porque o teu sofrimento com a partida da Brígida, única, 18 anos, foi de acreditar, foi de doer, casca de ferida na tua, nossa alma, que não sara.

Goteja. Poreja. Sei lá que mais seja! É bom lembrar! Por isso te liguei. Tuas condolências recolhem as minhas. Coitado do Colombo: vivia lambendo a Brígida. Agora os dois estão juntos; Deus sabe lá aonde. Em terreno baldio? Mário, você teve coragem de enterrar o glorioso cão, mais que de estimação, parente, em terra de ninguém?

E nem convidou a gente? É muita desconsideração! Era companheiro inseparável: deixava de comer por ti, igualzinho à Brígida. Tão dedicados e carinhosos. Um prego enferrujado e uma carreta Scania nos unem. Pode contar conosco; choramos o Colombo como a filha partindo em tenra idade. Ah! A ternura dos olhos do

Colombo depois que ganhava osso com fiapos de carne! Melhor do que a de muitos humanos.

Olhos de cão, sinceridade canina; punha as patas no peito, quando chegávamos; muito mais amigo que os parentes aqui do lado.

Por isso te liguei. Solidariedade e retribuição; conforto e consolação. O Colombo morreu. Enterraste somente a metade traseira dele? Nunca ouvi falar em meio enterro. É o bastante: há muitos mortos cujas covas ficam vazias; os corpos embaixo de avalanches, carbonizados, pulverizados em aviões, congelados na geleira fatal, ou derretidos em lavas vulcânicas, como aquelas do Vesúvio, vulcão famoso da Itália do meu avô Giovanni.

Que Deus o tenha! A metade do corpo do Colombo é suficiente.

E agora? Não chores pela outra metade que Deus castiga. É ingratidão. A tua metade ficou com a cabeça dele e o coração. Levaste muita sorte. Aí está tudo. Embora esmigalhados; tapete no asfalto, de pelo. Pensa no melhor. A fidelidade de teu animal de estimação; a estima de que gozava (no bom sentido, é claro!) Não faltou ninguém ao enterro. Que coisa linda! Foi de arrepiar!

Os choros, uivos e grunhidos escandalosos da parentada pobre, soluços das esnobes no velório estão guardados aqui; aqui ó! Do lado esquerdo do meu peito. Lágrimas? Nossa Senhora! Põe inundação nisso! Mas nossa filha valia isso e mais. O teu Colombo só teve duas lágrimas: eram de colírio? Que falta de sofrimento! Quanta ausência de lágrimas! Bem que mandei você tratar dos canais lacrimais. Viu? Teus olhos secaram. Só choro de colírio, Mário! Eu tinha de telefonar. Perdoa porque falo muito; a perda da Brígida por causa de um prego é recente; é como argamassa fresca; enquanto não seca, aceita impressões e marcas e riscos e datas e nomes, alguns até feios.

Não acha que estou certa? Algo em mim pediu para te ligar. Não faço bem? Colombo e Brígida devem estar juntos, correndo por algum campo santo, desses do Céu. Você não acha? Puxa! Fala alguma coisa Mário! Parece que a morte do Colombo te abalou demais.

-Mas...

Só sabes dizer um “mas” desbotado, escorregadio. Esperava mais de você, mas a vida é assim mesmo: seres humanos não externam sentimentos como os cães. O Colombo, se você morresse, ficaria arrasado e morreria à frente de montes de ripas de costela ainda com carne; e bifes. Ele era a ração diária de tua vida, Mário, como a Brígida para nós: razão diária, cotidiana; razão para viver. Não puseste nenhuma marca no local do enterro? Ora Mário! Olha que Deus castiga!

Pelo menos um fêmur de animal à cabeceira. Em mais tempo, como saber o exato local da cova? Calculaste um ponto onde as linhas imaginárias, partindo de três árvores próximas, se cruzavam? Entendo que gostas dessa geometria, (chegaste a dar aula de matemática, né?), mas calcular por linhas o local eterno de boa parte de teu coração? Por três vezes enterraste e exumaste a carcaça do coitado? Porque não achavas o local exato? Morte exata, com geometria, onde já se viu tal coisa? Só você mesmo! Vamos! Diz logo que não querias abandonar o cadáver adorado.

O quê? Os cálculos matemáticos cartesianos, cartes... (artesianos, Mário, artesianos! Poços, para que cova melhor?) Essa conta não fechava! É demais! Que frieza essa exatidão, Mário! A nossa Brígida tem uma placa de granito polido em cima do túmulo e retratinho em preto e branco dos quinze anos. Foi o que pudemos pagar.

- Pensamos que seria bom achar uma frase de resumo da vida dela; não achamos, mas poderia uma destas: -“Viveu por um fio; um prego cego foi agulha” Ou “Foi-se antes que o galo da aurora cantasse três vezes. Ou ‘Aqui jaz aquela na qual o estrume da mocidade se juntou à mentira da fatalidade.”

De qual você gostou mais? Nós queríamos a última. O dinheiro não deu. O Colombo merecia mais, talvez um tumulozinho de tijolos cimentados, com a cara de um cão de perfil impressa nessa massa fresca. Não dizem afresco? Ele gostaria. Foi você o primeiro a chegar ao corpo? Ah! Um vizinho trouxe em carrinho de mão para levar os restos mortais.

Mas...?

Mas o quê, Mário? É doloroso! Mas estamos com você neste triste passamento. Não é assim que se diz? É! Ambos passaram, deve ser por isso. É! Sei pelo que está passando, por isso telefonei. A memória de nossa Brígida ainda não tem larvas; vê se não vai deixar a lembrança do Colombo cair aos cacos no chão! A gente gostaria de estar lá para retribuir teu esforço enquanto seguravas a alça direita dianteira do caixão da Brígida.

Vais comprar outro cão parecido? Impossível! Esse cachorro era único, tal como a nossa adorada única. É bom pensar bem nisso! Há seres vivos insubstituíveis. Amolece o teu coração, coloca ele num altarzinho, com aquela foto dele pulando por dentro de um pneu pendurado. Tão bonitinho! Você não acha?

Mas, senhora...

- Que negócio é esse de senhora? A gente se conhece há tanto tempo e você vem com essa educação forçada. Você nunca foi de muitos salamaleques! Inda mais agora que temos, em comum, duas mortes queridas. Para com isso! Mário! E vê se diz algo, que eu não aguento mais de falar de nossos seres de estimação que o Altíssimo levou! Pelo menos foi assim que o pastor disse na hora exata de cair a terra. Estou estranhando você, Mário; que coisa! Você não falar de tão grande perda; imensa como a nossa. Parece que seu coração empedrou. Será?

- Mas minha Senhora, alguma coisa terrivelmente errada ou incrível deve estar acontecendo.

- Por quê? Mário? Mais terrível do que já nos aconteceu? O que é? É que deve haver algum engano, porque não me chamo Mário e nunca tive cachorro.





Cecília na Escola do Posto Indígena do Tikúna, Alto Solimões, 1962.



Capitão Ponciano com sua mulher e Cecília, em 1962, no Igarapé Mariacu, no Alto Solimões.



Cecília e Sílvio Coelho no cemitério dos índios Tikúna, 1962.

NO IGARAPÉ MARIACU, ALTO SOLIMÕES, AMAZÔNIA

Por CECÍLIA MARIA VIEIRA HELM

Introdução

O Igarapé Mariacu visitei em 1962, em uma experiência de campo, quando realizava o Curso de Pós graduação, Especialização em Antropologia Cultural, no Museu Nacional da Universidade do Rio de Janeiro. O Coordenador do curso era o notável antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira. Havia elaborado um Projeto de Pesquisa sobre os Tikúna do Alto Solimões, em que as relações interétnicas entre índios e não índios eram tratadas com fundamento no conceito de fricção interétnica. O conflito entre as populações envolvidas na situação de contato estava sendo estudado.

Fui selecionada para ingressar no curso junto com Maria Stella Amorim e Sílvio Coelho dos Santos. Os primeiros meses foram dedicados ao aprendizado da teoria antropológica. No mês de julho, embarcamos na Cidade do Rio de Janeiro, Professor Roberto Cardoso, Sílvio Coelho e eu para Brasília onde ocorreu uma troca de aviões no aeroporto. O Professor Roberto Cardoso aproveitou para ligar para o antropólogo Darcy Ribeiro, que exercia o cargo de Chefe da Casa Civil. Informou que estávamos indo para Manaus e Benjamim Constant, no Alto Solimões. De canoa a motor seguiríamos para o Igarapé Mariacu, onde habitam os Tikúna.

Embarcamos em uma aeronave que nos levou até Manaus. No dia seguinte, em um avião anfíbio, um catalina da Panair do

Brasil, sobrevoamos o rio Solimões e a floresta. Uma mata fechada, preservada, diferente do que ocorre hoje na Amazônia que está sendo devastada. O avião voava baixo, descia nas águas do rio Solimões, deixava medicamentos nos povoados e levantava voo em direção a outra localidade. Na descida ficava coberto pelas águas. Perguntou o co-piloto se eu estava sentindo medo. Para mim era novidade, viajar em um avião anfíbio. Curtia cada momento da viagem.

Chegamos a Benjamin Constant, na fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Perú. Neste local uma canoa a motor pilotada por índios Tikúna, nos aguardava para irmos até Mariuaçú. Ficamos alojados em uma choupana onde residia o Encarregado do Posto Indígena. Fiquei hospedada em uma pequena peça que servia de escritório. Montei a rede e o mosquiteiro que comprei em Manaus. O chefe do Posto Indígena nos recebeu se desculpando pela simplicidade da habitação.

No primeiro dia de trabalho de campo, fomos visitar o cemitério. Tinha sido enterrada uma Tikúna, que cometeu suicídio. Havia tomado veneno. Sobre a terra estavam os pertences da índia, suas cuias, alguns objetos de uso pessoal. Narrou o encarregado que ela havia se suicidado, devido a ciúmes do companheiro. O colega Sílvio Coelho usou a sua câmera e fotografou o local.

Cada dia após o café percorria as casas sobre palafitas para fazer o censo. No final da tarde usava as instalações da Escola Indígena para ler as anotações feitas em cadernetas de campo e redigir o diário, sempre orientada pelo Prof. Roberto Cardoso. As minhas andanças pela área eram acompanhadas pelo Capitão Ponciano, (ver a foto) que usava uma farda da 7ª Companhia de Fronteira, sempre fardado me conduzia às casas, servia de intérprete se os habitantes não falavam o português. Sentia orgulho em me acompanhar para fazer a pesquisa entre os Tikúna do Igarapé Mariuaçu, no Rio Solimões.

As mulheres Tikúna muito curiosas ficavam me observando, Elas perguntaram qual dos dois homens era o meu companheiro, respondi que não era antropólogo, havia ficado no Sul do Brasil.

Indagaram se eu tinha curumins (filhos) respondi que não. No dia seguinte me trouxeram um dente de macaco, para eu raspar e tomar com água o pó em um chá que eu iria engravidar.

Fiquei informada que praticavam a Festa da Moça Nova. Quando uma menina tinha a sua primeira menstruação ficava reclusa em um abrigo, erguido dentro da casa, a tia e o pai organizavam a festa, armazenam peixes, preparavam uma bebida, convidavam os parentes e realizavam o ritual. Ela era pintada e seus cabelos raspados passava a usar um lenço na cabeça. Era também chamada A Festa da Juventude. O rito de passagem da infância para a idade adulta tinha o significado de expor que já eram mulheres, para se unirem ao Tikúna, escolhido para ser o seu companheiro. Hoje raramente ocorre o ritual. Muitos Tikuna estão residindo em bairros em Manaus, têm morrido indígenas que pegaram o coronavírus.

No Posto de Mariuaçu chegaram visitantes da etnia Marubo. Permaneceram alguns dias e foram mandados de volta para a sua tribo. Achavam graça em tudo. Observavam a nossa conduta. Junto com alguns Tikúna iam espiar eu tomar banho nos finais de tarde nas águas tranquilas do igarapé.

O sistema social Tikúna se divide em metades exogâmicas e anônimas. Estão organizados em grupos clânicos patrilineares, identificados uns com aves, outros com plantas (RCO, 1964).

A visita ao seringalista

Para entrevistar o empresário seringalista, A.A. de Almeida, que fora informado de nossa viagem e nos aguardava, viajamos em uma lancha a motor. A noite pousamos em uma venda de um não índio. A embarcação percorreu o rio Solimões, durante dois dias, até alcançarmos o seringal. Foi uma experiência inesquecível, as margens do rio ficavam distantes uma da outra, era uma imensidão de águas, vimos uma ilha no meio do rio, de terra arrastada durante a cheia,

uma preguiça em uma árvore, não iria sair dali, provavelmente morreria no amontoado de terra.

Durante o percurso aproveitei para escrever cartas para meu pai e ao Prof. Loureiro Fernandes, longas cartas. Descrevi as emoções de estar percorrendo o rio Solimões, uma paisagem diferente de tudo que eu conhecia. A imensa floresta com seus distintos habitantes, cobras, onças, jacarés, preguiças, e o tranquilo Igarapé Mariuaçu, onde viviam os Tikúna, eram locais bem diferentes para uma antropóloga do Sul. O sistema clânico eu só conhecia pela leitura de obras de estudiosos. Estava diante de um povo de língua tonal, explorado pelos seringalistas, pelos políticos da região, por líderes religiosos. O SPI atendia os índios de modo precário.

Fomos bem recebidos pelo seringalista idoso. Dormimos em redes, fizemos boas refeições. As mulheres preparavam a comida e serviam as pessoas. A única mulher convidada para sentar a mesa fui eu. O sistema era de domínio dos homens.

Regressamos dessa visita que se constituiu em um importante contato do Prof. Roberto Cardoso com o proprietário do seringal. A.A. foi entrevistado e colocou à disposição do pesquisador documentos que foram lidos e anotados em diário.

Ainda passamos alguns dias no Igarapé Mariuaçu e regressamos para Manaus. Do igarapé onde vivem os Tikúna fomos de canoa movida a remo, conduzida pelos indígenas até Benjamin Constant. Saímos com bom tempo, na metade do percurso um temporal se formou e o rio ficou nervoso. Os Tikúna tiveram de cuidar para a canoa não ser atirada contra a margem e virar. Minha tarefa foi retirar com uma cuia a água que penetrava na canoa. Fiquei preocupada com o nosso material de campo, felizmente estava bem acondicionado e não molhou.

De avião catalina fomos até Manaus onde Édison me aguardava para visitarmos Belém, Recife, Fortaleza e Salvador. Chegamos no Rio de Janeiro felizes com a viagem.

Para mim foi uma excelente oportunidade conhecer uma etnia localizada na Amazônia, aprender a fazer investigação de campo, ser treinada por Roberto Cardoso, um exemplar professor/pesquisador.

Nas minhas pesquisas entre os Kaingang pude aplicar os conhecimentos adquiridos, em aulas, cursos e defesas de teses que defendi em concursos públicos para adquirir o título de Docente Livre e de Professor Titular de Antropologia. Utilizei o que aprendi durante 62 anos de realizações, em encontros, publicações, laudos antropológicos que elaborei sobre as etnias indígenas do Sul do Brasil.

Lamentável saber que o país se encontra tomado pelo covid-19, etnias indígenas estão perdendo seus membros, devido a falta de apoio de órgãos públicos e privados, não se tem perspectiva de quantos vão sobreviver, seja de não índios e de povos indígenas.

A expectativa dos brasileiros é que profissionais da saúde encontrem uma vacina. Na Inglaterra, em Oxford, há um grupo de cientistas, pesquisadores de alto nível empenhados em produzir a vacina. Voluntários estão sendo testados sobre as vacinas. No Brasil há cientistas pesquisando. Milhões de pessoas aguardam a vacina. Há novas formas de conduta, de encarar a realidade. Nas aldeias pajés, curandeiros usam plantas das matas para tentar a cura dos infectados.





AH, OS MEUS IDEAIS!

Por CHLORIS CASAGRANDE JUSTEN

Lavrando por entre a neve, / Vou semeando primaveras/
Vislumbrando mil floradas/ E frutos já sazonados. // Não vou saborear
cerejas/ Das sementes que lancei! / Nem as braçadas de auroras / Que
na jornada eu colhi, / Nem sempre lavrei a terra das mudas que não
plantei. // Da semeadura de agora/ Serei fruto, flor e seiva, / Dançando
como perfume/ Em outras colheitas de Auroras. //

Mulher do meu tempo, muitas vidas vibram no instante de
um momento. Neste meu tempo de agora passeiam por minhas
lembranças multiplicidades de imagens concentrados à minha vida.

Onde ficou o luar, que de prata me cobriu? // Perdidos pelos
caminhos/ meus sonhos/ Floriram pedras/ Perfumando outros destinos//

Jovem, muito jovem, em meio a mil poesias e envolvida em
singelas e belas emoções, declamei poemas e poesias, para meus
mestres todos, e em muitos e variados palcos sociais e culturais do
meu Estado e fora dele. Com seus versos, cantei a meiguice do amor
e as mágoas da saudade. Sem os apoios técnicos de agora, apenas
a emoção na alma e, na face os olhos no horizonte, em um sincero
encantamento na mística das cortinas dos palcos, frente às ansiosas

e silentes plateias que me ouviam. Declamei, entre tantos outros, o especial “Tristeza”, de Emiliano Perneta, clássico da nossa Literatura.

“Estava aqui, sozinho, a mão por sob a face, / A mão assim, quando, me vendo do Alto, um passarinho/ Pensou que eu era um ramo e, veio a mim. // Veio. Desceu. Pousou aqui, aqui por sobre mim, / Neste meu coração, quase chorando, / E logo que pousou, pôs-se a cantar. // Cantou, cantou, //..... //.” “Eu era como um monge, um pobre monge, / dentro da minha desesperação. / Que caminhasse para muito longe, / para o exílio, para a solidão. / O caminho era fúnebre, era ermo, / E eu ia, eu ia horrivelmente só! // Mas de repente, assim como de um ninho, ei - lo a fugir de mim. Mal eu dei fé, // já me havia deixado aqui, sozinho e triste, triste. // Ainda mais triste até. // E, ao final, quando o pássaro se foi voando, a poesia terminava e assim eu declamava: - Olhei para lá. // Para as bandas por onde fora embora// E oh, que saudade // quando voltará? //”

Com as vibrações das plateias e a minha profunda emoção, as palmas, as lágrimas de felicidade, eram o doce encantamento, que a juventude e a pureza d’alma vibravam dentro do poema! Na minha emoção, os poetas, as poesias!

Ah, as minhas lembranças! A minha vida!

A vida é um rio cantante/ Em busca do arco-íris. // Turbilhão, / Presa dos ventos, / Quedas, correntes, cascatas! // Mais adiante, / Alvissareiro/ Leito ameno de águas claras. // Cedo ou tarde/ O arco-íris/ Põe sonhos por sobre o rio. //

Como um arco-íris, as luzes dos meus ideais envolveram a minha longa jornada! Mundos e mundos de encantamentos. Ah,

os meus ideais! Uma educação para uma civilização em mudança! O conhecimento e a vivência dos valores universais como luzes desde a infância! As ações permanentes para a formação da personalidade, levando consigo a necessidade da “busca da obra perfeita”!

Nas minhas palestras, nos projetos, nos planos de humanidade, a minha tarefa, a minha alma! Na caminhada, entre tantos estudos, os grandes pensadores, os filósofos, os estudiosos da evolução dos tempos, e de repente, nas minhas mãos, as páginas de Bobbio: “A democracia talvez não seja um sistema perfeito, mas ainda é o melhor e também a melhor forma de viver!”

E é na vivência em tantos projetos que tenho participado, ainda comprovo que é no exemplo do dia a dia que se assimilam os valores universais, bases para um desenvolvimento humano sábio e igualitário, que levam à Dignidade, ao Bem, à Harmonia, formando gerações e gerações de cidadãs e cidadãos.

Ah, os meus ideais, os meus sonhos, dançando nos versos da minha Mestra, Helena Kolody “Tão altos que não cabem inteiros nesta vida” / “Tão puros que não vivem em plagas deste mundo!”

Por eles, pelos meus ideais, as lutas pela busca do aperfeiçoamento de homens e mulheres em uma sociedade em constante mudança. E é por eles, pelos meus ideais, que venho estabelecendo correntes de progresso, de permanente vanguarda, firmando que Em meio// A mil ilusões/ Só uma verdade persiste: / Intensa, / A chama do amor/ É a substância da vida. //

Quando uma chama de amor/ Ilumina o coração, / O homem descobre a estrela / E se integra do Universo. / Vivendo em estado de

graça,/ Como centelha divina,/ O ser humano se eleva,/ Com uma força infinita,/ Na luz suprema do êxtase,/ Que só conhece quem ama. //

Assim, um grande amor à humanidade passou a iluminar toda a minha vida! E muito cedo ainda, educadora, levei meus ideais aos corações de jovens professores e, buscando os mestres ainda sonhadores, levamos juntos aos iniciantes, bandeiras desbravadoras de importantes desafios, com “os mil milagres do milagre da educação”, capazes de fazer do magistério um permanente iluminar de almas.

Meus ideais e as minhas lembranças levaram-me à vibração dos meus sonhos, interligando-os ao meu passado e ao despertar de cada dia, no meu lar, na minha família, onde se conjugam projetos envolvendo a minha vida na mística dos mil encantos.

Num viver de presente e passado,/ De abraçar mil momentos num gesto,/ As lembranças passeiam ligeiras,// Esfumadas a quase perder-se./ Nas facetas cristais de uma lágrima / Há histórias e histórias sem fim / Das cirandas que marcam a vida/ Ficam teias de luzes e sombras./ As venturas dos anos dourados / São vitórias de brilhos e dores,/ São lembranças de não esquecer/ Que se prendem nas tramas da vida // No agora, outros sonhos se armam/na amplitude da grande planície./ No viver se condensa a esperança / De fazer da existência uma luz! //

Quando eu passar a linha do horizonte / E já sem peias a impedir meus passos, / Roçando as ondas que guardam os sons, / Buscando as sombras dos antigos sonhos, / Vagas silhuetas no azul profundo, / Irei na esteira da Estrela D’Alva. // E enquanto a lua

pratear de encantos, / Juras de amor e preces de mãos postas, / Sílfide esguia, entre a luz dançando, / Brilhando auroras, desfazendo trevas, / Sempre estendendo mantos de ventura, / Vou integrar-me na alegria da vida! //

Ah! Os meus ideais! Belos encantos, muito além dos sonhos!





O ENSINO PÚBLICO NO ESTADO DO PARANÁ

Por CHLORIS ELAINE JUSTEN DE OLIVEIRA*

Em 1853, o Paraná contava com aproximadamente 120 mil habitantes, sendo 711 crianças em idade escolar. Zacarias de Góes e Vasconcelos, primeiro presidente provincial, deparou-se com um quadro desolador: uma comunidade que havia abandonado a agricultura e a pecuária pela procura infrutífera de metais em prováveis veios auríferos, tornando-se pobre e com altos índices de analfabetismo.

Ante tal situação, estabeleceu um programa para organizar os serviços básicos, inspirado nas idéias liberais, influenciado pela maçonaria; diante da Assembléia, exortou a necessidade da criação de escolas, contratação de professores, falou sobre a importância do conhecimento e conclamou os pais a enviarem seus filhos à escola, inclusive as meninas. A situação era caótica, um professor percebia vinte e quatro mil réis por mês e pagava o aluguel da casa escolar, enquanto um pedreiro ganhava cinqüenta mil réis mensais.

A Assembléia propôs e, então, o governo promulgou a Lei n.17, em 14 de setembro de 1854, sobre o ensino primário e secundário que instituía a instrução primária obrigatória. Com um plano de estudos, diferenciado para meninas, seguia a Lei do Parlamento Imperial de 15 de novembro de 1827, inspirado na legislação francesa: o Método

*Autora convidada | Diretora do Departamento de Memória e Arquivo da Associação dos Magistrados PR. Editora da revista **Toga e Literatura**, e colaboradora da publicação **Novos Rumos**. Autora dos livros **Fóruns do Paraná** e **Amapar, Capítulos de sua História**.

Lancaster, que consistia em dividir as turmas em grupos de dez - chamado decúria - e escolher um aluno, entre os considerados mais capazes, como orientador. Apesar de ineficiente na sua aplicação, perdurou por longo tempo, até ser proposto pelo Inspetor de Ensino Dr. Joaquim Ignácio Silveira da Motta o Método La Salle, adotado em todo o Império. Em 1870, o presidente da província, Dr. Venâncio José da Silva Lisboa, escolheu o Dr. Bento Fernandes de Barros (futuro desembargador) Inspetor de Ensino, que implantou a prática do ensino religioso semelhante ao que ocorria nos estados alemães, onde o culto religioso era o ponto central do ensino, a alma da escola.

Em 1873, assumiu a presidência da Província o Dr. Frederico José Cardoso de Araújo Abranches e nomeou para o cargo de Diretor da Instrução Pública o Dr. João Manoel da Cunha, Doutor Honoris Causa na Universidade de Roma, deputado provincial, poeta, músico, orador. Reinava grande anarquia nos meios educacionais e, após a verificação da realidade do ensino, o novo inspetor apresentou um relatório circunstaciado sobre aspectos físicos e pedagógicos da escola pública paranaense - edifício escolar, área da sala de aula, ventilação, iluminação, número de alunos, instalações sanitárias - comparou métodos educacionais, técnicas de aprendizagem e concluiu que não bastavam um programa de ensino e um edifício escolar. O êxito da aprendizagem estava na competência do professor. Inúmeras reformas ocorreram embasadas em tal relatório.

O Dr. Luiz Alves de Oliveira Bello, nascido em Porto Alegre, considerado "benemérito presidente" da Província em 1884, imbuído de ideais pedagógicos, instituiu em cada cidade uma circunscrição escolar, subdivisões distritais, encarregadas de arrolamento da população estudantil e controle da frequência. Incluiu no currículo a matéria de Educação Física. Criou um fundo escolar para o fornecimento e distribuição de roupas, calçados e livros aos alunos, originando a cooperativa escolar, sistema que vigorou por muitos anos. Temendo alguma influência por parte dos primeiros imigrantes, determinou que o dia de sábado fosse reservado ao ensino e prática

das matérias de cunho moral, religioso e cívico. O último presidente provincial foi o médico Balbino Cândido da Silva que, numa atitude política, sustou a criação de dezenas de escolas primárias, provocando revolta geral. Em posição insustentável, entregou seu cargo ao vice-presidente, Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá.

Em 1889, com o advento da República, o ensino público novamente atravessou um período de intranquilidade. No Paraná eram 6.848 crianças de 6 a 15 anos matriculadas. A Constituição de 1891, considerada lacônica em relação à Educação, permitiu que a legislação ordinária fosse pródiga em atos e leis, na tentativa de fixar um sistema escolar.

Em 1904, assumiu a presidência do Estado o Dr. Vicente Machado, que dignificou o magistério, proclamando que o destino da Nação estava intimamente ligado à escola primária. A luta contra o analfabetismo era intensa, além da necessidade de integrar os novos moradores – os imigrantes – recém-chegados, e a escola era o meio, as crianças aprendiam a ler e a falar português e, ao mesmo tempo, ensinavam o idioma pátrio aos pais.

Quando o Dr. Caetano Munhoz da Rocha (1920/28) assumiu o governo do Estado, convidou para o cargo de Inspetor Geral do Ensino o Professor Cezar Prietto Martinez, que estabeleceu um plano de atividades e um programa único para cada matéria, incluindo a cadeira de Música. Organizou o primeiro quadro funcional de carreira para os docentes. Encerrou-se, assim, a fase em que cada professor ensinava sobre o assunto que melhor dominasse. Criou e instalou o Curso de Professores. Determinou que ao lado de cada escola normal funcionasse um grupo anexo para a prática pedagógica. Neste período, o Estado atravessou grave crise, causada por conturbações sociais e políticas e sofreu uma epidemia de varicela, impedindo a frequência às aulas e o cumprimento dos objetivos educacionais. Preocupado com a formação dos jovens, o governo incentivou a instalação de escolas de ensino profissionalizante. A programação fundamental do Prof. Prietto Martinez perdurou até 1953.

No governo federal, o Presidente Artur Bernardes (1925) sofreu com agitações populares que acabaram impedindo ações favoráveis à educação e, igualmente, o governo estadual de Affonso Camargo (1928/30) não conseguiu manter a unidade administrativa.

Mas no seu primeiro mandato, o governador Moisés Lupion (1949/51) obteve a aprovação de leis que permitiram a construção de escolas em todo o Estado, o Colégio Estadual do Paraná e a manutenção de programas educacionais.

O governador Bento Munhoz da Rocha Neto (1951/55) nomeou o Professor Erasmo Pilotto, educador, filósofo e reconhecido intelectual como Secretário de Educação e Cultura, que tratou de organizar as escolas complementares, primária e secundária, dando início ao ensino profissionalizante no Paraná.

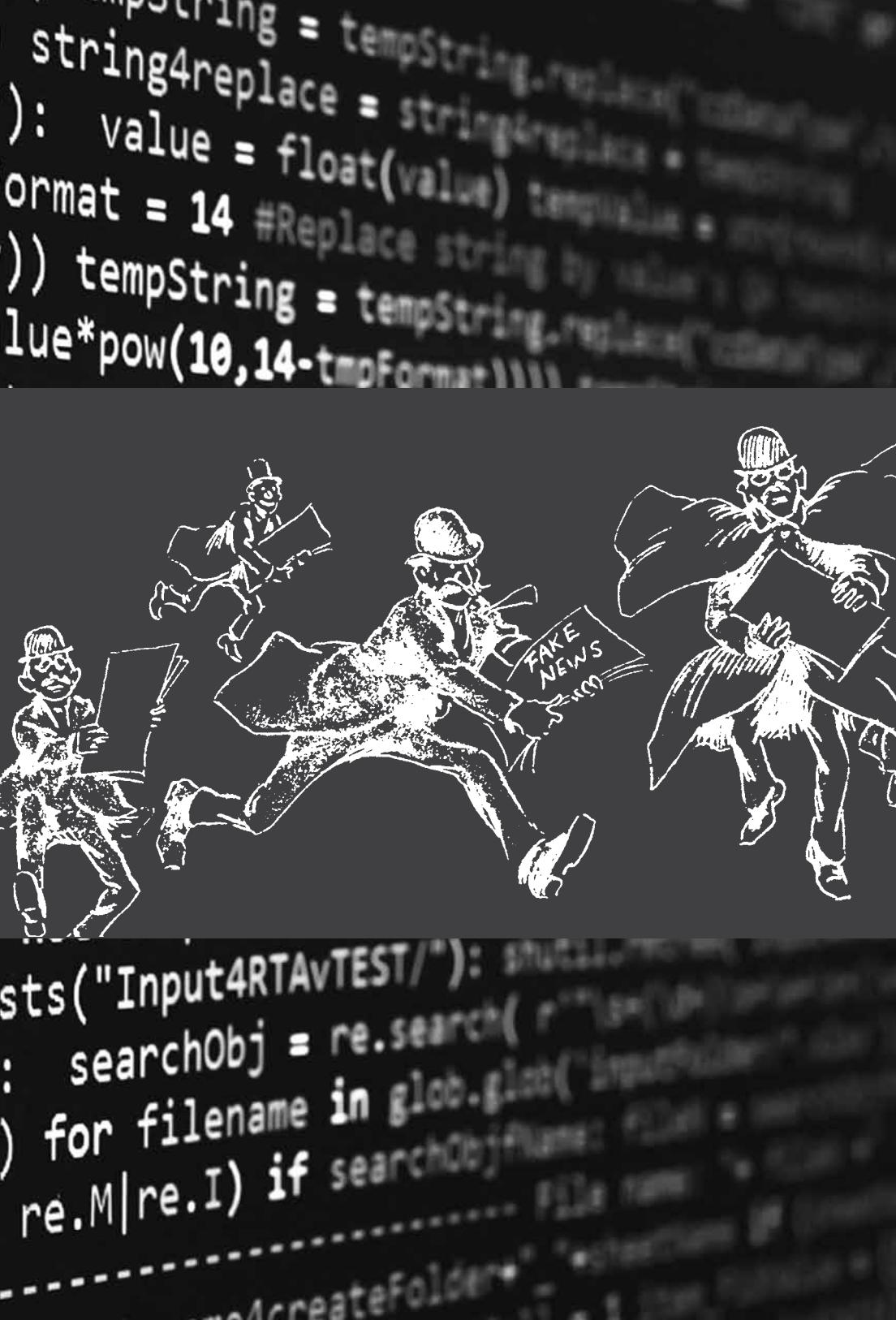
Entre suas realizações estão a Lei Orgânica da Educação, os Programas Experimentais, a instalação dos Jardins de Infância e das Escolas Normais Regionais. Instituiu um projeto de experiências escolares relacionado ao mundo da natureza, adequado às exigências e necessidades bio-psicológicas da criança, que recebeu o nome de Escola Nova. Treinou um grupo de professoras como orientadoras para dar atendimento à execução do referido. Nessa época, o Paraná contava com 27 grupos escolares, 605 escolas isoladas e em Curitiba funcionavam 66 estabelecimentos de ensino. Deve-se a Erasmo Pilotto a criação de mais de 1000 escolas rurais, beneficiando 25 mil crianças e a criação de associações de amigos da Escola, precursora das Associações de Pais e Mestres, integrando a família na educação de seus filhos e ainda, a determinação da gratuidade do ensino primário e secundário. Atualizou o ensino de acordo com os preceitos pedagógicos e científicos, determinando ordem administrativa para regular tais medidas. No governo seguinte, novamente Moisés Lupion (1956/1961) instalou o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, destinado à pesquisa e orientação psicopedagógica e houve o reaparelhamento de todos os jardins de infância com o método e material montessoriano.

Até meados de 1970 perdurou tal metodologia, que priorizava o atendimento das necessidades básicas da criança e a boa formação do professor. O Paraná teve, então, uma escola pública de qualidade que, além de prestigiar o educador, concorria para a educação integral do indivíduo e habilitava o jovem para o ingresso nas escolas superiores.



Chloris Elaine Justen de Oliveira.





A FOTO, O FATO E O FAKE DOS FATOS

Por DANTE MENDONÇA

Para entender como as “fake news”, as teorias da conspiração e os algoritmos que estão sendo utilizados para disseminar intriga, ódio, medo, influenciar eleições, negar a pandemia, fazer da cloroquina o bálsamo dos infectados e acusar os adversários genericamente de comunistas, fascistas, neonazistas, anarquistas e até de seminaristas, é preciso ler “Os Engenheiros do Caos”, do italiano Giuliano Da Empoli.

Ex-conselheiro de Matteo Renzi, o ex-primeiro-ministro italiano social-democrata, hoje Da Empoli vive em Paris, onde escreveu o livro, relativamente longe da direita chucra do norte da Itália. “Os Engenheiros do Caos” é leitura obrigatória para conhecer a propaganda adaptada à era dos selfies e das redes sociais. Revela as origens de um movimento político que, tendo sido formatado nos Estados Unidos, foi batizado na Itália por Matteo Salvini, formando discípulos como Viktor Orbán, da Hungria, Jair Bolsonaro e, o mais emblemático de todos, Donald Trump.

Steve Bannon, o guru político da família Bolsonaro que foi preso no EUA, é o personagem principal do primeiro capítulo do livro “Os Engenheiros do Caos”. Sobre Bannon, escreveu o autor: “Os amigos de Steve Bannon dizem que se você ouve alguma explosão, não importa onde, significa que ele deve estar na área, brincando com uma caixa de fósforo”

No tempo das bancas de revistas, quando sobravam folhas de jornais para embrulhar peixe, não existiam as tão debatidas “fake

news". O que existiam eram notícias falsas. Mesmo assim, a opinião impressa em papel jornal era tão sagrada quanto a palavra do padre. Não existiam algoritmos para manipular as bolhas e os bolhas das redes sociais, mas sobravam artimanhas para engabelar o eleitorado nas páginas impressas de revistas e jornais.

Dois casos de como agiam os "Engenheiros do Caos" no século passado.

A fotografia de uma conhecida personalidade numa reunião social, erguendo um copo de bebida, é a receita para destruir reputações. No Paraná temos uma história exemplar, tendo como personagem o ex-governador e ex-ministro da Agricultura Bento Munhoz da Rocha Netto. Candidato à reeleição, ele foi fotografado numa reunião social, de smoking e com um copo na mão. Seria uma foto casual, como tantas nas colunas sociais. Mas esta foto de Bento Munhoz da Rocha não foi casual, não saiu no The New York Times, nem nas colunas sociais. Saiu na primeira página da Tribuna do Paraná, em 1965, como se fosse um registro político casual.

Ao contrário de Lula, cujos hábitos éticos foram parar nas páginas do NYT, a casual foto de Bento Munhoz da Rocha virou panfleto e ganhou os quatro cantos do Paraná, pelas mãos de seus adversários políticos. Graças a uma casual foto com um copo na mão, Bento ganhou um retrato distorcido. Na foto transparecia a imagem de intelectual que de fato Bento era: com os olhos intumescidos e levemente vermelhos, próprios de quem atravessava madrugadas lendo e escrevendo. O copo na mão faria perfeitamente parte do figurino, não fosse o retrato retocado pelos adversários. Como se não bastasse tanto charme, inteligência e biografia, passou a ser um consumado boêmio. Bento não perdeu a elegância, mas perdeu a eleição para uma "fake news" engendrada pelos "engenheiros do caos" abrigados na redação de um jornal da capital.

Na eleição presidencial de 1945, dois candidatos dividiam a cena: o general Eurico Gaspar Dutra e o brigadeiro Eduardo Gomes. Falando no Teatro Municipal para uma seleta plateia de cartolas,

Eduardo Gomes disse que não precisava contar com os votos "desta malta de desocupados que andam por aí", referindo-se aos getulistas em geral. No dia seguinte, os adversários foram ao dicionário e constataram que o termo "malta" era sinônimo de "reunião de gente de baixa condição. Súcia. Caterva. Reunião de trabalhadores, que se transportam de um para outro lugar à procura de trabalhos agrícolas". Na versão da imprensa getulista, o brigadeiro teria dito não precisar do voto de "marmiteiros". Ou seja, dos operários e trabalhadores.

"Mar-mi-tei-ros? Mas o que é isso?" – estranhou o Brigadeiro.

Ao ser informado do significado da palavra, ao ficar ciente de que a notícia estava se espalhando como uma praga entre os trabalhadores do Brasil, o mais udenista dos udenistas desdenhou: "Quem pode crer em semelhante tolice?". Carlos Lacerda, arreganhou as mangas: "Brigadeiro, o senhor tem que fazer um novo discurso desmentindo essa história!". O assessor puxa-saco minimizou: "O povo não vai acreditar nisso!".

Não é preciso contar o que aconteceu com o brigadeiro, que era bonito e solteiro. O resto da história os militantes da esquerda e os blogueiros de direita sabem perfeitamente como terminou. Tanto sabem que os "engenheiros do caos", de um lado e de outro, serão os mitos dessas eleições de 2020.





Paço da Liberdade, Curitiba.

PATRIMÔNIO CULTURAL DO PARANÁ

Por DARCI PIANA

O desenvolvimento paranaense ao longo dos séculos criou inumeráveis marcos históricos por todo o nosso território, como testemunhas do dinamismo do ser humano que veio habitar esta terra tão rica. Entre outras joias está o Teatro Geraldo Moreira, agora reformado e devolvido à população de Bela Vista do Paraíso e região como unidade de cultura e de serviços do Sesc e do Senac Paraná.

Mas é preciso contar esta história com detalhes. Certo dia, em meados de 2017, recebi na sede da Fecomércio Paraná, ao lado do Diretor Regional do Sesc, Emerson Sextos, do assessor jurídico Carlos Sotti Lopes e dos presidentes dos nossos sindicatos da região de Londrina, José Alberto Pereira, Roberto Martins e Jeffeson Proença Testa, a visita do Deputado Federal Alex Canziani, acompanhado de uma comitiva de Bela Vista do Paraíso, comandada pelo Prefeito Edson Brene, e incluindo o Presidente da Câmara Municipal, Rondinele Beluci Meira, além de diversos vereadores do município.

Formalizamos ali o interesse do Sesc-PR em receber como doação o imóvel do Teatro Municipal Geraldo Moreira, inaugurado nos primórdios da década de 1960 e um dos primeiros do interior paranaense. Meses depois, em 30 de novembro, recebemos, durante solenidade em Bela Vista do Paraíso, a cópia da Lei Municipal nº 1.171/2017, autorizando a doação tanto do imóvel pertencente do teatro como da praça em frente.

A partir de então, demos início à reforma e a reciclagem do local, para oferecer educação, cultura, saúde, assistência social, qualificação profissional e lazer à comunidade, além de revitalizar a própria sala de espetáculos.

Assim o compromisso do Sistema Fecomércio Sesc/Senac Paraná com a memória paranaense materializa-se mais uma vez, como vem ocorrendo há mais de dez anos. Ele está presente no Paço da Liberdade, em Curitiba, no Sesc Cadeião, em Londrina, e na Estação Saudade, em Ponta Grossa, imóveis restaurados e reciclados para sediar unidades culturais do Sesc. Também no Senac de Foz do Iguaçu, antiga sede do Hotel Cassino, e no Belvedere do Setor Histórico, em Curitiba, restaurado pela prefeitura para sediar a Academia Paranaense de Letras, e que passou a abrigar um café-escola do Senac. O próximo passo será o Armazém Macedo, em Antonina, antiga residência e posto de estocagem de erva-mate de propriedade da família do Comendador Macedo, também cedida ao Sesc pela prefeitura local depois de restauração levada a cabo pelo IPHAN.

O Teatro Geraldo Moreira foi inaugurado em dezembro de 1962, construído no formato do Avião 14 Bis. É um ícone da cidade, e foi inteiramente renovado para ser desfrutado como nos anos de antigamente, fazendo com que passado e futuro se encontrem no presente, a partir de setembro de 2020.

É o que se conta no livro que mandamos produzir, autoria da jornalista Larissa Grizoli, para que documente a obra realizada, como legado às novas gerações de bela-vistenses, visitantes, acadêmicos e interessados de todos os quadrantes.

CRIMES DA LESA-LÍNGUA

Por DEONÍSIO DA SILVA*

Comete crime de lesa-língua quem propõe e impõe “alunx”, “alunxs”, “professora@”, “professor@s” e demais palavras ausentes do sistema da língua portuguesa.

A delicadeza do português na questão dos gêneros é óbvia. A uma reunião de alunos e de professores, vão todos. Se é apenas reunião de alunas e de professoras, vão somente elas. Se os alunos ganham bolsa, as alunas também estão incluídas. Se a bolsa é para alunas, é só para elas.

Como fazer com “atleta”, “pianista”, “vítima”, “pederasta”, “psicanalista”, “cineasta”? Não temos “atleto”, “pianisto”, “víctimo”, “pederasto”, psicanalista”, “cineasto”.

Nunca pude imaginar que o ensino brasileiro descesse tanto, a ponto de mutilar deste modo o mundo que a língua portuguesa criou e mantém há mais de um milênio.

O Brasil, uma das maiores economias do mundo, está em 67º lugar numa avaliação internacional que contemplou 72 nações.

Essas alterações, que me desculpem seus proponentes e adeptos, são indícios de uma ignorância fatal do que seja o sistema de uma língua.

* Escritor e professor, Doutor em Letras pela USP. Seus livros mais recentes são “Stefan Zweig deve morrer” e “Mil e uma palavras de Direito” (www.almedina.com.br). Também da Academia das Ciências de Lisboa, é membro honorário da Academia Paranaense de Letras.

Uma língua não tem apenas um autor, não é obra de um indivíduo. É uma criação popular, talvez o patrimônio mais valioso de quem a domina.

Olhem o que estão fazendo: se por alguma loucura adicional - vivemos tempos loucos - algum estamento arrebatasse o poder e impusesse por decreto ou por acordo de lideranças esta besteira - iria para o cemitério das línguas mortas "a última flor do Lácio, inulta e bela, a um tempo esplendor e sepultura, ouro nativo que na ganga impura, a bruta mina dos cascalhos vela".

E os cegos que leem pelo sistema braille vão ler os textos de vocês como? Nossa língua está entre as primeiras das redes sociais e da Internet, apesar de vocês e de suas evidentes insuficiências na arte de falar, ouvir, ler e escrever.

Voltem à escola. Não querem ou não podem? Há muitos cursos à distância. E voltem aos livros. Eles não estão mais apenas nas bibliotecas e livrarias. Estão nos seus computadores e celulares. Você precisam ler.

"Quem não lê/ mal fala/ mal ouve/ mal vê", já dizia Monteiro Lobato, a quem, aliás, as mesmas tribos que desfraldram tais bandeiras estão atacando.

Esta botânica do português nem é a minha área preferencial. Não sou gramático, sou professor e escritor.

Eu sou jardineiro das palavras. Mas, abelhudo, meti o bedelho.

Parem com isso. Querem uma boa causa linguística? Vamos defender os últimos falantes das línguas indígenas brasileiras. Eles estão morrendo infectados. Também por coronavírus. E com eles estão morrendo as ricas línguas que falavam, repletas de complexas sutilezas, das quais entretanto só tivemos alguns indícios.

As bandeiras de vocês podem ser outras. Contem comigo. Mas para mutilar e assassinar a língua a tecladas, não! Jamais.

CARPE DIEM E HORÁCIO

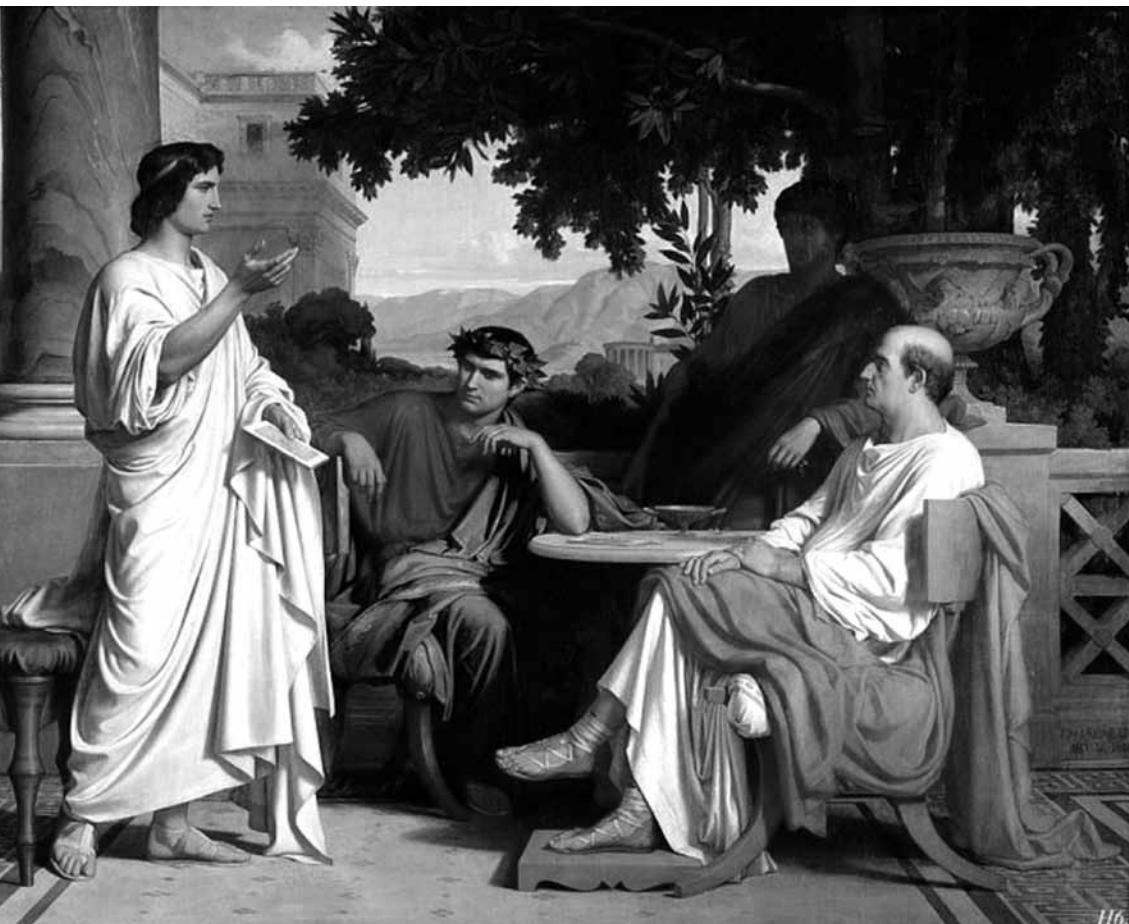
Por EDUARDO ROCHA VIRMOND

O interesse por literaturas da antiguidade começou primitivamente ao assistir o novo filme sobre Winston Churchill, em seu espirituoso diálogo dentro do metrô (chamam de subterrâneo) de Londres em que ele cita Horácio:

*Para todos os homens desta terra
Vem a morte, mas cedo ou mais tarde.
E como um homem pode morrer melhor
Senão a enfrentar probabilidades impossíveis?
Pelas cinzas de seus pais,
Pelos templos de seus deuses.*

Esta citação de Horácio deve ser de uma de suas preciosas Odes, que comportam três livros, de onde vêm a denominada *Carpe Diem*, que aqui vai – não se sabe quem foi o tradutor, mas é o que está transcrito na internet:

*Não interrogues, não é lícito saber a mim ou a ti
que fim os deuses darão, Leucônoe. Nem tentes
os cálculos babilônicos. Antes aceitar o que for,
que muitos invernos nos conceda Júpiter, quer este último
apenas, que ora despedaça o mar Tirreno contras as pedras
vulcânicas. Sábia, decanta os vinhos, e para um breve espaço de tempo*



Virgílio, Horácio e Vário na casa de Mecenas. Pintura de Charles François Jalabert (1819)

*poda a esperança longa. Enquanto conversamos terá fugido despeitada
a hora: colhe o dia, minimamente crédula no porvir.*

A expressão *Carpe Diem* tornou-se um aforismo epicurista e um tema poético a que inúmeros poetas recorrem. No Brasil, por exemplo, Gregório de Matos, imitando um famoso poema de Góngora, diz, em soneto dedicado a uma “discreta e formosíssima Maria”:

*Discreta e formosíssima Maria,
Enquanto estamos vendo a qualquer hora
Em tuas faces a rosada Aurora,
Em teus olhos e o boca o Sol, e o Dia:
Enquanto com geentil descortesia
O ar, que fresco Adonis te namora,
Te espalha a rica trança voadora,
Quando vem passear-te pela fria:
Goza, goza da flor da mocidade,
Que o tempo trata a toda ligeireza
E imprime em toda flor sua pisada.
Ó não aguardes que a madura idade
Te converta essa flor, essa beleza,
E terra, em cinza, em pó, em sombra, em nada.*

O soneto mencionado de Góngora, uma obra-prima, é o seguinte:

*Mientras por competir com tu cabello,
oro bruñido al sol relumbra en vano;
mientras con menosprecio en medio el llano
mira tu blanca frente el lilio bello;*

*mientras a cada lábio, por cogello,
siguen más ojos que al clavel temprano;*

*y mientras triunfa con desdén Lozano
del luciente cristal tu gentil cuello;*

*goza cuello, cabello, labio y frente,
antes que lo que fue en tu edad dorada
oro, lilio, clavel, cristal luciente,*

*no solo en plata o viola troncada
se vuelva, mas tú y ello juntamente
en tierra, en humo, en polvo, en sombra, en nada.*

O poeta Mário Faustino escreveu o seguinte belíssimo soneto chamado de *Carpe Diem*:

*Que faço deste dia que me adora?
Pegá-lo pela cauda, antes da hora
Vermelha de furtar-se ao meu festim?
Ou colocá-la em música, em palavra,
Ou gravá-lo na pedra, que o sol lavra?
Força é guardá-lo em mim, que um dia assim
Tremenda noite deixa se ela ao leito
Da noite precedente o leva, feito
Escrevo desta fêmea a quem fugira
Por mim, por minha voz e minha lira.
(Mas já de sombras vejo que se cobre
Tão surdo ao sonho de ficar – tão nobre.
Já nele a luz da lua – a morte – mora,
De traição foi feito: vai-se embora.)*

Estamos em face de uma das mais ricas literaturas, a literatura latina, que começa ainda ao mesmo tempo em que despontava a mais importante de todas, a literatura grega.



Imagen da primeira edição ilustrada de Horácio (1498): ode 1.3 “À nau para que traga Virgílio incólume”.



Satura (1520)



Edição da obra de Horácio pelo florentino Cristóforo Landino (1482)

Com quem começa a literatura grega? Com Hesíodo, com Heráclito. A filosofia acompanha a literatura, por isso temos Parmênides, Sócrates, Platão, Aristóteles; Homero – devido a sua extraordinária importância, está sozinho em seu século, oito séculos antes de Cristo, principalmente por suas obras Ilíada e Odisseia, que hoje se lê como novidade.

A literatura latina começa, talvez, vamos arriscar, quatro séculos antes de Cristo. Nenhuma dessas literaturas tem data fixa de formação. Se escolhermos Horácio é porque ele é símbolo da literatura latina, tal como Virgílio, sem nunca esquecer se Cícero, um gigante da história romana.

Parece ser verdadeiro que, em Roma, daqueles que apreciavam a marcha do tempo, muitos exigiam que deveria haver entre eles alguém que faria algo comparável a Homero. Já estava em andamento essa vontade, de onde Virgílio foi capaz de uma obra como a Eneida, escrita em latim, exemplo de sua genialidade e de excelência não só da língua, mas ainda em criar ou recriar enredo, um drama da mais alta qualidade.

No Brasil é notável a participação de Manuel Odorico Mendes, autor de *Eneida Brasileira* (editada pela Unicamp), que não é senão a sua tradução da obra inteira de Virgílio. E, mais ainda, esse homem também traduziu do grego as duas epopeias de Homero. Todas em versos, é supreendente! Odorico teve suas compensações, por isso foi conduzido à Academia Brasileira de Letras, ainda no século XIX.

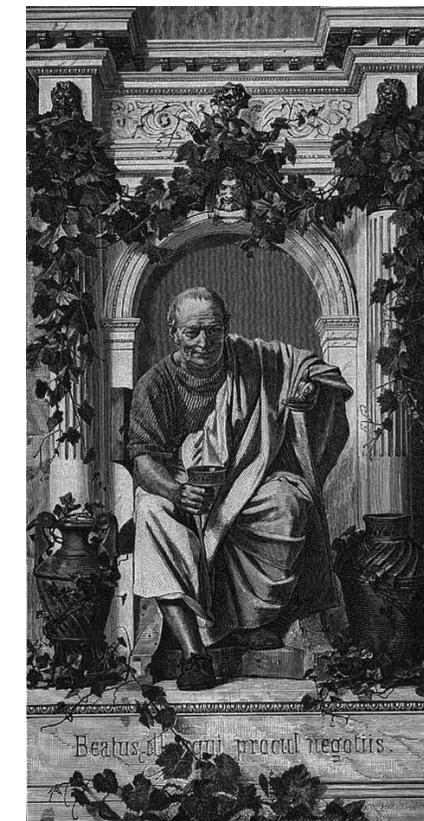
Recomenda-se dois livros traduzidos do inglês (Fundação Calouste Gulbenkian) que valem a pena, que começam a vão mais longe: *Principium Sapientiae – As Origens do Pensamento Filosófico Grego*, por F.M.Cornford e *Os Filósofos Pré-Socráticos*, de G.S.Kirk e J.E.Raven.

Para a literatura latina: *Anthologie de la littérature latine* (Ed. Folio), de Jacques Gaillard e René Martin; *Littérature latine* (Ed. Puf), de Zehnacker e Fredouille.

Agora dois livros em face de Horácio: *L'Invention de La vie privée et Le modèle d'Horace*, autoria coletiva de Cottegnies, Line, Dauvois,

Nathalie, Delignon e Benedicte, e *La Morale de l'amour dans Les Odes d'Horace*, por Bénédite Delignon (Ed. Sorbonne).

Tudo isso de que falamos é constituído de assuntos muito complexos, mas que vale pela sapiência e pelo espírito nos engrandecer a alma, por mais tortuosos que sejam, longe de nosso pequeno mundo, a exigir tempo e dedicação.





IMPERADORES DE OPERETA

Por ERNANI BUCHMANN*

Os países latino-americanos, surgidos no século XIX, foram moldados pela figura do ditador todo poderoso, patrono e carrasco, capaz de unir céu e terra, paraíso e inferno. Na introdução de *Tirano Banderas*, romance inaugural da moderna literatura sobre ditadores, do espanhol radicado no México Ramón Del Valle-Inclán, seu tradutor Newton Freitas define os déspotas do continente como “hipócritas, patrioteiros, demagogos, cruéis, violentos, patricarcais, salvadores da pátria, defensores do povo, os tiranos caudilhescos povoam as terras americanas desde Rosas, França, López, Porfírio Diaz, Gómez, Vargas, Pérez Jimenez...Vem do século XIX e alcançam intactos o século XX, quando Valle-Inclán chega à América”.

Não poderia haver cenário mais propício para uma literatura baseada em seu poder ilimitado. Surgiram assim os chamados romances de ditador. Ou no plural, de ditadores.

Apesar das ditaduras não serem produtos exclusivos da América Latina, como os exemplos europeus de Hitler, Stalin, Mussolini, Primo de Rivera, Franco e Oliveira Salazar, entre outros, nos mostram, foi na América Latina que a tomada violenta de poder, trazendo com ela a supressão das garantias fundamentais, mais se manifestou. Assim, nada surpreendente que tal tipo de literatura tenha encontrado seu ambiente mais favorável.

*Este artigo resume ensaio do autor sobre o tema, publicado pelo Sesc PR com o subtítulo de Os Ditadores Latino-americanos como fontes da literatura.

Alejo Carpentier, em *O Recurso do Método*, faz o protagonista, o Primeiro Magistrado, já no exílio em Paris, citar a figura do Libertador – no singular, embora eles tenham sido muitos – como o paradigma dos colegas ditadores do continente ibero-americano. E lamenta seus destinos, ingloriosos como o dele:

“E eu pensava amargamente no lamentável fim de Estrada Cabrera; nos inúmeros mandatários arrastados pelas ruas de suas capitais; nos expulsos e humilhados, como Porfírio Diaz; nos encalhados neste país, depois de um longo poder, como Guzmán Blanco; no próprio Rosas, da Argentina, cuja filha, cansada de representar papéis de virgem abnegada, de magnânima intercessora diante dos encarniçamentos do Terrível, revelando-se, de repente, em sua verdade profunda, tinha abandonado o duro patriarca ao chegar-lhe o ocaso, deixando-o morrer de tristeza e solidão nas paragens cinzentas de Southampton – ele, que outrora fora dono de pampas infinitos, rios de prata, luas como só podem ser vistas por lá, sóis levantados e postos a cada dia sobre os horizontes que dominava, vendo passar as cabeças de seus inimigos, apregoadas como ‘melancias boas e baratas’, nas alegres carroças dos vendedores”.

O tema deixou sementes na África, outro continente vitimado por sucessivas ditaduras. O angolano Pepetela (Artur Pestana dos Santos) lançou em 2018 o romance *Sua Excelência, de corpo presente*, que se passa durante o velório de um ditador africano. Iniciando com um definitivo “Estou morto”, o livro é narrado pelo próprio ditador, enquanto testemunha o que ocorre ao redor e relembraria seus dias de glória.

Por aqui, em 1990 a brasileira Márcia Hoppe Navarro publicou “O Romance do ditador – poder e história na América Latina”, tese universitária publicada pela Ícone Editora, em que destaca três obras: *O Outono do Patriarca*, *Eu o Supremo* e *Recurso do Método*, de autoria de Gabriel García Márquez, Augusto Roa Bastos e Alejo Carpentier, respectivamente. Os três livros foram publicados em meados dos anos 1970, em meio ao *boom* mundial da literatura hispano-americana.

Faltou à autora incluir outro romance saído na mesma época e gestado na mesma catadura, porém não publicado em português: o saboroso *Ofício de Difuntos*, do venezuelano Arturo Uslar Pietri. Além dos citados, existem mais de 100 obras do gênero escritas em castelhano, inglês, francês e português, por autores de inúmeras nacionalidades, todas referentes a ditadores latino-americanos.

A diferença entre romances das ditaduras e romance de ditadores, está na presença destes últimos. O ditador é sempre protagonista da trama, mesmo que sua figura quase não se mostre durante a narrativa. É a presença asfixiante do sátrapa multipoderoso que define o subgênero, ao contrário das obras sobre ditaduras, em que as regras são impostas por um regime autoritário, e não o eventual ocupante do poder.

Em *As Matrizes do Fabulário Ibero-Americano* (edição Edusp), coordenado pela escritora e acadêmica Nélida Piñon, com organização de Gerson Damiani e Maria Inês Marreco, os autores mostram as bases do que vieram a se tornar os romances de ditadores. Eles estabelecem o tempo do ditador argentino Juan Manuel de Rosas (1829-1832 e 1835-1852) como a inspiração original, ele próprio personificando uma espécie de geneearca, a partir de quem resultaram os demais ditadores latino-americanos.

Na mesma época o Paraguai tinha no poder o seu fundador, José Gaspar Rodriguez de Francia. Dois médicos suíços, Juan Renner e Marcelino Longchamps, que usufruíram da corte paraguaia, foram expulsos do país pelo ditador na década de 1820 e pouco tempo depois, de volta à Europa, lançaram a obra *O Ditador Perpétuo*, primeira obra a enfocar a figura do caudilho. No entanto, não se tratava de ficção, mas de análise do país criado sob o tacão de Francia.

Anos mais tarde, em 1845, foi publicada a obra *Facundo, ou Civilização e Barbárie*, de 1845, sobre o período de Rosas, de autoria de Domingo Faustino Sarmiento, educador, jornalista e depois presidente argentino. Para os ensaístas de *As Matrizes do Fabulário*

Ibero-American, é um “misto de biografia, romance e ensaio político”, que relata o fenômeno do caudilhismo a partir da figura de Facundo Quiroga, mandachuva de La Rioja. Escrito enquanto estava exilado no Chile, “Sarmiento expôs no livro a tese de que o homem é produto da natureza e do ambiente que o rodeia, caracterizando os unitários, homens da cidade, como civilizados e liberais, enquanto os federais, gaúchos dos pampas argentinos, eram retratados como símbolos da barbárie”.

Seis anos mais tarde, em 1851, saiu o romance *Amalia*, do argentino José Marmol, tido como a primeira obra de narrativa ficcional em tempos ditoriais, descrevendo Rosas como alguém que “bebia sangue, suava sangue, respirava sangue”.

Outro argentino, Esteban Echeverría, escreveu entre 1838 e 1840, o romance *El Matadero*, “considerado uma metáfora sobre a política de repressão da ditadura de Rosas” (in *As Matrizes do Fabulário Latino-American*o).

Essas obras são consideradas as precursoras do subgênero, hibernado durante mais de 50 anos, desde a publicação de *El Matadero*, em 1871.

Na virada do século XX, Joseph Conrad, escritor de língua inglesa ainda que nascido na Polônia, conhecido por obras como *Coração das Trevas*, publicou o romance *Nostromo*, passado em um país caribenho. Outras obras menores surgiram nos anos seguintes até que, em 1926, surgiu o que é tido como o primeiro romance de ditador da era moderna: *Tirano Banderas*, do escritor espanhol, radicado no México, Ramón del Valle-Inclán. A obra tem diversas características inovadoras, tanto do ponto de vista gramatical como semântico. Mas seus pontos fortes estão na crítica social, por meio da paródia sobre um país fictício (Santíssima Trinidad de Tierra Firme), dominado pelo General Santos Banderas. A ilógica realidade e os absurdos gerados por ela abrem caminho para uma literatura que, mais tarde, ao ser levada adiante por outros autores, passou a ser chamada de realismo fantástico.

Na mesma década, em 1929, Martin Luís Guzmán publicou o romance *La Sombra Del Caudillo*, retratando os violentos conflitos ocorridos no México naqueles anos, com o poder absoluto exercido por Alvaro Obregón e seu títere Plutarco Calles.

Dezessete anos mais tarde surgiu outra obra a dar continuidade ao tema. Escrito pelo guatemalteco Miguel Angel Asturias, primeiro latino-americano a ser premiado com o Nobel de Literatura, *O Senhor Presidente* foi escrito em sua maior parte durante o exílio do autor em Paris, nos anos 1930, ainda que sua primeira edição seja mexicana, de 1946. A história de amor que domina a narrativa está impregnada da violência desmedida que permeia todo o livro, a partir do autoritarismo do onipresente Presidente Constitucional da República, personagem baseado do ditador guatemalteco Estrada Cabrera.

Em 1952 o colombiano Jorge Zelamea publicou a sátira *El Gran Burundún-Burundá há Muerto*, sobre os funerais do ditador Burndum Burandá, “ditador que empregou todos os recursos para banir o uso da palavra e todas as formas de linguagem no seu país” ((in *As Matrizes do Fabulário Latino-American*o).

No fim daquela década, em 1959, o chileno Enrique Lafoucade publicou *La Fiesta Del Rey Acab*, romance em que retrata o fictício ditador Cesar Alejandro Carrillo Acab, mas inspirado no dominicano Rafael Trujillo, muitos anos mais tarde retratado também por Mario Vargas Llosa.

O início de uma nova série de romances de ditadores se deve à iniciativa do mexicano Carlos Fuentes e do peruano Mario Vargas Llosa, reunidos para uma conferência literária em Londres em 1967. Ali, conforme descrição de Fuentes em *Geografia do Romance* (1993), imaginaram uma publicação coletiva de narrativas que levaria como título “Os pais da pátria”, inspirada no ensaio de Edmund Wilson, *Patriotic Gore* de 1962. Além deles, fariam parte da coleção o paraguaio Augusto Roa Bastos, o argentino Julio Cortázar, o venezuelano Miguel Otero, o colombiano Gabriel García Márquez, o cubano Alejo

Carpentier, o dominicano Juan Bosch e os chilenos José Dornoso e Jorge Edwards. Ou seja, obras escritas em castelhano, por autores hispânicos.

O projeto ficou restrito, em um primeiro momento, aos romances de García Márquez (*O Outono do Patriarca*), Augusto Roa Bastos (*Eu o Supremo*) e Alejo Carpentier (*O Recurso do Método*). O venezuelano Arturo Uslar Pietri intrometeu-se na trama com a publicação de *Ofício de Difuntos*, na mesma época.

No fim da década seguinte, quase 15 anos depois daqueles quatro romances, García Márquez voltou ao tema com *O General em seu Labirinto*, narrando os últimos dias de Simón Bolívar, libertador e fundador dos países andinos do norte, presidente, ditador, chefe, dono de meio mundo, mandatário de Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia. O romance se detém nos últimos dias de Bolívar, doente de tuberculose, enquanto viaja pelo Rio Magdalena, na Colômbia, relembrando seus dias de glória em que mandou na Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia, ao mesmo (e a seu) tempo. O autor não esconde no texto a admiração pelo velho conquistador, razão pela qual o livro pode ser lido como uma homenagem a Simón Bolívar.

É tão grande a atração exercida pelo tema que até o inglês Graham Greene tratou entrar nesta seara. Em 1966, antes, portanto, do boom literário latino-americano, e anterior à ideia de Fuentes e Vargas Llosa, Greene publicou *Os Farsantes* (tradução brasileira para *The Comedians*, em Portugal literalmente *Os Comediântes*), passado no Haiti do ditador François Duvalier, o Papa Doc. Graham Greene foi um escritor prolífico, com 60 romances publicados durante sua longa carreira – nascido em 1904, morreu aos 86 anos, em 1991. Viveu no México e viajou muito pela América Central e Caribe, locais em que localizou algumas de suas tramas. *Os Farsantes* foi levado ao cinema, com roteiro também escrito por Graham Greene e estrelado pelo casal Richard Burton e Elizabeth Taylor.

Como ele, os demais autores das obras constantes do presente estudo viveram (e no caso de Vargas Llosa continua vivendo) longos

períodos na Europa ou nos Estados Unidos, como diplomatas, professores ou simples exilados, amealhando vasta cultura que fica exposta em algumas das obras (*Recurso do Método*, *Eu o Supremo*, por exemplo). A vida longe da pátria também lhes permitiu o necessário distanciamento crítico para a tessitura das tramas.

Apenas três autores brasileiros se debruçaram no assunto de forma direta, no ambiente da literatura – Glauber Rocha e Oduvaldo Viana Filho também, porém ambos na dramaturgia. Josué Guimarães publicou *Os Tambores Silenciosos*, sobre um prefeito-ditador da cidade de Lagoa Branca (na verdade, Lagoa Vermelha, terra do autor) e Raimundo Magalhães Jr. escreveu, nos anos 1950, o romance *O Capitão dos Andes*, enfocando o ditador boliviano Mariano Melgarejo. Sobre nossos eventuais ditadores, nada. E Deonísio da Silva publicou *A Cidade das Pedras*, fazendo a relação entre o tempo do Marquês de Pombal e o governo militar brasileiro dos anos 1970.

Diz Octavio Ianni, citado por Eliane Dávila Sávio em sua tese de pós-graduação *História e Literatura em Eu o Supremo de Augusto Roa Bastos*: “Tais romances, de certa maneira, constroem a fisionomia da sociedade nacional, da nação enquanto sociedade, cultura, história, lutas, vitórias, derrotas, dilemas, façanhas e fica bastante nítida a ressonância da nação no romance, e deste na imagem que uns e outros podem construir da nação que se espelha no ditador, este é levado às últimas consequências enquanto criação histórica e fantasia do escritor.

Estabelecida a premissa proposta por Ianni, todas as abordagens são possíveis e todos os resultados literários serão pertinentes.





BELVEDERE

ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS

Por ERNANI BUCHMANN*

Discurso pronunciado na reinauguração do Belvedere
em 19 de dezembro de 2019 quando passou a ser sede
da Academia Paranaense de Letras.

Caro prefeito Rafael Greca, que nos dá a honra de poder receber este Belvedere restaurado para sediar a Academia Paranaense de Letras, da qual V. Excia. é membro desde o ano 2001, e com quem dividi o encargo de trazer nos braços para este espaço, ao fim de um espetáculo de Natal estrelado pela bailarina Ana Botafogo, o cravo do maestro Roberto de Regina, que ameaçava se desfazer – o cravo e o maestro – sob a garoa daquela noite de dezembro de 1979; caro Vice-Governador Darci Piana, também presidente do Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná e membro da nossa Academia; ilustres Senadores e acadêmicos Oriovisto Guimarães e Flávio Arns, que nos orgulham por representar a Academia Paranaense de Letras em Brasília; nossos acadêmicos, os quais saúdo na pessoa de Eduardo Rocha Virmond, expressão nacional de competência na administração da cultura; demais autoridades presentes, convidados,

Senhoras e Senhores.

A Academia Paranaense de Letras, expressão máxima da cultura paranaense foi criada em 1936, por iniciativa de Ulysses Vieira e seus companheiros do Centro de Letras do Paraná, sem que seus fundadores pudessem suspeitar que a nova entidade vagaria como o

fantasma do pirata Zulmíro por oito décadas, sem possuir um lugar para chamar de seu.

Nascemos dentro do Centro de Letras e depois andamos mendigando teto no Instituto Histórico e Geográfico do Paraná, na década de 1950, voltamos ao Centro de Letras – que nos abrigou por quase 50 anos, em troca do pagamento anual do alvará do Corpo de Bombeiros – passamos pelo Centro Paranaense Feminino de Cultura, pelo Sesc da Esquina, que hoje sedia a nossa biblioteca, e pela Federação do Comércio até chegarmos à casa própria.

Foi preciso que a nossa então presidente, a acadêmica Chloris Casagrande Justen, patrimônio da educação e da cultura paranaenses, mobilizasse toda a classe política, da Fundação Cultural de Curitiba até o Palácio Iguaçu, para que a cessão deste imóvel para a Academia se materializasse, em 2014.

Não pudemos então habitar o Belvedere, por nos ter sido entregue em condições deploráveis. Em dezembro de 2017 ficou ainda pior, quando foi criminosamente incendiado.

O prefeito tomou a tarefa para si, prometeu restaurá-lo e cumpriu a promessa, de forma a que hoje estamos a testemunhar a inauguração não só da restauração do edifício, mas também da revitalização desta praça que já foi Praça do Mirante, Praça Emílio de Menezes e hoje atende por Praça João Cândido.

Construído por Cândido de Abreu para ser um mirante, inaugurado em fevereiro de 1916, o Belvedere foi sede da primeira estação de rádio do Paraná, a Rádio Clube Paranaense, conhecida pela sigla PRB-2; abrigou o observatório astronômico da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, o Centro Paranaense Feminino de Cultura, a União Cívica Feminina e um regimento da polícia entre outros locatários, ao longo das décadas.

Quando da cessão do edifício para a Academia, aqui funcionava, vejam a ironia, a União dos Moradores de Rua. Não sem resistência, deixaram o local para que nele se instalasse a mais antiga instituição

cultural sem teto do Paraná, talvez do país: a Academia Paranaense de Letras.

(Quando visitei o local pela primeira vez, havia um cartaz na parede onde agora está afixada a placa comemorativa: “proibido dormir neste local”)

Apesar da importância da Academia, é importante esclarecer que ela se compõe de apenas 40 membros, repetindo o modelo consagrado pela Academia Francesa e pela Academia Brasileira de Letras.

Somos pessoas voltadas às letras, às ciências, ao fazer cultural, mas em regra não somos dotados de posses.

A Academia é entidade há mais de 80 anos em estado de vulnerabilidade financeira, com o que teremos grandes desafios pela frente, no nosso mister de desenvolver a cultura no Paraná.

Por isso, foi fundamental a interseção do presidente Darci Piana, à frente do Sistema Fecomércio Sesc Senac Paraná, no sentido de propor a instalação de um café-escola do Senac no andar térreo, medida que vai povoar esta praça de curitibanos e de turistas, revitalizando toda a região e mostrando aos visitantes a força da cultura paranaense.

A lei 13.883/14, que autorizou a cessão do Belvedere para a Academia, trouxe também a exigência de criarmos o Observatório da Cultura Paranaense, por inspiração do então Secretário de Educação Flávio Arns.

O Observatório foi criado em outubro último, com a participação das entidades culturais colegiadas, como o Instituto Histórico, o Centro de Letras, o Centro Feminino, as diversas academias literárias aqui sediadas, associações de cunho cultural e outras entidades que possuem a promoção da cultura paranaense como um de seus propósitos, diretos ou indiretos.

Em convênio com a Secretaria Estadual de Educação iremos ativar os projetos de ensino da História do Paraná nas escolas, conforme as disposições legais.

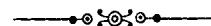
Destaco, por fim, a importância de se inaugurar um espaço voltado à cultura, neste país que sofre não só com a ausência de políticas culturais, mas com a franca antipatia a ela devotada por alguns figurões de altíssimo coturno federal.

Estaremos aqui, no antigo mirante, em vigília constante, na certa sob os olhares rigorosos de Cândido de Abreu, do ex-governador Manoel Ribas – que adquiriu, pelo governo do estado, este imóvel em 1932 e que viveu alguns anos aqui em frente, quando o atual Museu Paranaense era a sede do governo do estado, então Palácio São Francisco – e de tantas outras personalidades que viram esta cidade crescer e se tornar uma referência internacional em urbanismo e preservação histórica.

Quero agradecer a todos que contribuíram para que esta solenidade fosse possível, em especial aos acadêmicos Rafael Greca, Darcy Piana, Oriovisto Guimarães e Flávio Arns, pelo respeito à história da Academia Paranaense de Letras e pelo zelo com o seu futuro.

Viva a Academia Paranaense de Letras!

Muito obrigado.



GABRIEL GARCIA MÁRQUEZ: O AMOR, O TEMPO E O CÓLERA

Por ETEL FROTA

*Em adelanto van estos lugares:
Ya tienen su diosa coronada.*

(Canção de Leandro Díaz,
epígrafe de “El amor em los tiempos delcólera”
de Gabriel García Márquez)

Em 1982, na entrega do prêmio Nobel, García Márquez falou sobre o continente onde “poetas e mendigos, músicos e profetas, guerreiros e malandros, todas as criaturas dessa realidade sem limites, tivemos de pedir pouco da imaginação, porque o nosso problema crucial tem sido a falta de meios convencionais para tornar nossas vidas críveis. [] Num dia como o de hoje, meu mestre William Faulkner disse neste mesmo lugar: ‘Eu me nego a admitir o fim do homem’. [] O desastre colossal que ele se negava a admitir há 32 anos é, hoje, nada mais que uma simples possibilidade científica. Diante desta realidade assombrosa, que através de todo o tempo humano deve ter parecido uma utopia, nós, os inventores de fábulas que acreditamos em tudo, nos sentimos no direito de acreditar que ainda não é demasiado tarde para nos lançarmos na criação da utopia contrária. Uma nova arrasadora utopia da vida, onde ninguém possa decidir pelos outros até mesmo a forma de morrer, onde de verdade seja certo o amor e seja possível a felicidade, e onde as estirpes condenadas a cem anos de solidão tenham, enfim e para sempre, uma segunda oportunidade sobre a Terra.”

2020. No momento em que bate à nossa porta a distopia de Faulkner/possibilidade científica de García Márquez, eis que nos resta correr para as colinas da literatura. Chegou a morte biológica coletiva, na forma de um vírus coroado que emerge da ferida profunda aberta por nossa mão na pele da Terra exausta. Chegou a morte simbólica, no abominável cortejo de peçonhas geopolíticas revolvidas pela emergência do vírus. Chegou a morte da nossa brasileira ficção de cordialidade; é o Brasil sincerão que mostra a sua cara e suas armas.

“O amor nos tempos do cólera” pareceu um bom ponto de largada. Nenhum de nós sabia até onde essa catástrofe nos levaria. [Enquanto escrevo, final de agosto de 2020, tampouco ainda sabemos. O que há de certeza é que esta semana acabamos de cravar 120 mil mortes brasileiras].

Restava-me na memória, da primeira leitura desse romance, apenas o acento romântico e letal do navio que sobe e desce o rio coalhado de cadáveres, abrigando um amor terminal. Eu tinha recentemente perdido uma grande amiga de forma trágica. E era o momento exato em que o futuro passava a ser uma inquietante e amedrontadora interrogação. Havia a dor lancinante e subjetiva da abrupta ausência da amiga, mesclada ao terror pelo futuro coletivo que começava a se desenhar. Havia uma nova ordem doméstica e afetiva em que encaixar a vida. Solidão, comida para fazer, medo, banheiro para lavar, indignação. Instalada na colina da ficção, a sina do amor quarentenado de Florentino Ariza e Firmina Daza parecia o máximo possível de *happy end* visível no horizonte.

Meu bem intencionado roteiro inicial apontava tão somente para leituras de ficções que tratassesem de epidemias. Mas sabemos todos que roteiros e boas intenções existem com a finalidade precípua de gerar desvios. Começava ali, também, uma rodada um tanto obsessiva de novas leituras e releituras garciamarqueanas, que me preencheram a vida pelas muitas semanas seguintes.

Novos títulos, novos contágios. Em Macondo, revisito o surto

de insônia que resultou na evasão coletiva da memória e o infalível sistema de isolamento social concebido por José Arcadio Buendía, em que uma barreira sanitária pendurava sininhos em ‘todos os forasteiros que por aquele tempo percorriam as ruas de Macondo’, para que os moradores da cidade se mantivessem deles afastados. Bons tempos.

Para além das fantásticas histórias, foi se desenhando, nítido e também altamente contagiente, o personagem Gabo. Tragada por sua biografia, corro aqui o risco de incorreções e de chuva no molhado. Novamente impulsionada pelas discutíveis boas intenções, escoro-me no pressuposto do próprio autor, de que a vida é indissociável da obra.

Gabo, ciudadano de Macondo

Gabriel García Márquez nasceu em 1927 em Aracataca, uma pequena cidade produtora de bananas na Colômbia. No ano seguinte ao do seu nascimento, aconteceu na cidade uma carnificina que passou à história como “O massacre das bananeiras”. Os trabalhadores dos bananais, empregados da companhia norte-americana que explorava igualmente lavouras e lavradores, entraram em greve. Pediam contratos escritos, a fixação da jornada de trabalho diária em oito horas, uma folga por semana e a eliminação do sistema de cupons de comida. O governo americano ameaçou invadir a Colômbia com os *mariners*, caso o governo do país não agisse para proteger os interesses da empresa.

O governo do país agiu prontamente. Encurralou os grevistas em uma praça da cidade e abriu fogo sobre a multidão. Nunca se soube o número de mortos; há relatos que falam em 3.000. Consta que essa história de Aracataca deu origem à expressão “república das bananas”.

Gabo foi o primeiro filho de Luisa e Gabriel, um casal que afrontou a família para ficar junto. Foi deixado para trás quando

o casal se mudou da cidade, levando o filho mais novo. Foi assim que Gabito, até os 9 anos, foi criado pelos avós, as figuras mais importantes de toda a sua vida. Tinha adoração pelo avô Nicolás, um coronel liberal que lutara contra os conservadores na primeira grande guerra civil da Colômbia, a Guerra dos Mil Dias (1899-1902). Este conflito dizimou 3,5% da população colombiana e foi decidido pela participação norte-americana, que determinou a perda do Panamá e a construção do canal de ligação entre o Pacífico e o Atlântico. A guerra fratricida cindiu a Colômbia para sempre. *El abuelo* lhe contava, pois, histórias de bravura e sofrimentos, enquanto esperava por uma pensão que nunca chegou, porque ninguém escrevia ao coronel.

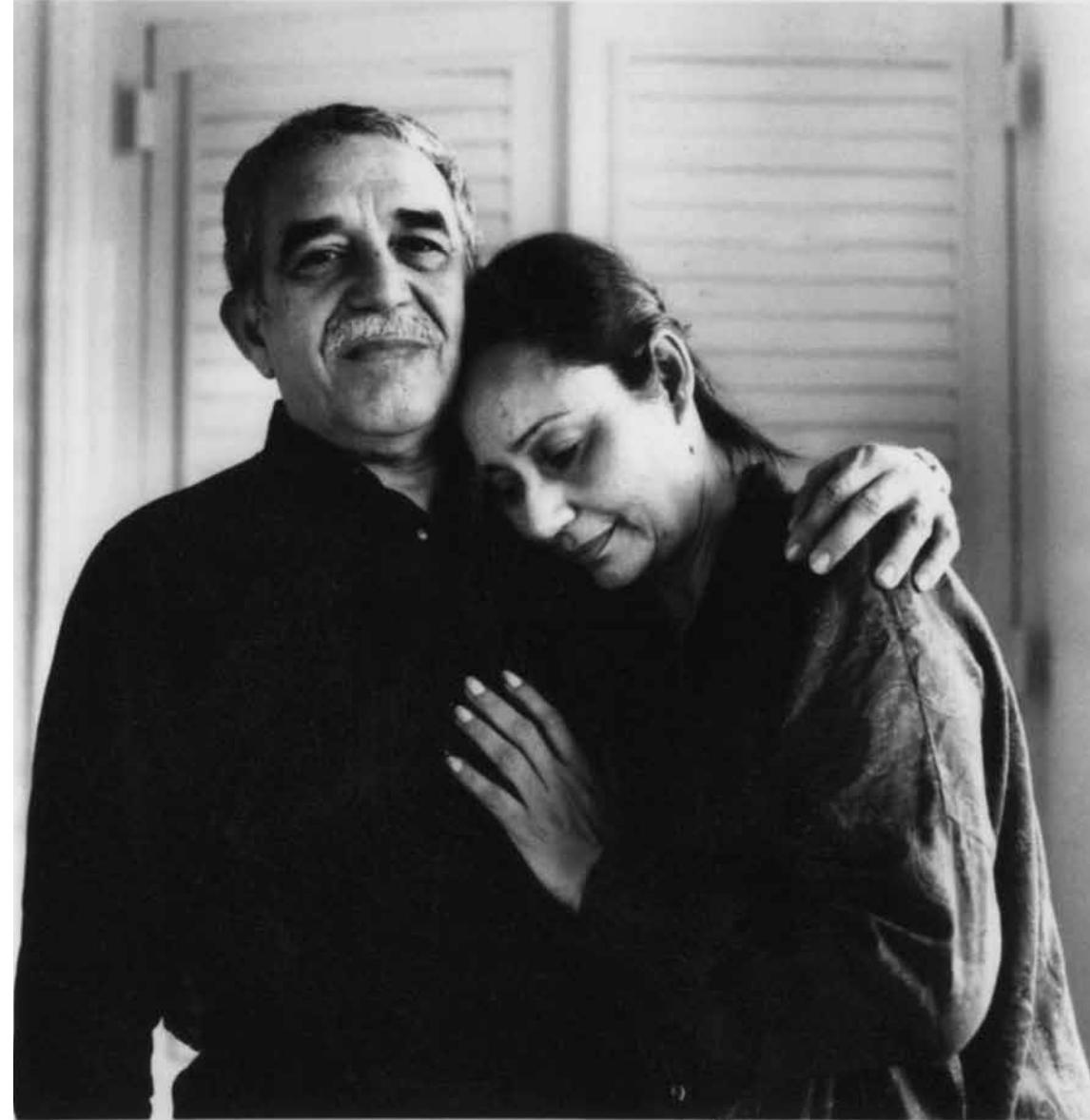
À avó Tranquilina, Gabo credita todas as narrativas que viria a inventar pela vida afora. Ela era uma contadora compulsiva de histórias e, segundo Gabo, desconhecia a linha divisória entre o mágico e o real.

Gabo, caribeño

Aos nove anos vai viver com os pais, em Sucre. Da condição de ungido, claramente o neto preferido em casa dos *abuelos*, passa a viver em uma família em que “nascia uma criança por ano”. Nas poucas vezes em que falou do pai, um telegrafista que virou o homeopata da comunidade, revelou um sentimento de estranheza. Pouco se soube, também, sobre a mãe.

Dos anos em Sucre, carregou dois fatos marcantes. A morte de um amigo, assassinado pelos irmãos da moça a quem pretensamente violara. A paixão fulminante, aos 14 anos, pela menina de 9, a quem viria buscar, quinze anos depois, para com ela viver até o fim da vida: Mercedes Barcha, a mulher organizada, discreta, inteligente e “da terra”, que o seguiu pelos quatro cantos do mundo, com quem teve os filhos Rodrigo e Gonzalo e que passou à história da literatura mundial

Helmut Newton, Dec. 1987 à Havana



*Pour Gabo et Mercedes avec mes
amitiés et tous mes remerciements
Pour une Séance mémorable.*

como a fiadora da adimplênciada família Márquez Barcha, no período febril em que Gabo se dedicava aos percalços da família Buendía.

Muito mais tarde, no México, entre 1965 e 67, enquanto escrevia “Cem anos de solidão”, Gabo abandonaria suas fontes de renda como roteirista e redator de publicidade. Vendeu o que pode, colocou nas mãos de Mercedes o dinheiro e a responsabilidade de se haver com os credores e se trancou em um quarto durante um ano e meio, 8 horas por dia. No dia em que o romance ficou pronto, foram ao correio para postar os originais para a editora, na Argentina. Tinham 40 pesos, e a postagem custaria 85. Foram então pesando blocos de páginas, até chegar aos 40 pesos e mandaram a primeira parte do livro. Voltaram para casa, juntaram o que ainda tinha algum valor -um aquecedor, um liquidificador e o secador de cabelos de Mercedes- e penhoraram os objetos. Com o produto dessa transação, postaram o resto do romance e ainda voltaram com 3 pesos de troco para casa.

Fixaram-se nele, indelevelmente, as cores do Caribe. Mais tarde, o amigo Plínio Mendoza relatará suas primeiras aparições na fria andina Bogotá, com modos sestrosos e camisas berrantes.

Gabo, periodista

Os primeiros tempos de Bogotá foram uma espécie de exílio. Em 1943 contava 16 anos e nunca antes tinha estado a mais de três metros do nível do mar; nunca deixara a região caribenha. Numa viagem de trem, ao longo de 1.000 km sobe os 2.640m pelos Andes acima. Na capital, assusta-se com a sensação do frio úmido na pele, que não conhecia. Assombra-se porque “dava trabalho para respirar”.

Adolescente, sem dinheiro ou um plano definido, passa pela experiência de solidão extrema. Tendo morado, depois, no mundo inteiro, seguiu afirmando ter vivido em Bogotá seu maior

estranhamento com uma cidade.

Inicia a faculdade de Direito, que abandonaria ao final do terceiro ano, reprovado.

A leitura de Franz Kafka é um momento decisivo da sua vida. No primeiro parágrafo de “A Metamorfose”, Gregor Samsa, transformado em inseto, leva Gabo a pensar: “Eu não sabia que era possível fazer isto. Mas se é assim, escrever me interessa”.

Envia ao jornal “El Espectador” seu primeiro conto, “A terceira resignação”, publicado com destaque e comentário editorial elogiosos. Confessaria mais tarde que a primeira sensação foi a de que tinha se metido em uma encrenca *del carajo*; nunca mais poderia deixar de ser escritor. Era 1947, Gabo tinha 20 anos e começava sua carreira, contratado como repórter do jornal. Nos anos seguintes, escreveu também para outros periódicos na Colômbia.

Em 1955, mesmo ano em que é publicado seu primeiro romance, “A Revoada (o enterro do diabo)”, García Márquez causou um tsunami jornalístico com a publicação, em 14 episódios, do relato de um homem que passara dez dias em um bote, à deriva no mar. A história já tinha sido amplamente divulgada pela imprensa. Com sua habilidade de fazer obras literárias a partir de reportagens, transformar em algo novo uma realidade mil vezes recontada, demoliu a versão chapa branca e heroica que a propaganda do governo ditatorial daquele momento tinha criado, já que o incidente envolvia patifarias oficiais e um navio da marinha que transportava contrabando.

No prefácio da edição do “Relato de um Náufrago” em livro, 15 anos depois, Gabo escreve, de Barcelona, que essa reportagem lhe custara “este exílio errante e um pouco nostálgico que tanto se parece também com uma balsa à deriva”.

Como correspondente do jornal colombiano, percorreu toda a Europa, inclusive os países do leste europeu.

Gabo y Cuba

Em 1959, o desembarque dos revolucionários barbudos na Baía dos Porcos, Cuba, derrubando a ditadura de Fulgêncio Batista (1901-1973), incendiou o imaginário da esquerda latino-americana. Gabo, aos 32 anos, aderiu prontamente ao ideário da revolução; ao lado de um grupo de intelectuais participou do núcleo fundador da Prensa Latina, em Havana.

Do entusiasmo mais desabrido com a revolução cubana, na década de 1970 Gabo passou a uma posição mais “defensiva e recatada”, nas palavras de Plínio Apuleyo Mendoza. Ainda assim, o episódio de prisão e autocrítica pública do poeta dissidente Heberto Padilla colocou García Márquez em oposição a Mendoza e outros intelectuais que romperam com Cuba. Data desse episódio o início das divergências públicas de Gabo com Vargas Llosa, que terminou em agressão física, em 1976. Ainda segundo Mendoza, García Márquez estava desapontado, mas não tornava públicas suas críticas porque “não queria ser usado”.

Nos anos 1980 Gabo e Fidel estreitaram sua relação pessoal. Em 1985 Gabo funda e dirige, em Cuba, a Fundação do Novo Cinema Latino-americano, onde ele próprio dá aulas de roteiro e leva à ilha nomes como Coppola, Robert Redford e Costa-Gavras.

García Márquez privou da amizade de outros influentes líderes políticos, entre eles Bill Clinton, que o considera “o melhor desde Faulkner”. Junto a Clinton levou a cabo tratativas e negociações visando suspender o embargo norte-americano a Cuba. “Quase deu certo”, declarou o ex-presidente.

Os detratores de García Márquez denunciavam sua fascinação pelo poder. Para Plínio Mendoza, “Fidel se parece com suas criaturas literárias mais constantes, com os fantasmas nos quais ele se projeta. [] Fidel é um mito recuperado dos confins de sua infância, uma nova representação de Aureliano Buendía”.

Juan Carlos Perez Salazar, da BBC, opina que “o que o atrai no poder são suas entrelinhas, seus meandros, seus personagens. Algo que, inevitavelmente, está vinculado à criação literária.’ E lembra que, convidado a se candidatar à presidência da Colômbia, Gabo recusou, ao passo que seu desafeto Vargas Llosa concorreu à do Peru.

Gabo e o vespeiro colombiano

Já sabemos que o fosso de ódios que bipartiu a Colômbia foi cavado nos mil dias na virada do século XIX e avançou pelo XX em um cenário de atentados, ditaduras, frentes nacionais, guerrilha, repressão do exército, milícias paramilitares de extermínio, cartéis do narcotráfico.

Não se sabe, entre García Márquez e Tom Jobim -ambos nascidos no mesmo ano - quem parafraseou quem, mas o fato é que Gabo disse certa vez que “a Colômbia, definitivamente, não é um país para principiantes”. Pressionado por ameaças, em 1962 se estabelece na Cidade do México. Esse será seu endereço principal até o fim da vida.

A Revista Alternativa, mais uma das iniciativas jornalísticas de Gabo, cujo lema é “atrever-se a pensar é começar a lutar”, aparece na cena colombiana em 1974, como “o braço desarmado da subversão”. A publicação duraria até 1980. É a época em que se consolida o Movimento 19 de abril, o M-19, um grupo formado por estudantes, intelectuais, profissionais liberais, que preconiza ações armadas urbanas. A Revista Alternativa era simpatizante do M-19.

Outro personagem que se consolida ao longo dessa década é o traficante Pablo Escobar (1949-1993), que ganha grande ascendência sobre populações marginalizadas, através de ações assistenciais e chega a ser eleito em 1982, por um dos partidos liberais, para uma suplência no Congresso à qual, por fim, foi pressionado a renunciar. “Na Colômbia, são os políticos que corrompem os narcotraficantes, e

não o contrário”, afirma Daniel Mejía, diretor do Centro de Estudos sobre Segurança e Drogas da Universidade dos Andes.

Em 1985 o M-19 ocupa o Palácio da Justiça, em Bogotá. O exército e a polícia reagem com ferocidade e retomam o prédio, com um saldo de mais de uma centena de mortes, incluindo a de 11 juízes. Há uma versão que afirma ter havido, nessa ação, conexão entre o grupo guerrilheiro e o Cartel de Medellín. Embaralha-se ainda mais o *embroglio* político-institucional. Reputações são arrastadas pelo episódio.

Detratores acusam Gabo de ter virado as costas para o seu país, pecha que ele nunca aceitou. Contra atacava os “porta-vozes do sistema e esquerdistas de araque, que no final das contas sempre terminam de acordo”. E concluía: “Em qualquer lugar do mundo em que eu esteja escrevendo, minhas histórias são colombianas”.

Estima-se que, entre 1983 e 1994, mais de 40 mil pessoas tenham morrido na Colômbia em consequência da guerra do/contra o narcotráfico. Com o assassinato do grande amigo Guillermo Cano, em 1986, pelo Cartel de Medellín, Gabo volta de corpo inteiro ao jornalismo para enfiar, com vontade, a mão no vespeiro colombiano, agora com a autoridade do seu Nobel.

Entre 1990 e 1991, uma ação de sequestro de uma dezena de jornalistas e políticos da Colômbia, para pressionar o governo a relaxar medidas duras que tinha tomado contra o narcotráfico, durou 6 meses e duas das reféns foram mortas. Gabo empreendeu uma grande apuração jornalística e escreveu “Notícia de um sequestro” (1996), que definiu como sua “tarefa outonal, a mais difícil e triste da minha vida”, no relato do “drama bestial, que por desgraça é apenas um episódio do holocausto bíblico em que a Colômbia se consome há mais de vinte anos”. Ressalte-se que nesse meio tempo, em 1993, Pablo Escobar foi morto.

Marco permanente dessa retomada do escritor, é a *Escuela para el nuevo periodismo latino-americano*, fundada em 1994, em Cartagena, em parceria com a Unesco. Em atividade até os dias de hoje, com o

nome Fundação Novo Jornalismo Ibero-Americanoo, fundamenta seus valores na ‘função democrática do bom jornalismo e impulsionamento do legado de Gabriel García Márquez no fortalecimento da cidadania nos países ibero-americanos’.

Narradores de Gabo: arte e vida

García Márquez afirmava que ‘nas minhas histórias, não há uma linha que não seja verdadeira’.

Macondo é o nome caribenho dado à *Cavanillesia platanifolia*, árvore de tronco imponente. Macondo, antes de ser a “aldeia de vinte casas de barro e taquara”, fundada por José Aureliano Buendía, fora já o cenário d’ “A Revoada” (1955), o primeiro livro, em que no tempo de um velório, três vozes -um menino, uma mulher e um velho- recompõem fragmentos e delineiam o retrato de um morto insepulto. Aracataca é Macondo, Macondo é a América Latina. Macondoamérica.

O massacre das bananeiras, a que sobreviverá José Arcádio Segundo, em “Cem anos de solidão” (1967), terá já reaparecido e tornará a aparecer em outros romances de Gabo. Tranquilina, la abuela, a verdadeira inventora do realismo mágico, ressuscita de corpo inteiro na figura de Úrsula, com seu cortejo de pequenos e grandes milagres domésticos. Estará presente, também, em cada uma das formidáveis mulheres da galeria de suas personagens, as verdadeiras protagonistas a costurar, desde um suposto lugar de coadjuvantes, os destinos dos homens, invariavelmente umas crianças grandes e fanfarronas. Essa mulher mítica já está presente, quase invisível, no primeiro conto, “A terceira resignação” (1947), na figura da obstinada mãe do morto vivo.

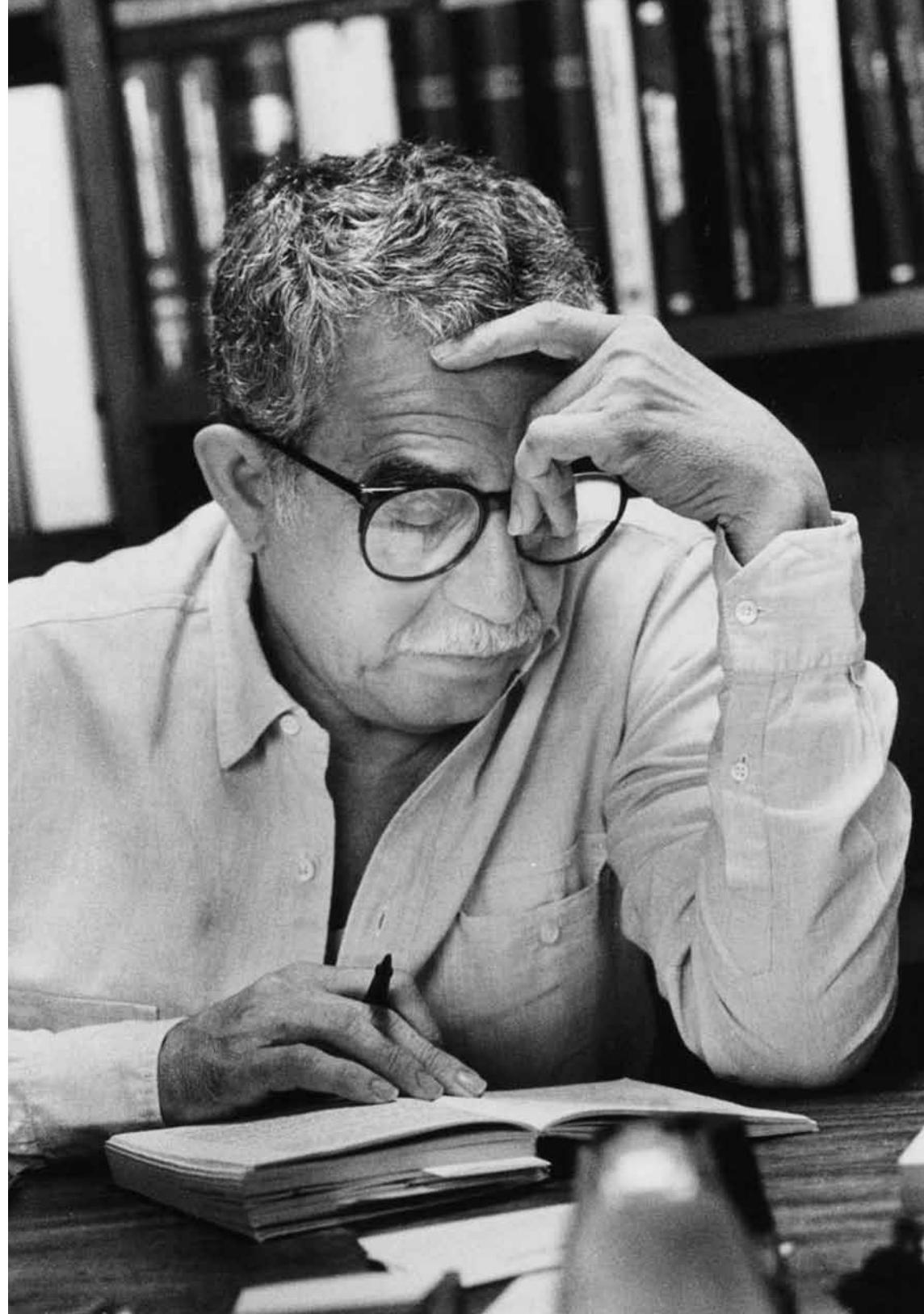
Em “O amor nos tempos do cólera” (1985) Gabo reproduz nos percalços românticos de Fermina Daza e Florentino Ariza a primeira

fase dos amores proibidos entre seus pais. O destino de Fermina, no entanto, se distancia do da mãe, Luisa, que na vida real voltou da viagem para se casar com Gabriel, ter onze filhos e protagonizar uma vida de precariedades. Fermina, ao reencontrar Florentino, desiste dele, porque o enxerga como ele realmente é, “Deus meu, pobre homem”. Vai viver sua vida de mulher mais ou menos livre, em todo caso voluntaria o suficiente para fazer valer suas escolhas. Casa-se por conveniência com um homem encantador e vive, liberta do jugo do amor, a melhor das existências.

Já Florentino Ariza, alter ego do pai, terá desvelado seu cotidiano de homem fraco e poeta medíocre que não encontra seu lugar no mundo. Muito embora o autor lhe tenha reservado um discutível final feliz ao lado de Fermina -53 anos, 7 meses e 11 dias depois de ter sido rechaçado- restar-lhe-á indelével a culpa pelo suicídio de América Vicuña, a menina sessenta anos mais nova, de quem era preceptor e a quem tomou por amante, que sucumbirá à constatação de ter sido trocada pela velha viúva. Teria sido, talvez, o acerto de contas de Gabito com o pai que o deixara para trás, em Aracataca.

Ainda no capítulo das hipóteses de acerto de contas, Susana Miranda da Silva, pesquisadora da UFRGS escreveu trabalho sobre “Crônica de uma morte anunciada”(1981), no qual levanta a inquietante suposição de que García Márquez, ao introduzir na novela um narrador ficcional com poderes de jornalista para investigar o caso -real- de um seu amigo assassinado em Sucre, deixa aberta a possibilidade de que ele próprio tenha sido o “culpado” do defloramento de Ângela Vicário, nome ficcional da noiva devolvida, cuja “desonra” foi lavada em sangue. O romance teria sido, então, a maneira de acertar as contas com o passado, trazendo de forma inequívoca, através de uma reportagem de apuração rigorosa, os indícios da “inocência” de Santiago Nasar, nome ficcional do assassinado.

Ao falar sobre esse livro, Gabo, ele mesmo, deixava essa hipótese em suspenso, ao afirmar que “a solução foi introduzir um



narrador – que pela primeira vez sou eu mesmo – que estivesse em condições de transitar à vontade entre o direito e o avesso no tempo que estrutura o romance. Quer dizer, ao final de trinta anos descobri uma coisa que muitas vezes nós, os romancistas, nos esquecemos: a maior fórmula literária é sempre a verdade.”

Em Paris, 1961, trabalhava em “Ninguém escreve ao coronel”, inspirada na espera do *abuelo* pela pensão do exército, que nunca chegou. Sucedeu que Gabo, ele mesmo em dificuldades, mandara cartas a alguns amigos pedindo empréstimos. Desce várias vezes por dia os sete andares de escada, para verificar se alguém respondera. “É o meu melhor livro; eu escrevi sobre o que estava vivendo”, diria mais tarde. Na mesma entrevista, sugere a leitura de “O outono do patriarca” (1975) como uma alegoria sobre a decadência de um escritor enclausurado pela notoriedade.

Lado a lado com a maestria narrativa, uma palavra sobre forma, o rigor técnico com que o aparentemente delirante Gabo entrega ao leitor o conteúdo de sua cornucópia. Em “O outono do patriarca”, cada um dos seis capítulos é um único parágrafo, sem respiração. Todos os vinte capítulos de “Cem anos de solidão” têm, rigorosamente, o mesmo número de páginas.

Gabo: el cólera y la cólera

García Márquez, *el Gabo*, morreu de uma pneumonia, aos 87 anos, em abril de 2014, na Cidade do México. [Enquanto escrevo, *el periodico* me informa que morreu *la Gaba*, Mercedes Barcha. Aos 87. De ‘causa respiratória’, não especificada, em meio à pandemia do Covid-19. Na Cidade do México. Um epílogo digno do realismo mágico.]

Em 2016, participando do Programa *Trainee Sênior* da Folha de São Paulo, minha primeira incumbência como aprendiz de repórter foi cobrir, durante um evento da revista piauí, a mesa em que *la periodista* colombiana Ginna Morello relatava a situação surreal que o seu país

vivia naquele momento. Enquanto o presidente Juan Manuel Santos era anunciado vencedor do prêmio Nobel da Paz pelo acordo selado com as Farc, esse mesmo acordo era rejeitado em um plebiscito cuja representatividade foi posta em xeque por uma abstenção de 63%. Morello denunciava o “aparelho de morte”, o “cenário truculento e sujo” que persistia no país século XXI afora. A rendição negociada das Farc aconteceria no ano seguinte, com a entrega de mais de 7 mil armas à ONU.

Iván Márquez governa a Colômbia desde 2018. Seu lema de campanha foi “vencer a ameaça da esquerda”.

Na última semana de março de 2020, enquanto a Colômbia entrava em quarentena pela emergência do coronavírus, o jornal britânico *Guardian* publicava a denúncia de ativistas colombianos de que grupos de extermínio usavam o estado de exceção para iniciar uma escalada de assassinatos de líderes socialistas; contabilizaram 271 execuções de militantes desde a desmobilização das Farc, segundo a mesma reportagem.

[Enquanto escrevo, a Colômbia, com cerca de 50 milhões de habitantes, passa dos 550 mil casos de Covid-19 e contabiliza 17.600 mortes; é a quarta maior taxa de mortes por 100 mil habitantes na América Latina, em uma espécie de empate técnico com México e Peru, um pouco acima dos 0,5/100.000 habitantes. O Brasil, líder isolado no ranking do continente-epicentro, enterra 3,5 dos seus cidadãos a cada 100 mil deles. Macondoamérica.]

Armamento pesado, narcotráfico e milícias, políticos que corrompem traficantes, a barbárie como política institucionalizada, jornalistas humilhados. Já não há *mariners* a ocupar águas territoriais, as intervenções tomam a forma de mentiras gestadas em laboratório e lançadas ao info-mar, como os cadáveres da peste e da desova, que boiam rio Magdalena abaixo, enquanto o *Nueva Fidelidad* segue sua viagem sem chegada.

Ao mesmo tempo em que penso que uma morte trágica e rápida poupará minha amiga de seguir testemunhando a catástrofe, recebo

a notícia de que um colega de trabalho teve encontrado seu corpo, morto há prováveis três dias, no quarto em que morava sozinho. Os cem anos de solidão ganham novas configurações.

Entre *el cólera y la cólera*, grassa entre *nosotros*, macondamericanos, estirpes condenadas a cem anos de solidão, o descrédito no que diz respeito à segunda oportunidade sobre a Terra. Aguardamos, às portas da cidade, o elixir que nos trará o cigano Melquíades, com a cura para a desmemória que nos obriga a afixar em plaquinhas o nome dos objetos. Em uma hipótese ainda melhor talvez mantenhamos -reiterando nossa certeza de que mesmo maltratada, a Terra, quando vista do alto da colina, é inequivocamente redonda- a esperança de que se salve do apocalipse o daguerreótipo em que José Arcadio, "mediante um complicado processo de exposições superpostas, tomadas em diferentes lugares da casa, estava certo de fazer mais cedo ou mais tarde o daguerreótipo de Deus, se existisse, ou acabar de uma vez por todas com a suposição da sua existência."



ROUSSEAU, O PAI DO AUTORITARISMO MODERNO

Por GUIDO VIARO

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi um homem estranho, sobretudo contraditório. Ficou conhecido pela teoria do *Bom Selvagem*, o homem nasce bom e a sociedade o corrompe. Vamos aos fatos, Rousseau, que escreveu um livro sobre como educar os filhos, *Emílio ou a Educação*, abandonou seus cinco filhos. Esse mesmo homem, que em seus escritos preconizava uma vida simples, no campo, viveu apenas em cidades grandes e nunca plantou um pé de alface. Desprezava, em seus escritos, os políticos e a nobreza, mas era figura frequente em banquetes de poderosos e reis. Preconizava o anonimato pessoal, declarando que a personalidade individual não deveria ser ressaltada, mas escreveu mais de mil páginas autobiográficas. Fustigava os poderosos, mas nunca deixou de correr atrás de seus favores.

Podemos continuar enfileirando incoerências pessoais, mas não é o homem que nos interessa, mas sua obra, mais especificamente as consequências dela. Primeiro, deve-se ressaltar que as elas foram imensas. Foram Rousseau e seu pensamento, importantes sustentáculos filosófico para a Revolução Francesa, acontecida poucos anos após sua morte. Suas ideias de igualdade entre os homens e opressão por parte de uma minoria corrompida pelos valores mundanos da sociedade, insuflaram interesses que, utilizando-se do que hoje conhecemos por *fake news*, incendiaram multidões, formaram exércitos, derramaram muito sangue, cortaram muitas cabeças e mudaram o mundo, seja o que quer que isso possa significar.

A imprensa, à época real, que antecedia à Revolução, era livre e admitia sem censuras notícias como a de que a rainha Maria Antonieta mantinha uma série de amantes, entre eles, o próprio filho. Mas a Revolução fica para mais tarde, mergulhemos na base do pensamento rousseauiano, o *Bom Selvagem* corrompido pela sociedade. O que constitui uma sociedade? A resposta mais evidente é: A cultura de uma época. E ela, a cultura, é feita do quê? De homens. Portanto, dos mesmos homens bons que se tornaram maus. O que nos leva a uma dedução lógica: ou aqueles homens nunca foram bons, ou nunca se tornaram maus, ou, o mais provável, nada é, em si, bom ou mau. Tudo contém, em si, a semente de seu oposto.

Considerar o homem bom e a sociedade má, é o mesmo que atribuir qualidades de superioridade e inferioridade à água ou ao fogo, ou então ao dia e à noite. Por outro lado, considerá-lo bom individualmente e mau em conjunto, já que esse homem é o mesmo, transforma-o em vítima de si mesmo. Ele se torna ao mesmo tempo, o carrasco e aquele cujo pescoço será cortado. Mas não é aí que cessam as incoerências do *Bom Selvagem*, à medida que concedemos a essa figura inocente a condição de vítima, retiramos dela o que o próprio Rousseau considera o que de mais importante um homem possui, sua alma. Ele deixa de ser um homem para se transformar em uma figura social, um cidadão. Desaparece o individual devorado pelo coletivo. O que ganha corpo e inteligência, que é retirada de cada indivíduo, é o coletivo. O mundo se transforma em uma grande colmeia, ou formigueiro.

Em sua obra mais conhecida *O Contrato Social*, essas tendências ficam ainda mais claras. O ponto central da obra é um acordo entre o indivíduo e a coletividade, o indivíduo cede para receber algo em troca do coletivo, ou seja, do Estado. O que ele recebe? Proteção e, a certeza de que vontades alheias, e que ferem o código ideal de comportamento, não serão exercidas contra ele e, caso sejam, quem as exerceu será exemplarmente punido por aquele conjunto de todos os homens chamado Estado. Aqui cabe uma pergunta: se o homem

nasce bom, mas a sociedade o corrompe, o que seria o Estado senão a mais organizada forma de sociedade? E por quais razões ele, o Estado, não se tornaria mau, assim como o resto da sociedade?

Mas voltemos ao *Contrato Social*, se o indivíduo recebe proteção, qual é o pagamento que deve por esses serviços? É nesse ponto que o pensamento de Rousseau, que até então possuía algo de ingênuo, com ares do romantismo do século 18, ganha tonalidades mais sombrias. O indivíduo deverá pagar com a destruição de sua liberdade, que deverá ser dispersada no caldo da comunidade. Feito isso, a noção de liberdade passa a ser unicamente coletiva. O homem deve lutar por uma liberdade que não é a sua. E deve, segundo o *Contrato Social*, buscar um guia que possa conduzir a comunidade à liberdade.

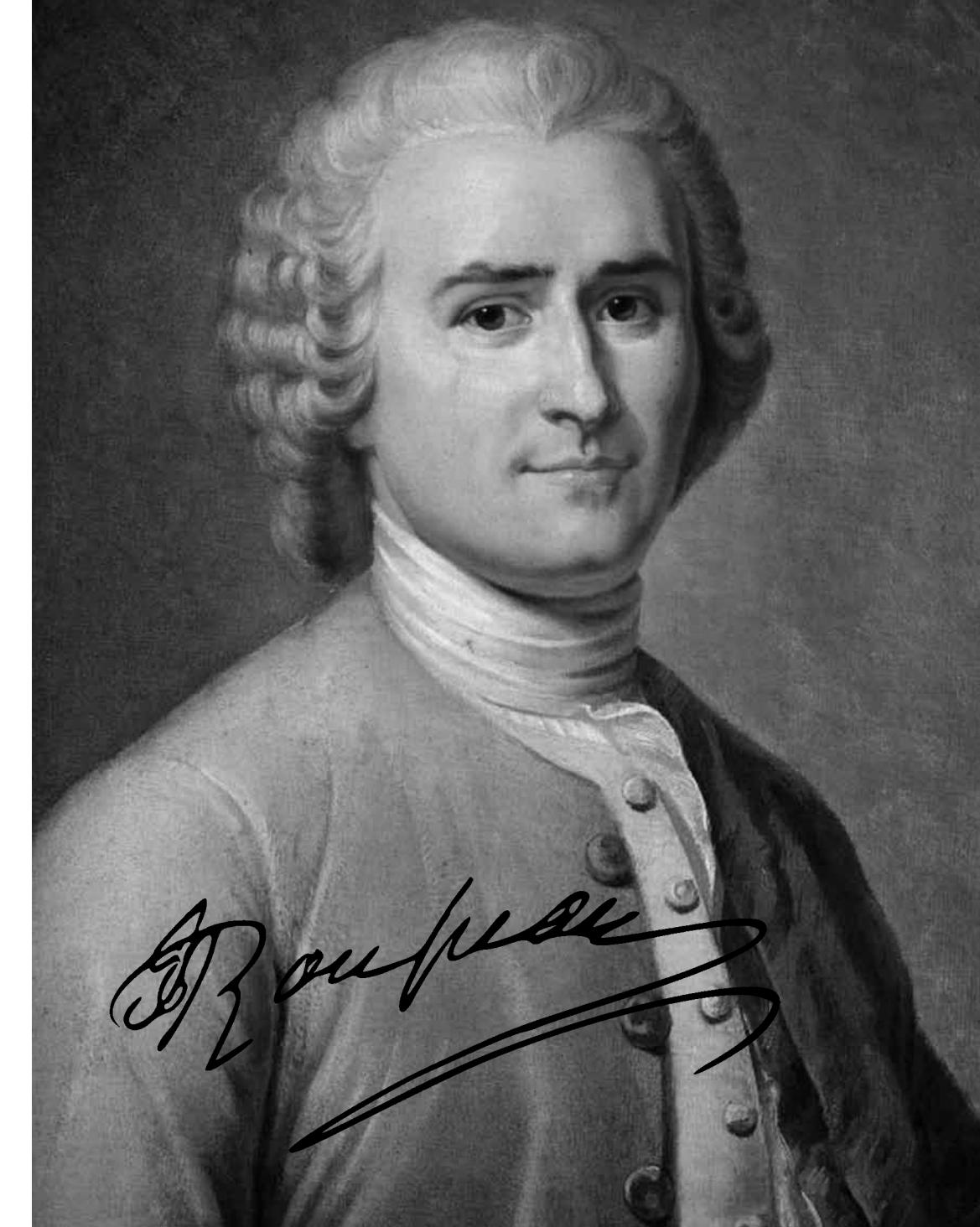
Voltemos à Revolução Francesa, talvez o primeiro grande acontecimento histórico influenciado pelas ideias de Rousseau, uma revolução estranha, em teoria esquerdista, mas que levou a burguesia ao poder. Uma revolução que pregava a fraternidade, mas que guilhotinou dezenas de milhares de cidadãos. Tendo custado a vida de 300.000 pessoas, cerca de 1% da população do país à época. Uma revolução que promovia afogamentos em massa, que ficaram conhecidos como *Les Noyades de Nantes*, prisioneiros eram colocados amarrados em barcos, que depois eram afundados. Havia também o que ficou conhecido como *O Casamento Republicano*, um homem e uma mulher que não se conheciam, eram amarrados um de frente para o outro, e então jogados no rio para se afogarem. O leito do *Loire* ainda está repleto de esqueletos daqueles que não aceitam serem livres. Tudo, em teoria, feito para um bem coletivo, coroando avanços humanos e destruindo aquilo que oprimia o povo.

Saltemos um século e meio para o futuro, a dissolução das vontades do indivíduo em uma vontade maior, coletiva, contra a qual quem se opuser deverá ser punido, e que vem vestida com roupas sofisticadas, bem maquiada, guiada por uma figura personalista forte, que promete corrigir injustiças, vingar oprimidos e punir opressores,

levou as palavras de Rousseau avante. O custo? Talvez algumas centenas de milhões de mortos. Rousseau foi democrático, seu pensamento justificou genocídios tanto de direita: Hitler, Mussolini, Franco, quanto de esquerda: Lênin, Stálin, Mao. Todas elas ditaduras com princípios teóricos nobres, todas prometendo uma vida melhor, mas exigindo para isso o pagamento que foi estipulado no *Contrato Social*.

O indivíduo forte é profundamente nocivo para comportamentos coletivos. Qualquer agrupamento precisa, para existir, enfraquecer indivíduos, tornando-os controláveis. Para isso o método mais eficiente é a criação de mitos. Antes da Revolução Francesa, o grande mito que sustentou a civilização foi o religioso, depois dela, o democrático. Democracias representam a nova verdade intocável. Assim como aconteceu com o pensamento religioso, qualquer voz erguida contra a democracia, hoje representa um atentado contra a civilização. Mas nada que se transforme em dogma dura para sempre e, portanto, pode e deve ser questionado. E esses questionamentos podem ser divididos em dois:

Primeiro: Será que o que vivemos é realmente uma democracia? Não me refiro a nenhum país em particular, mas a todos que são considerados países democráticos. Não terá o poder econômico, aliado à mídia e a outros grandes interesses, construído essa gaiola dourada, onde em teoria todos possuem seus direitos respeitados e onde a liberdade do indivíduo é soberana, mas, no fundo, iludidos por luzes coloridas e disfarces cênicos, somos conduzidos a nos comportarmos de uma maneira que é alheia a nossos desejos mais puros? Havendo sempre espaços para minorias discordantes protestarem, contanto que elas permaneçam sendo minorias. E as eleições, a vontade soberana do povo, que nos dá o poder de escolhermos entre candidatos, aquele que mais combina com o nosso pensamento? Não serão sempre beneficiados candidatos que, por mais diferentes que possam parecer, terão em comum sempre o fato de, nunca questionarem o âmago do sistema. De uma ponta a outra do espectro ideológico, apenas aqueles que compactuarem



com as regras do jogo poderão participar dele, então apenas aqueles que sustentam mudanças suaves, poderão ser eleitos.

E não é somente nesse aspecto que a democracia vigente pode ser questionada. E se um cidadão recusar-se a participar da vida coletiva, sem prejudicar ninguém, ele apenas nega-se a pagar impostos e consequentemente a receber as benesses que eles custeiam. Esse homem poderá exercer esse direito de escolha? A democracia aceitará dissidentes? Ou todos, mesmo contra suas vontades e, aceitando não receber nada em troca, deverão, à força, juntar-se a ela? Se assim for, ela apresenta uma incoerência, pois deixa de ser democrática.

O segundo questionamento surge a partir da constatação hipotética e pouco provável de que, realmente nenhum fato desabona moralmente ou logicamente a democracia. E as perguntas são simples: sendo a democracia eficiente e justa, mas a escolha determinada pela maioria demonstrar-se desastrosa, um perigo que poderá colocar a humanidade inteira em risco, deverá ser respeitada a vontade da maioria? Haverá exceções possíveis? Quais serão?

Talvez em 200 ou 300 anos consideremos a democracia da mesma forma que hoje consideramos as teocracias, ou a inquisição, e lamentemos todo tempo perdido, todas as más escolhas que nos atrasaram séculos. Essa é uma possibilidade. O perigo não reside na democracia em si, mas em qualquer teoria que perca a vitalidade e transforme-se em dogma.

Voltemos a Rousseau, que não possuía nenhuma especial predileção pela democracia. Em “*Emílio ou a Educação*”, Rousseau diz que as crianças devem ter um preceptor que as deve acompanhar até os 25 anos. Essa figura deve ser o guia que o conduzirá a toda parte, o tempo todo. Caberá ao discípulo obedecer a seu mestre. Entre os conselhos de Rousseau ao preceptor estão: fazer com que o discípulo aprenda a sofrer, a suportar coisas repugnantes, a se resignar, a desejar aquilo que os outros desejam que ele queira, a dormir pouco, a reprimir seus sentidos, a considerar o desejo sexual vergonhoso, a aprender a mentir e fingir, a ser dócil, a não gostar de ler, a não

aprender línguas estrangeiras, a jamais estar sozinho, inclusive no quarto (onde deverá estar acompanhado pelo preceptor), a detestar a escrita, a escolher a mulher que o preceptor lhe indicar.

Percebemos que essa educação preconizada por Rousseau era muito parecida com aquela incentivada por Hitler, Mussolini ou Mao. A perda total das liberdades e das capacidades individuais em benefício do coletivo. E foi esse tipo de educação que, em maior ou menor grau, somada à educação religiosa ou a de cunho marxista, formaram aqueles que transformaram em mito a democracia moderna.

O futuro necessita da razão, mas não pode a transformar em mito, precisa de ciência viva e não empalhada, necessita de criatividade e espírito, de movimento e cores, precisa descobrir o melhor dos mundos através do melhor do homem. Precisa navegar os mistérios humanos dentro do oceano universal, precisa de indivíduos grandes, maduros e independentes. Que não vejam o mundo apenas por um prisma, mesmo que esse se pareça com a verdade. O mundo não precisa, nem suporta mais utopias. Precisa apenas de homens e mulheres.

Necessita de médicos que examinem a civilização, e para ela receitem: Menos Rousseau, mais Voltaire.





O GIGANTE PAMPHILO D'ASSUMPÇÃO

Por JOSÉ LUCIO GLOMB*

No Dia do Advogado, cumprimento todos os advogados, que fazem da nossa profissão um sacerdócio, atuando em favor das liberdades e do Direito, buscando sempre os ventos da Justiça. Numa época tão difícil das nossas vidas, sofrem os advogados, como todas as pessoas, e estão irmanados no pesar por mais de uma centena de milhares de vidas que se foram, deixando familiares, amigos e amores, a chorar de dor.

Conclamo os advogados a não perder, jamais, a esperança e manter a sua atuação dentro dos mais altos princípios e valores da nossa profissão, guiados pelo sentido da Justiça. Sem esperança não vivemos. Mas, ao mesmo tempo, devemos cultivar a impaciência com aqueles que não tiveram a sensibilidade de tomar decisões certas na hora certa. Como escreveu certa vez José Saramago, é a impaciência que impulsiona a correção de rumos, para que possamos ter, o mais breve, realizados os anseios da nossa sociedade.

Agradeço o gentil convite para dizer algumas palavras sobre Pamphilo d'Assumpção.

Imaginem os Senhores e Senhoras que nos assistem como deveria ser a Curitiba em 1868, ano de nascimento de João Pamphilo Velloso d'Assumpção. Era uma cidade com população ao redor de 12 mil habitantes e, em torno de 10% deles, ainda escravos.

*Autor convidado, é advogado e ex-presidente da OAB PR e do IAPR.

O Paraná, que não fazia muito tempo adquirira a emancipação política com o desmembramento da Província de São Paulo, concretizada com a instalação do governo em 19 de dezembro de 1853, tinha sua atividade econômica principal ligada a erva mate e já experimentava a imigração vinda da Europa, em especial de alemães, poloneses e italianos.

Foi neste cenário, de uma cidade pequena, onde existiam pouquíssimos médicos, advogados e farmácias, que Curitiba viu nascer um homem negro, que se tornaria um dos expoentes da advocacia. Ele viria a ser uma das principais lideranças da sociedade curitibana, marcando a sua passagem na história desta cidade. Era o dia 7 de setembro de 1868 e nascia João Pamphilo, filho do Coronel Manoel Euphrasio d'Assumpção, que foi o primeiro comandante do Corpo de Polícia, e de D. Germina Velloso d'Assumpção.

Sobre ele, o advogado e escritor Sebastião Paraná, aliás bisavô da nossa estimada colega Leila Gonçalves Gomes Coelho (esposa do Hélio Gomes Coelho Junior, também ex-presidente do Instituto dos Advogados do Paraná), na sua obra Galeria de Paranaenses Ilustres, traz informações preciosas a respeito da vida de Pamphilo.

Em uma síntese da sua história, ali abordada, veremos que ele aprendeu suas primeiras letras com um respeitável didata português, Antonio Ferreira da Costa. E que deveria ser um excelente professor.

Fez seus estudos preparatórios no Instituto Paranaense, saindo-se muito bem, sempre com altas notas e revelando-se muito aplicado e inteligente, a ponto de receber, em 1893 um prêmio da Sociedade Propagadora da Instrução, do Rio de Janeiro, outorgada ao estudante do Paraná que mais tivesse se destacado.

Sua vocação para o Direito levou-o a estudar na Faculdade de Direito de São Paulo, distinguindo-se entre os colegas com o primeiro lugar na turma de examinandos. Em 1889 recebeu o grau de bacharel em Ciências Sociais e Jurídicas. Em sua turma também estavam o poeta Emiliano Perneta e Octávio do Amaral, mais tarde magistrado

e professor de Direito Romano, também ilustres personagens da história de Curitiba.

Em 1897, Pamphilo d'Assunção foi habilitado como lente da referida Faculdade, em concurso para a cadeira de Economia Política, Ciências das Finanças, Direito Administrativo e Ciência da Administração e, por tal razão, obteve o então raro título de Doutor em Ciências Jurídicas e Sociais.

Ele permaneceu na capital paulista e trabalhou durante muitos anos no conceituadíssimo escritório do Barão de Ramalho, até o falecimento daquele grande jurisconsulto, aos 94 anos. Tratava-se de uma notável banca de advocacia, que abrigou grandes nomes do Direito pátrio e outros que para lá acorriam nas discussões sobre os mais relevantes temas jurídicos.

Naquela verdadeira escola que se constituía o Escritório do Barão de Ramalho também estagiou José Bonifácio – O Moço, abolicionista e neto de José Bonifácio – O Velho – um dos patriarcas da Independência.

Tamanha era a confiança em Pamphilo que o Barão de Ramalho o encarregou das anotações da sua obra “Praxe Brasileira”, muito conhecida e citada nos Tribunais naquela época.

Pamphilo escreveu sobre “A extradição perante o Direito Criminal Moderno”, recebendo elogios de Joaquim Nabuco, dentre outros juristas.

Também escreveu uma obra sobre *habeas corpus* e colaborou em revistas de jurisprudência, tais como a Gazeta dos Tribunais de São Paulo, São Paulo Judiciário, Revista de Jurisprudência e Livro dos Direitos da Mulher, sendo pioneiro neste tema no país.

São suas as obras “*Do Testamento – Teoria e Prática*” e “*Do Processo Sumaríssimo*”. Ao elaborar uma análise crítico-jurídica sobre o livro “*Rios e Águas Correntes*”, de Carvalho de Mendonça, deste recebeu deferências muito elogiosas.

Também foi colaborador dos Jornais Diário Popular, Estado de

São Paulo, A República, Diário da Tarde e Comércio do Paraná, dentre outros. Escrevia não apenas no tocante ao Direito, mas também no que diz respeito às letras e as artes.

O retorno de Pamphilo a Curitiba se dá quando ele já está na casa dos 40 anos. E aqui ele desenvolveu toda a sua grande habilidade de liderar pessoas e realizador de projetos jurídicos, culturais e profissionais que até hoje estão em pé, caso da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná e do Instituto dos Advogados, sustentados por princípios e valores que já eram praticados desde a época da sua fundação por aquele grande advogado.

Em Curitiba, foi também um dos fundadores da Faculdade de Direito da nossa hoje Universidade Federal do Paraná. Lecionou a cadeira de Direito Civil da Obrigações. Sua capacidade e carisma alçaram-no, naturalmente, à condição de paraninfo da primeira turma de bacharéis da nossa tão estimada Faculdade de Direito.

Oscar Martins Gomes, outro grande jurista paranaense, que foi seu aluno na primeira turma, mais tarde, ao homenageá-lo, afirmou sobre seu comportamento em sala de aula:

"Sua preleção era vasada em tom oratório com voz cheia, bem modulada e de clara dicção, ex catedra. 'Meu Mestre Ramalho' – eis uma invocação ouvida com frequência dos seus lábios, como repetida reverência ao seu sábio guia no curso superior e nas lides dos pretórios da justiça, que ambos tanto abrilhantavam".

É de Oscar Martins Gomes, também, os seguintes apontamentos:

"Em Curitiba, montou o Dr. Pamphilo sua banca de advogado, das mais procuradas, a serviço de um profissional ilustrado, operoso e probo. Mas a larga envergadura de sua inteligência parecia não se contentar com o trato apenas dos negócios forenses. Daí ampliar sua atividade. Passou a escrever na imprensa diária, em comentários judiciais do dia a dia, e em críticas, de arte, nos domínios da pintura, da escultura, da música. Com vocação para a

pintura, produziu no gênero da aquarela apreciáveis telas. Essa sua tendência teria influído para seu casamento, em 1920, com D. Maria Amélia de Barros, cujo talento pictural tão bem se expressa em inúmeras obras de natureza morta, que ornamenta elegantes salas e salões".

Pamphilo era um homem dedicado e obstinado, empregando seu talento não apenas na advocacia e no magistério, mas para ampliar horizontes e desbravar novos caminhos, com o lastro de suas reconhecidas qualidades morais e intelectuais, aliadas ao reconhecimento dos colegas e da comunidade sobre a sua probidade, na vida pessoal e profissional.

Foi presidente da Associação Comercial do Paraná, por seis anos. Foi fundador do Centro de Letras do Paraná. Era membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Foi um dos fundadores da Academia Paranaense de Letras, em 1936, ocupando a Cadeira nº 7, que tem Fernandes de Barros como Patrono, e sucedido pelo seu ex-aluno Oscar Martins Gomes. Graças a Pamphilo d'Assumpção ela se tornou exclusiva de juristas, já que foi ocupada também por Marino Braga e hoje tem como acadêmico o advogado, ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, Ney José de Freitas.

Pamphilo pugnou pela construção de uma penitenciária (até então, em Curitiba só havia cadeia pública) e integrou o Conselho Penitenciário, onde defendia condições dignas aos presos, o que considerava fundamentais à sua recuperação.

Mas coube a Pamphilo d'Assumpção, em 1917, aglutinar os colegas advogados para fundar o Instituto dos Advogados do Paraná, o que fez juntamente com mais 13 advogados, notáveis e conhecidos entre nós, eternizados que muitos estão por serem distinguidos como nomes de ruas de nossa cidade.

Na ata de instalação do Instituto aparecem nomes como Manoel Vieira de Alencar, Benjamim Lins, Joaquim Miró, Ulisses Viera e Manoel de Oliveira Franco, por exemplo. Abro um parênteses

para lembrar que o tronco dos Oliveira Franco esteve presente na Ordem até recentemente, com o Presidente da OAB-PR Manoel Antonio de Oliveira Franco, que nos legou a bela sede, onde hoje a instituição está dignamente instalada, cuja construção foi iniciada e terminada na sua gestão.

Após ser eleito Presidente do Instituto dos Advogados do Paraná, Pamphilo foi sucessivamente reeleito, exercendo a presidência sob aprovação de seus pares até tornar-se Presidente Honorário, em sessão de janeiro de 1932.

Em fevereiro de 1932, um mês mais tarde, sob sua liderança, é criada a seção paranaense da Ordem dos Advogados, uma das primeiras do país, inspirada na criação, dois anos antes, da Ordem dos Advogados do Brasil.

Diga-se que a criação da Ordem dos Advogados já estava prometida desde a criação do Instituto dos Advogados Brasileiros, em 1843. E vejam vocês, que tal como Pamphilo d'Assumpção, o presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros era negro, adotando o nome de Francisco Gê Acaíaba de Montezuma, o Visconde de Jequitinhonha. Também um grande homem, depois eleito deputado e, nesta condição, foi o primeiro parlamentar a se manifestar frontalmente contra a escravidão e o tráfico negreiro.

A nossa instituição não poderia esquecer esse grande presidente que foi Pamphilo d'Assumpção, merecedor de todas as homenagens, como difusor da cultura, da probidade, da harmonia, do trabalho a favor da sociedade, da justiça e da ordem constituída.

Por estas razões, ao completar um século o Instituto dos Advogados do Paraná criou a Medalha Pamphilo d'Assumpção, lembrando a memória de um homem que lutou e superou adversidades gigantescas.

Ironia do destino, vejam só, ao final da vida foi amparado por um auxílio financeiro que a Ordem dos Advogados do Brasil – Seção do Paraná instituiu a seu favor. Ele trabalhou tanto para os outros, para causas tão nobres, que olvidava seus interesses pessoais.

Uma vez mais socorro-me dos préstimos das palavras de Oscar Martins Gomes, seu ex-aluno e, depois, confrade na Academia Paranaense de Letras, testemunha da história, que assim referiu-se:

"O Dr. Pamphilo dedicou, a par do prestígio de seu nome, sua atividade, inteligência e zelo, na organização e funcionamento regular da Seção do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil. Idealista, dotado de grande nobreza de coração, muito cioso de sua dignidade e dos títulos por ele conquistados merecidamente, soube grangear a estima de quantos com ele conviviam e o apreço de quantos lhe conheciam as altas qualidades morais e intelectuais, notadamente sua probidade no exercício da advocacia. Apesar disso, ou talvez por isso, mostrava-se desambicioso de bens materiais, que não soube ou não pode juntar. Nos últimos anos de sua profícua existência o Dr. Pamphilo necessitou recorrer a ajuda da Ordem dos Advogados, Seção do Paraná, que correspondeu ao apelo, fixando-lhe condigno auxílio mensal. E ele, ainda num gesto nobre e desprendido, não achando outra maneira de retribuir tal munificência, doou a sua preciosa biblioteca jurídica à Ordem. Faleceu o Dr. Pamphilo e 15 de janeiro de 1945".

Ele foi o nosso primeiro batonnier.

Acima de tudo, Pamphilo d'Assumpção foi um vencedor, num mundo difícil, com adversidades, tendo nascido quando ainda vigia a escravidão, tal como ocorreu com Montezuma e Luiz Gama, outros grandes advogados negros.

Sua coragem, inteligência, trabalho, comportamento ético, nos legou a lição da igualdade que deve ditar todo o comportamento humano, independentemente de qualquer cor, pois inteligência, capacidade, princípios, probidade, não se medem no colorido da pele.

Ainda vemos, neste mundo, uma grande desigualdade, a ser corrigida. Exemplos de preconceito estão no cotidiano. Então tomemos a trajetória do Professor Doutor Pamphilo de Assumpção como exemplo da superação da desigualdade e símbolo de uma luta

que somente terminará quando todos nos tornarmos efetivamente iguais, excluída qualquer condição para isso.

Numa luta pacífica, como ensinava Martim Luther King, em paz, mostremos nosso inconformismo, nossa impaciência com os atos de discriminação que, infelizmente, ainda assistimos. Não devemos e não podemos calar quando vemos atitudes que separam pessoas pela aparência.

John Lewis

Finalizo com as palavras de um grande homem, que morreu no mês de julho passado, quando grandes manifestações de igualdade estavam no auge nos Estados Unidos e em todo mundo. Falo de John Lewis, 80 anos, deputado americano e líder pelos direitos civis, que poucos dias antes de morrer escreveu um artigo para ser publicado no dia do seu funeral, ao qual compareceram, inclusive, os ex-presidentes dos Estados Unidos da América Bill Clinton, Barack Obama e George Bush.

O artigo foi publicado, na íntegra, no The New York Times, no dia 30 de julho de 2020, e dele extraio algumas passagens, pois John Lewis deixou palavras que Pamphilo d'Assumpção acolheria e que merecem toda a nossa reflexão.

Após ter visitado a Black Lives Matter Plaza (Praça Vidas Negras Importam), em Washington, ele escreveu:

"Meu tempo aqui está chegando ao fim, mas quero que vocês saibam que nos últimos dias e horas de minha vida vocês me inspiraram.

Vocês me encheram de esperança sobre o próximo capítulo da grande história americana quando usaram seu poder para fazer diferença em nossa sociedade.

Milhões de pessoas motivadas simplesmente pela compaixão humana derrubaram os obstáculos da divisão. Por todo o país e o mundo vocês

puseram de lado raça, classe, idade, língua e nacionalidade para exigir respeito pela dignidade humana.

É por isso que eu tive de visitar a Black Lives Matter Plaza [praça Vidas Negras Importam] em Washington, apesar de ter sido internado no hospital no dia seguinte. Eu simplesmente tinha de ver e sentir pessoalmente que, depois de muitos anos de testemunho silencioso, a verdade continua avançando".

Após reportar situações da sua juventude, de discriminação e violência, Lewis prosseguiu:

"Assim como tantos jovens hoje, eu procurava uma saída, ou alguns poderiam dizer uma entrada, e então escutei a voz do doutor Martin Luther King Jr. em um velho rádio.

Ele falava sobre a filosofia e a disciplina da não violência. Ele disse que somos todos cúmplices quando toleramos a injustiça. Disse que não basta dizer que as coisas vão melhorar aos poucos. Ele disse que cada um de nós tem a obrigação moral de se erguer e se manifestar.

Quando você vê algo que não está certo, tem de dizer alguma coisa. Precisa fazer alguma coisa. A democracia não é um estado. É um ato, e cada geração deve fazer sua parte para ajudar a construir o que chamamos de Comunidade Amada, uma nação e uma sociedade mundial em paz consigo mesma".

Lewis não cansava de ensinar que votar e participar do processo democrático são vitais:

"O voto é o mais poderoso agente de mudança não violento que existe em uma sociedade democrática. Vocês precisam usá-lo, porque não é garantido. Vocês podem perdê-lo.

Vocês também devem estudar e aprender as lições da história, porque a humanidade está envolvida nessa luta existencial dilacerante há muito tempo. Pessoas em todos os continentes se puseram no lugar de vocês, durante décadas e séculos antes de vocês.

A verdade não muda, e é por isso que as respostas elaboradas há muito tempo podem ajudá-los a encontrar soluções para os desafios do nosso tempo. ...

Mesmo que eu não esteja mais aqui, peço-lhes que respondam ao mais alto apelo de seu coração e defendam o que vocês realmente acreditam.

Na minha vida, fiz tudo o que pude para demonstrar que o caminho da paz, o caminho do amor e da não violência é o mais excelente. Agora é a sua vez de deixar a liberdade soar.

Quando os historiadores pegarem suas canetas para escrever a história do século 21, que digam que foi a geração de vocês que finalmente derrubou os pesados obstáculos do ódio, e que a paz enfim triunfou sobre a violência, a agressão e a guerra.

Por isso eu lhes digo: caminhem com o vento, irmãos e irmãs, e deixem o espírito da paz e o poder do amor eterno serem seus guias".

Essas é uma mensagem que João Pamphilo Velloso d'Assumpção certamente endossaria. A ele a nossa homenagem e agradecimento!



1870: ESPLendor E RUÍNA DO IMPÉRIO DO BRASIL

Por LAURENTINO GOMES

Se o Brasil imperial fosse comparado a um edifício, 1870 apareceria como o ano em que suas bases de apoio estavam, finalmente, prontas, meticulosamente desenhadas e organizadas para suportar as demais estruturas de seu formidável arcabouço arquitetônico. Mas seria também o momento em que uma assustadora carga de explosivos foi silenciosamente lançada em seus alicerces, dando início a um rápido processo de implosão.

Quatro fenômenos altamente transformadores se conjugaram na história brasileira em 1870, exatos 150 anos atrás: a crise no sistema partidário até então vigente, o início da campanha republicana, as primeiras chamas da chamada Questão Militar e, por fim, o fôlego renovado do movimento abolicionista. Todos eles coincidem com o fim da Guerra do Paraguai. Acrescente-se ainda que foi nesse período que o imperador Pedro II, no trono desde 1840, começou a apresentar os primeiros sinais de desgaste físico, provocado por doenças como a diabetes, que o deixariam sem condições de reagir às pressões que o governo enfrentava naquele momento. Conjugados, esses fatores levariam à queda da monarquia e à Proclamação da República duas décadas mais tarde.

Desse modo, 1870 poderia ser considerado como o auge e o início do declínio da história imperial brasileira.

Na primeira metade do século XIX, o império brasileiro tinha feito progressos significativos. Havia uma constituição e um código

de leis em funcionamento. Dois grandes partidos – o Liberal e o Conservador – se revezavam regularmente no poder, sem grandes sustos ou rupturas. Havia liberdade de expressão no parlamento e na imprensa. As fronteiras estavam definidas e consolidadas. Revoltas regionais e rebeliões separatistas, que até 1848 ameaçaram a integridade territorial, tinham sido superadas com muito sacrifício.

Outra mudança importante dizia respeito à economia e aos estratos da sociedade brasileira. Até a época da independência, o Brasil era mais ou menos o que sempre fora no período colonial, um território essencialmente rural e escravista, composto, de um lado, por uma camada senhorial, dona de terras e negócios, dependente da mão-de-obra escrava, e, de outro, pelos próprios cativos, africanos ou seus descendentes. A primeira era rica e poderosa. A segunda, miserável e subjugada, sequer contada entre os cidadãos brasileiros. Inexistia, portanto, uma expressiva “camada média” que não possuísse escravos, não dependesse diretamente do trabalho cativo, não estivesse submetida ao jugo senhorial nem fosse pobre, analfabeta e dependente da primeira.

Até 1870, a realidade nacional podia ser resumida numa frase atribuída ao senador gaúcho Gaspar Silveira Martins: “O Brasil é o café, e o café é o negro!” Até então, o café produzia uma drástica alteração no eixo econômico do país. Nos duzentos primeiros anos da colonização, a riqueza brasileira se concentrara na região nordeste, no chamado ciclo do açúcar. Depois migrara para Minas Gerais na corrida do ouro e do diamante que marcou a primeira metade do século XVIII. Por fim, chegara ao Vale do Paraíba, entre Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, impulsionada pelas lavouras de café. Começava ali a febre do “Ouro Verde”. O produto, que na época da Independência representava apenas 18% do total da pauta de exportações brasileiras, em 1889 já alcançava 68%, ou seja, quase dois terços do total.

Desde o fim do tráfico negreiro, em 1850, as aceleradas transformações econômicas e tecnológicas – em geral trazidas



Isabel, Princesa Imperial e Dom Pedro II, Imperador do Brasil (vestido como Almirante), 1870.
Foto de Joaquim José Insley Pacheco (1830-1912).

de fora – tinham produzido um impacto profundo na paisagem social brasileira. Entre as mudanças, estavam os novos meios de transporte, como a ferrovia e os navios a vapor; de comunicação, como a imprensa, o telegrama e, mais tarde, o telefone; o início de um processo incipiente de urbanização; o aparecimento das primeiras empresas industriais, de companhias de seguro e de bancos e instituições de crédito. Aumentara também o número de escolas de ensino superior. O saldo dessas mudanças foi o surgimento de uma “categoria social nova”, na definição da historiadora Emilia Viotti da Costa, composta por advogados, professores, jornalistas, médicos, engenheiros, funcionários públicos, escritores e intelectuais. Era essa camada mais permeável aos ventos republicanos e abolicionistas que, desde o século anterior, sopravam da Europa e dos Estados Unidos. A partir de 1870, suas manifestações se tornaram cada vez mais fortes e visíveis.

A Guerra do Paraguai foi a experiência mais arriscada e traumática do império brasileiro. Iniciada em novembro de 1864, durou mais de cinco anos, até março de 1870. Ceifou a vida de centenas de milhares de pessoas, das quais 33.000 brasileiras. O preço mais alto coube, obviamente, ao Paraguai, o país derrotado. A população paraguaia, estimada em 406.000 habitantes no começo da guerra, reduziu-se à metade. O custo econômico também foi altíssimo. Só do lado brasileiro foram gastos 614 000 contos de réis, onze vezes o orçamento do governo para o ano de 1864, agravando um déficit que já era grande e que o império carregaria até sua queda.

Internamente, a guerra produziu alguns efeitos colaterais importantes. Nunca antes tantos brasileiros haviam juntado forças em torno de uma causa comum. Gente de todas as regiões se prontificou a pegar em armas para defender o país. Calcula-se que pelo menos 135 000 homens foram mobilizados. Mais de um terço desse total, cerca de 55.000, fazia parte do chamado corpo de Voluntários da Pátria, composto por soldados que se alistaram espontaneamente. Nos campos do Paraguai, brasileiros de cor branca

lutaram ao lado de escravos, negros e mulatos, índios e mestiços. Ribeirinhos da Amazônia e sertanejos do Nordeste encontraram-se pela primeira vez com gaúchos, paulistas e catarinenses. O imperador Pedro II, chamado de o “Voluntário Número Um”, transferiu-se pessoalmente à frente de batalha enfrentando o frio e a intempéria numa barraca de campanha. Tudo isso produziu um sentimento de unidade nacional que o país não conhecera nem mesmo no tempo da sua Independência. Os símbolos nacionais foram valorizados. O hino era tocado no embarque das tropas. A bandeira tremulava à frente dos batalhões e nos mastros dos navios.

Finda a Guerra do Paraguai, no entanto, o país entrou em uma fase de mudanças difícil de controlar. Ao par das importantes transformações tecnológicas e econômicas, começaram a ficar cada vez mais evidentes as óbvias fragilidades na estrutura do Brasil imperial. Aos diplomatas e visitantes estrangeiros, o Brasil monárquico apresentava-se como um império destinado a ser grande, poderoso, desenvolvido, ilustrado – um “gigante adormecido em berço esplêndido”, como dizia a própria letra do Hino Nacional. No futuro, seria capaz de assombrar seus congêneres europeus. O imperador Pedro II era o símbolo disso tudo. Esse Brasil de sonhos, no entanto, confrontava-se com outro, real e bem diferente, criando uma contradição difícil de sustentar no longo prazo. A realidade nas ruas e nas regiões ermas do interior era marcada pela concentração de riquezas, na forma de latifúndio, pelo analfabetismo e pela escravidão. Os salões do império procuravam imitar o ambiente e os hábitos de Viena, Versalhes e Madri, mas a moldura real compunha-se de pobreza e ignorância. Havia uma flagrante contradição entre a corte de Petrópolis, que se julgava europeia, e a situação social dominada pela mão-de-obra cativa, na qual mais de um milhão de escravos eram considerados propriedade privada, sem direito algum à cidadania.

As contradições entre a aparência e a realidade brasileira fizeram com que, ainda durante a Guerra do Paraguai, começassem

a aparecer as primeiras rachaduras no edifício imperial. Em julho de 1868, o imperador Pedro II insistiu em nomear um ministério dominado pelos Conservadores, desprezando a opinião da maioria Liberal na Câmara dos Deputados. Era uma forma de prestigiar o Duque de Caxias, líder do Partido Conservador no Rio Grande do Sul e àquela altura personagem fundamental na condução da Guerra do Paraguai, mas representava uma mudança drástica no ritual de poder do Segundo Reinado, no qual o ministério refletia sempre a composição da Câmara. Sentindo-se desprestigiados, os Liberais divulgaram um manifesto em que acusavam o soberano de promover um “golpe de estado”. Dois anos mais tarde, alguns deles deixariam o Partido Liberal para aderir à causa republicana que, a partir daí, ganharia vigor até então nunca visto.

O dia 3 de novembro de 1870 é considerado pelos historiadores como o marco do início da jornada política que levaria à queda do império duas décadas depois. Nesta data foi criado no Rio de Janeiro o primeiro clube republicano do Brasil, por iniciativa de um jovem maranhense, Miguel Vieira Ferreira. Dele faziam parte os jornalistas Quintino Bocaiúva, Francisco Rangel Pestana, Aristides da Silveira Lobo e Antônio Ferreira Viana, os advogados Henrique Limpo de Abreu e Salvador de Mendonça, o médico José Lopes da Silva Trovão e o engenheiro Cristiano Benedito Ottoni. Eram quase todos dissidentes do Partido Liberal, ainda magoados com a atitude tomada por Dom Pedro II em 1868.

O Manifesto Republicano é tido como o marco inicial da campanha republicana no Brasil. Foi publicado em Três de Dezembro de 1870 no primeiro número de *A República*, jornal oficial do novo Partido Republicano, de quatro páginas com tiragem 2.000 exemplares e três edições por semana. Redigido por uma comissão chefiada pelo advogado Joaquim Saldanha Marinho, ex-deputado liberal por Pernambuco, ex-governador das províncias de São Paulo e Minas Gerais e grão-mestre da maçonaria, o texto tentava provar que a monarquia já não representava os anseios da nação, criticava o “poder

pessoal” do imperador Pedro II e terminava com a frase “Somos da América e queremos ser americanos”. Entre os 58 signatários do Manifesto Republicano contavam-se doze advogados, oito jornalistas, nove médicos, quatro engenheiros, três funcionários públicos, dois professores, nove comerciantes e um fazendeiro.

No fim da Guerra do Paraguai estavam também plantadas as raízes da chamada Questão Militar, série de conflitos envolvendo o Exército e o governo imperial e cujos desdobramentos levaria ao golpe contra a monarquia em 1889. Ela abriria fendas profundas nas relações hierárquicas, criando um ambiente de insubordinação no qual os chefes militares passaram a se pronunciar abertamente contra o comando civil do império. A situação chegou a tal ponto que, às vésperas da Proclamação da República, a monarquia não tinha mais autoridade para impor disciplina aos quartéis, deixando as forças armadas uma instituição à deriva e à mercê da maré revolucionária que assediava o trono.

Os militares sentiam-se frustrados, mal recompensados, desprestigiados pelo governo. Reclamavam dos soldos, congelados havia muito anos, da redução dos efetivos das forças armadas depois da Guerra do Paraguai, da demora nas promoções, da falta de modernização dos equipamentos e regulamentos. Essas e outras reivindicações apareciam com frequência em artigos dos jornais *O Soldado* e *Tribuna Militar* e da *Revista Militar Brasileira*. O ambiente de expectativas frustradas favorecia o clima de indisciplina e revolta.

A isso tudo se somou o movimento abolicionista, que levou à libertação dos escravos pela Lei Áurea em Treze de Maio de 1888. Foi a primeira campanha genuinamente popular e de dimensões nacionais. Nunca antes tantos brasileiros se haviam mobilizado de forma tão intensa por uma causa comum, nem mesmo durante a Guerra do Paraguai. Envolvendo todas as regiões e classes sociais, carregou multidões a comícios e manifestações públicas, dominou as páginas dos jornais e os debates no parlamento e mudou de forma dramática as relações políticas e sociais que até então vigoravam no

país. Como efeito colateral, deu o empurrão que faltava para a queda da monarquia e a proclamação da República.

Até a campanha abolicionista, a escravidão era uma sólida instituição nacional, que parecia imune às transformações e aos ventos libertários do século XIX. O Brasil foi o maior território escravagista do hemisfério ocidental por mais de 350 anos. Estima-se que de um total de dez milhões de cativos africanos trazidos para as Américas nesse período 40% tiveram como destino as senzalas brasileiras. Foi também o país que mais tempo resistiu a por fim ao comércio negreiro e o último do continente americano a abolir a mão de obra escrava – quatro anos depois de Porto Rico e dois depois de Cuba.

Nos anos seguintes à Guerra do Paraguai, o abolicionismo, que até então era sistematicamente evitado em discussões públicas, de repente ganhou as praças e ruas de todo o país. Clubes antiescravistas começaram a brotar em ritmo acelerado em todas as províncias, caso da Sociedade Abolicionista Cearense; da Sociedade Libertadora 28 de Julho da Vila de Barra do Corda, Maranhão; do Clube Abolicionista da Vila de Gurupá, interior do Pará; da Libertadora de Palmas do Sul, no Paraná; e da Sociedade Abolicionista de Carrapatinho, de Alagoas. A mobilização culminou com a criação da Confederação Abolicionista, reunindo treze associações menores e que, a partir dali, passou a organizar a campanha. Panfletos, manifestos, jornais e livros contra a escravidão eram produzidos aos milhares no Brasil inteiro. Discursos e palestras dos líderes abolicionistas atraiam multidões.

Sob pressão do movimento abolicionista, o Brasil daria o mais importante passo rumo à abolição logo no ano seguinte ao fim da Guerra do Paraguai, com a promulgação da Lei do Vento Livre, de setembro de 1871, durante o gabinete comandado por José Maria Paranhos, o Visconde de Rio Branco. A nova lei estabelecia que todo filho de escrava nascido no Brasil a partir daquela data teria liberdade mediante as seguintes condições: o proprietário dos escravos poderia manter a criança junto aos pais na senzala até os oito anos de idade, quanto então teria a opção de entregar o menor ao governo, em troca

de indenização de 600 mil réis, ou continuar com ele até os 21 anos. Uma segunda lei, a dos Sexagenários, promulgada em 28 de setembro de 1885, garantia a liberdade para escravos com sessenta anos ou mais.

Para os senhores de escravos, a marcha da abolição era vista como um atentado contra o direito de propriedade. Eles consideravam os cativos um bem particular, tão valioso quanto as fazendas, as lavouras de café e cana, os engenhos de açúcar e outros itens de seu patrimônio. Forçados a aceitar o fim da escravidão depois de décadas de resistência, exigiam que o governo concordasse, ao menos, em indenizá-los pelos prejuízos que julgavam sofrer. Os abolicionistas, porém, discordavam desse ponto de vista. Um deles, o engenheiro André Rebouças, sustentava que, após a abolição, quem deveria receber indenização não eram os proprietários, mas os escravos em razão do trabalho forçado e dos abusos a que foram submetidos ao longo da vida.

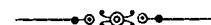
A adesão do trono brasileiro ao abolicionismo e a recusa do governo em indenizar os antigos senhores de escravos vez com que os fazendeiros se sentissem traídos. Inúmeros deles se converteram à causa republicana. “A lavoura está toda republicana e eu vejo o futuro da monarquia em perigo”, escreveu o abolicionista pernambucano Joaquim Nabuco e um amigo logo depois da aprovação da Lei Áurea de 1888.

O festival de adesões dos nobres e fidalgos, antigos aliados da monarquia, à recém-instalada república brasileira em 1889 foi escandaloso. Quem tinha terras, prestígio e interesses a defender aderiu ao novo regime com a maior naturalidade e sem pensar duas vezes. O Senado do Império, onde tinham assento as maiores sumidades da monarquia, não formulou qualquer voto de protesto ao se reunir pela última vez, em Dezesseis de daquele ano. Até mesmo o preceptor dos filhos da Princesa Isabel, Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, Barão de Ramiz, pulou o muro tão logo pode. Semanas após a Proclamação da República, já tendo renunciado ao título de barão,

foi nomeado diretor da Inspetoria Geral de Instrução Pública por indicação de Benjamin Constant. Em discurso um ano mais tarde comparou Deodoro a George Washington, primeiro presidente e herói da Independência dos Estados Unidos. “Dom Pedro II viu-se só e abandonado”, observou o historiador pernambucano Manuel de Oliveira Lima. “A monarquia no Brasil caiu sem ter tido quem morresse por ela”, observou o sociólogo Gilberto Freyre. “Esqueceram-me mais depressa do que eu esperava”, queixou-se o próprio imperador ao Visconde de Ouro Preto em Paris.

Caberia a Oliveira Lima o melhor resumo dessa tráfica sequência de acontecimentos:

“A república foi o resultado lógico da decomposição do regime monárquico”.



VELLOSO, UM PINTOR OBSTINADO



Por MARIA JOSÉ JUSTINO

Inegável pintor. Presente, em todo o seu trajeto, o perfume da linhaça e da terebintina, o desafio da tela e das tintas. Seu ateliê na rua República Argentina rivaliza com o de Mondrian. Quase um templo. Ordem e rigor, propriedades que revela também na sua obra. A tradição da pintura sempre presente. Em Velloso, a construção, antes de alcançar uma abstração, namora o cubismo, mas o gosto pela cor nos remete a Delaunay. Como Cézanne e Monet, é um apaixonado pela pintura e pelo tema. A *montanha* em Cézanne, as *ninfias* em Monet, a *árvore* em Velloso (mesmo que o artista teime em afirmar que as suas pinturas nada têm a ver com a árvore). O tema é o que menos importa; o que faz sentido é a prosa que o artista engendra com o que encontra, a sedução da poética. Aquilo que consegue além do que recebe. Telas descarnadas, trocando a matéria pela espiritualidade. Embora negue a presença da árvore, Velloso tece um diálogo com a natureza no desassossego da criação. Devota-se a conjugar matéria com liberdade, inteligência com sensibilidade, natureza com espírito. Acredita que é preciso um equilíbrio, pois a virtude, como aprendeu com seu mestre, está no meio: “A liberdade sem limites favorece, naturalmente, a conquista da intuição e dos *éclairs* preciosos, mas suprime a coordenação sensível” (Lhote:14). Trata-se de conciliar a subjetividade do artista com a ambição, o dentro com o fora, a técnica com a metafísica. Condensar a vivência.

Voltar-se a Velloso é aludir a um artista dos mais profundos e consequentes, que vem se inscrevendo na história da arte contemporânea desde a década de cinquenta. Suas obras, além dos de colecionadores, fazem parte dos acervos do Musée d'Art Moderne de la Ville de Paris, do Museu Nacional de Belas Artes (RJ), do MAC-PR, do Museu Oscar Niemeyer – MON (Curitiba), do MAJ em Joinville e de tantos outros.

Foi aluno de Guido Viaro, com quem se exercitou na liberdade expressionista, e posteriormente do renomado artista pertencente ao cubismo francês André Lhote (1959 a 1961), em Paris, experiência que o fez somar à liberdade expressionista a disciplina cubista. Essa aprendizagem, aliada aos conhecimentos da tradição artística e às conquistas das vanguardas (pelas portas da 1^a Bienal de São Paulo e da estadia em Paris), forneceram-lhe bagagem para uma interferência na modernização da arte paranaense, na aproximação à abstração. Arte abstrata, para ele, é “uma reformulação da eterna constante do equilíbrio de ritmos e formas, de assimetrias e simetrias, de volumes e formas, apenas despidos de sua aparência anedótica” (In Marquez). Desde cedo, está presente em sua obra o empenho na pesquisa e a necessidade de descobrir novos caminhos.

Nos anos cinquenta, a carência de informações somada ao academicismo da Belas Artes, sufocava particularmente os mais jovens. Mesmo assim, Velloso busca brechas, zonas de respiro: a visita à 1^a Bienal de São Paulo e a convivência com Viaro. Em Viaro, encontrou o método, na Belas aprendeu a desconstruir e na Bienal, a abertura para o mundo. E em Paris a sua linguagem.

O confronto pra valer de Velloso com a linguagem abstrata dá-se em Paris, no final da década de cinquenta. É quando frequenta o ateliê de André Lhote. Mas, lembremos, Lhote permaneceu cubista até o fim e não morria de amores pela abstração; ao contrário, teceu sérias críticas àquela tendência. O mais caro em Lhote é a liberdade. Isso o aproxima de Viaro. A decadência para Lhote – também para Viaro – era a arte acadêmica. Velloso passeia do cubismo à abstração,

sempre tirando partido de sua vivência em Paris: “A cada artista sua disciplina, a cada fantasia sua regra” (Lhote:15). A pintura tem a sua própria linguagem, a sua gramática, a sua sintaxe. É um processo de que fazem parte o pintor, a realidade, a percepção e a construção.

Como os cubistas, Velloso anuncia a realidade. Suas telas trazem objetos e seres, mas de forma diversa da natureza, agora analisados e submetidos a questionamentos. Mais vestígios do que propriamente natureza. Um início tímido da abstração, um exercício de silêncio, de contemplação solitária, uma prosa com o mundo. Confessa o artista: “Minha pintura se encadeia como uma escada, cada novo quadro tem uma referência do anterior. Uma vida talvez seja pouco para fazer um bom quadro, de modo que não se pode ficar pulando de um galho a outro. O artista precisa manter a coerência até o fim da vida, principalmente porque de um momento em diante já não tem mais espírito para aventuras perigosas” (Velloso).

Desde cedo cultivou a liberdade de leitura e de fazer. A construção o aproxima dos cubistas, mas no colorido Velloso deles se distancia. Se na forma aproxima-se do cubismo de Lhote, na cor tem mais afinidade com Delaunay. Essa liberdade lhe permite galgar uma pintura original, alcançando uma forma de abstração, em que afirma o sentido pelos valores plásticos. Ou seja, a pintura de Velloso atinge a transcendência. Malevitch, o mais radical dos abstratos, sustentava: “A razão é uma corrente de prisioneiro para o artista, é por isso que desejo a todos os artistas que percam a razão” (Malevitch:43). Extraviar-se para esbarrar na sensibilidade.

Razão e sensibilidade esgrimem um jogo livre. Mas essa liberdade não é anárquica, pelo contrário, Velloso exercita aquilo que Lhote chamou de *Invariante Plásticas*: “O rigor da composição, o cuidado do ritmo, a variedade dos signos inventados, a dosagem harmoniosa dos contrastes de valores ou de cores, o todo ampliado graças à perfeição técnica” (Lhote:187) – leis da composição. Essas invariantes não se encontram na natureza, a não ser de forma sugestiva; antes, o artista raciocina sobre as sensações, estruturando a pintura.

Estamos falando da pintura pós-cubista no esforço de criar formas puramente pictóricas, longe do assunto. Lição aprendida e praticada por Velloso. A árvore é apenas vestígio, ressonância, reverberação, eco da realidade. Antes de tudo, Velloso é um construtivo.

Inconteste, Velloso completou 90 anos em agosto com uma juventude invejável. Na vida dos mortais, diferencia-se como uma pessoa inteligente, culta, com um senso de humor singular; no mundo da arte, continua um artista radical, sem concessões, mão e olho cada vez mais apurados, numa entrega plena ao ato de pintar.

REFERÊNCIAS

- LHOTE, André. *La Peinture Libérée*. Paris: Grasset Éditeur, 1956.
- MALÉVITCH, K. *Le Miroir Suprématiste*. Lausanne: Éditions L'Age D'Homme, 1977.
- MARQUES, Ennio. *40 Anos de Amistoso Envolvimento com a Arte*. Curitiba: Fundação Cultural, 2006.
- VELLOSO, F. In *Equilibrista da forma e da cor*. Depoimento a Fernando Bini. Curitiba, BPP. 03/06/2014. Disponível em: <http://www bpp.pr.gov.br>. 18/11/2019 11:38:10 – 3.

INCONGRUÊNCIAS

—•○●○—
Por MARIA ROSA CARTAXO MOURA*

Sinto-me, às vezes,
Ponta solta de uma meada imaginária,
Trama enredada por mil fios embaraçados.
Pensando-me livre da confusa teia
Prendo-me, ainda mais, à maçaroca
originária.

Quem sou, de onde vim, para onde vou?
Indagações aleatórias de tempos imemoriais,
Suposições à incógnita de arbitrária
solução.
São: passado e futuro de tempos existenciais
Mistérios ignorados, desconecto ao padrão.

Busco, à deriva, saber a verdade,
Biruta instável inflada pelo vento,
Balanço ao ar, procurando o rumo
Certo do meu real sustento.

Sou produto surreal de curiosa operação
De quádrupla e fatídica condução,

*Autora convidada, é jornalista, cronista e poeta. Em 2005 ingressou na Academia Feminina de Letras do Paraná.



Somos genes, multiplico células
Divididas pela vida e pelo tempo
diminuídas.

Sombra fosca, sou, do ser em movimento,
Reflexo, ambulante, da espelhada imagem
Concebida por Deus num pensamento.
Cumpro sina pré-traçada, em sonho
planificada.
Ou faço, consciente, o meu próprio destino?

No ar está solto o dilema, capcioso,
intrigante.
Dualidade absurda de frustrante solução.
nó malvado, apertado, que tão somente é
desfeito
Pela fé e pela força da bendita redenção.





Machado de Assis por Marc Ferrez | 1890

“CONTOS FLUMINENSES”, DE MACHADO DE ASSIS: TRANSITORIEDADE E PERMANÊNCIA

Por MARTA MORAIS DA COSTA

A obra de Machado de Assis é citada -e não lida - por inúmeros entrevistados em pesquisas realizadas para conhecer o estado de leitura no Brasil. Há certo status de erudição buscado por aqueles que pretendem parecer leitores familiarizados com uma literatura de boa qualidade. Investigando com detalhe e cuidado, a gama de respostas sobre os que se afastam da obra machadiana vemos desenhar-se um retrato em preto-e-branco de leitores ausentes: “é difícil de ler”, “li obrigado na escola”, “li para o vestibular” (leu o resumo provavelmente), “li e não entendi”, “parei no meio porque achei chato” e outras mais não soam incomuns para os estudiosos da formação de leitores ou dos profissionais batalhadores da literatura brasileira.

Alguns afirmam ter lido toda a obra ou somente os melhores romances, citam entre os contos invariavelmente “A missa do galo” e “A cartomante”. Entre estes últimos, invariavelmente encontram-se os frequentadores assíduos de antologias, vídeo-aulas e artigos educacionais. Como heróis, inflam narinas e alteiam a voz para afirmar que Capitu traiu Bentinho e que *Memórias póstumas de Brás Cubas* é muito divertido e estranho – quando não, bizarro. Há até aqueles que elogiam a profundidade psicológica do personagem Quincas Borba no romance homônimo. Talvez uma posição avançada de amigos de animais, preocupados com a sanidade de qualquer bicho de estimação. Mas também pode ser uma pista do tipo de leitor que Pierre Bayard definiu em “Como falar dos livros que não lemos”.

Os leitores de Machado na adolescência, jamais lerão novamente qualquer texto dele. Os leitores de Machado na idade adulta o substituem rapidamente por Dan Brown, Jojo Moyes ou Nicholas Sparks.

Exemplo a ser citado sempre que se quer parecer erudito, Machado de Assis sofre as consequências de ter sido um louvável e extraordinário escritor em terra de poucos leitores. Lido, esquartejado, compreendido na superfície ou com preconceitos, sofre com o próprio veneno mostrado na “teoria do medalhão”, que tão bem retratou em conto que tem esse título.

Vítima de sua alta posição no cânone literário, é na escola que ele tropeça em leitores desinteressados e em professores bem intencionados, mas algumas vezes desequipados teórica-analítica-pedagogicamente para atrair a atenção dos alunos e para formar leitores autônomos.

Esta arenga com ares de ironia e profundo desencanto talvez seja em mim uma herança de leituras apaixonadas da prosa de Machado; leituras menos engajadas de seu teatro e intensamente desencantadas de sua poesia.

Mais do que enredos, é na forma e no modo de escrever e construir narrativas que mais me amarro. Este verbo tem um quê de metáfora e muito de verdade. Relevar seus textos enredam meus olhos e me deixam fascinada pela frase densa em achados, pelas facetas em jogo de esconde-esconde de seus personagens, pelo brilhantismo da construção narrativa em paralelos, elipses, trocadilhos, ceticismo, entrechoque de frases e sentidos, lacunas e um narrador que sob a aparência de deixar em liberdade seu leitor, o mantém atado e subjugado ao seu poder.

Embora tomada neste texto e até aqui como totalidade, a obra ficcional de Machado de Assis é desigual em qualidade literária, como acontece com qualquer escritor, especialmente os prolíficos. E ele assim o foi, não só na variedade de gêneros (crônicas, contos,

romances, teatro, poesia, traduções), mas principalmente pelo tempo de exercício da arte de escrever. De *Desencantos* (1861) ao *Memorial de Aires* (1908), foram 47 anos de intensa atividade, semeando textos a mancheias em livros, folhetins e periódicos, tantos e tais que até hoje não se pode dizer com exatidão a extensão de sua obra completa. Os números expressam um pouco essa produção: 10 romances, 4 livros de poemas, mais ou menos 200 contos - que já renderam vários volumes póstumos -, 6 peças de teatro, uma produção valiosa de artigos de crítica literária e teatral, cartas e traduções.

A efeméride de 2020, relativa a Machado de Assis, é em comemoração aos 150 anos de publicação de *Contos fluminenses*, o quarto livro machadiano publicado, depois de *Desencantos* (teatro, 1861), *Teatro* (1863) e *Crisálidas* (poemas, 1864). O volume é composto por sete narrativas, sendo que seis delas haviam sido publicadas anteriormente no *Jornal das Famílias* entre abril de 1865 e janeiro de 1869. Apenas “Miss Dollar” era conto inédito. Em ordem cronológica de publicação, são eles “Frei Simão” (junho 1864), “Confissões de uma viúva moça” (abril/maio/junho de 1865), “Linha reta e linha curva” (outubro a dezembro de 1865 e janeiro de 1866), “A mulher de preto” (abril de 1868), “O segredo de Augusta” (julho/agosto de 1868) e “Luís Soares” (janeiro de 1869).

No período dessa quase década é visível a evolução da escrita machadiana mesmo dentro da fase considerada mais tradicional - romântica, adjetivaram alguns críticos – e que será rompida de modo magistral em 1881 com a publicação de *Memórias póstumas de Brás Cubas*.

No mesmo ano de 1870 sai publicado o volume de poemas *Falenas*, a exemplificar a indefinição de escrita de Machado: verso ou prosa? Hoje sabemos o quanto ele engrandeceu a história da literatura brasileira ao escolher preferencialmente a ficção narrativa, mesmo com a recaída poética na publicação dos poemas recolhidos em *Americanas* (1875).

Há escritores cuja longa carreira começou com o ápice da

qualidade: depois do primeiro volume extraordinário, os demais transitaram em curva descendente: é o caso de Raduan Nassar. A maior parte dos escritores faz da sequência de obras publicadas a demonstração de amadurecimento formal e temático. As chamadas “obras de juventude” são renegadas em épocas posteriores, como fez Cecília Meireles. Quando não eliminadas fisicamente como vampirescamente atuou Dalton Trevisan. Há nesse ir-e-vir ascendente-descendente a oportunidade de aprender sobre a escrita e o pensamento de artistas diferenciados e diversos entre si.

Machado de Assis realizou integralmente o perfil do escritor rumo ao amadurecimento e virtuosismo na medida em que seus livros se sucediam. Até mesmo *Memorial de Aires*, seu último livro publicado, em 1908, ano de sua morte, é rigorosamente de alta qualidade, à altura de seus melhores livros, acrescido de um melancólico toque de despedida, de testamento.

Portanto, os debutantes “Contos fluminenses” sofrem intensamente a pressão da literatura da época, impregnados de romantismo e obesos de retórica e de tempos narrativos estendidos. Na sua juventude de escrita, seis desses contos (à exceção de “Miss Dollar”) são aparentados, seja nos sutis e romantizados jogos amorosos de alto decoro, seja na horizontalidade psíquica dos personagens, seja nos salamaleques verbais de uma sociedade burguesa, de casamentos por interesse que fracassam e de casamentos estáveis baseados no companheirismo e na amizade, mais do que no amor, ou casamentos de fachada, em que a esposa, mesmo sabendo das escapadas do marido, preserva a aliança e o respeito social.

A preferência por viúvas sedutoras, ricas e bem comportadas, traz ao relato machadiano uma protagonista amadurecida pela dor ou pelo desengano. Trata-se de uma contribuição de Machado de Assis para a galeria de personagens femininas românticas, antes restritas ao triângulo mãe-de-família, virgem tímida e prostituta de alto coturno. A viúva machadiana vive um estado de quase liberdade de ação,

guarda um ar misterioso de mulher vivida, dispõe de possibilidades mais diversificadas de trato social – em especial nos argumentos das conversas quase intermináveis nos serões da segunda metade do século XIX.

Já os personagens masculinos, dentro do poder absoluto conferido ao ser-homem na época, cuidam bem de duas reputações: a do dinheiro e a do amor. O casamento, signo de respeitabilidade e estabilidade, podia – ou não – juntar os dois fios em uma mesma meada: o dote da mulher cobria a esbórnia financeira do pretendente. Quando havia amor, o casamento representava o final do conto, era a cortina a cair sobre a representação teatral, como será em futuro próximo o escurinho da câmera cinematográfica, com o corte indesejável na sensualidade do beijo matrimonial e seu além.

Por vezes, o carneiro ia buscar lã e saía tosquiado. O conto “Luís Soares” sobressai dos demais contos do livro em razão de seu irônico quiproquó, porque o rapaz quer apenas o dote da prima Adelaide e “Receava que o tio, descobrindo o sentimento da sobrinha [o amor dela por Luís Soares] propusesse o casamento ao rapaz; e recusá-lo não seria comprometer no futuro a esperada herança? A herança sem o casamento era o ideal do moço. Dar-me asas, pensava ele, atando-me os pés, é o mesmo que condenar-me à prisão.”. Quando ela se descobre herdeira de trezentos (não mais trinta) contos, o moço já havia demonstrado que não gostava dela e sim de sua fortuna. Nem trinta, nem trezentos: a solução foi o tiro certeiro, “resolução dos covardes”, que transformou o janota Luís Soares em um cadáver sem direito até mesmo à oração dos amigos íntimos. Na ironia de todo o entrecho, ouve-se surdamente, atrás de um biombo, o nascimento do personagem Brás Cubas.

Em “Confissões de uma viúva moça”, a linha que separa o casamento do adultério quase se rompe. O sedutor Emílio tanto persegue Eugênia, fazendo-se amigo do marido dela e posteriormente íntimo da casa, que ela acaba por se apaixonar pelo rapaz. Vive então

situações e diálogos que beiram o adultério, que não se consuma. O marido continua a tratá-la delicadamente até que adoece e morre. Ante a possível realização do casamento, com Eugênia recém-viúva, Emílio revela-se imediatamente um “sedutor vulgar e só se diferenciava dos outros em ter um pouco mais de habilidade que eles”, descreve a viúva tempos depois em carta à amiga Carlota.

A tênue linha divisória se mostra claramente na história que Eugênia narra na correspondência à amiga Carlota. É a visão feminina da relação a três. Essa clareza desaparece quando Machado de Assis, contando o ciúme de Bentinho, dará a ele a sugestão de um rompimento da linha, mas tudo de forma nebulosa e ambígua. Creio que é esta passagem do *tudo dito* para o *sugerido* que marcará a modernidade no tratamento ficcional do assunto adultério na obra machadiana. Não será apenas esse o recurso usado pelo escritor, mas será, sem dúvida, um dos mais marcantes.

Além do mais, Eugênia, em “Confissões de uma viúva moça”, usa em sua defesa uma situação social que sabemos verdadeira para a época: “Se meu marido tivesse em mim uma mulher, e se eu tivesse nele um marido, minha salvação era certa. Mas não era assim. (...) Meu casamento foi resultado de um cálculo e de uma conveniência. Não inculpo meus pais. Eles cuidavam fazer-me feliz e morreram na convicção de que o era.”. A cortina dos diálogos quase exclusivos sobre o amor não impede ao escritor a visão do contexto social, embora ainda desrido da crítica sutil e dos ornamentos dialéticos da ironia, tão entranhados em *Memórias póstumas de Brás Cubas* e *Quincas Borba*, como em narrativas do quilate de “Teoria do medalhão” e, especialmente, “O alienista”.

Não é diferente o pensamento de Tito, protagonista de “Linha reta e linha curva”, que, mais cétilo que Eugênia, vinha de uma experiência amorosa amarga, que assim descreve: “(...) eu não creio nos amores leais e eternos. Houve um dia em que tentei amar; concentrei todas as forças vivas do meu coração; dispus-me a reunir

meu orgulho e a minha ilusão na cabeça do objeto amado. Que lição mestra! O objeto amado, depois de me alimentar as esperanças, casou-se com outro que não era nem mais bonito, nem mais amante.” Ah, Bentinho, quantas páginas ainda serão viradas até que o leitor encontre suas angústias, seu ciúme, seu desespero de amante imaginariamente traído!

Nada mais estereotipado e calcado nas molduras românticas do que um conto, justamente relegado ao final do livro, como uma despedida melancólica aos ardores sentimentais impregnados das imagens e dos sacrifícios voluntários do romantismo, enquanto escola ou tendência literária da época. Talvez este conto pudesse atender aos anseios do sangue quente apaixonado dos adolescentes atuais. Ou talvez não: lhe faltaria a necessária dose de carnalidade, de sensualidade, de entrega amorosa para valer. Aquela que conduz ao feminicídio, ao suicídio, à gravidez precoce, ao abandono e ao comprometimento de toda uma possível vida amorosa.

Intencionalmente deixei por último o comentário a “Miss Dollar”. Em 1870, Machado de Assis escritor se encontrava a 21 anos de distância de *Memórias póstumas de Brás Cubas*, seu romance de ruptura com os padrões da literatura brasileira da época, em muitos aspectos. Mas já eram seis anos a mais do que o primeiro dos contos fluminenses editados em revista, “Frei Simão” (junho de 1864). A distância temporal e a experiência de escrita podem ter contribuído para algumas características de “Miss Dollar”, a começar pelo título.

Pesquisadores associam o conhecimento da literatura de língua inglesa, em especial a britânica, à alteração significativa que Machado de Assis procedeu em seus escritos literários. O título desse conto aponta também para novos ares culturais que trocam o Mediterrâneo pelo Canal da Mancha. Mais do que o nome, o que vai permitir ao escritor estabelecer um diálogo com o leitor – ou um monólogo com um suposto leitor? – é a apresentação do personagem que leva esse nome, porque, como é tradição, um nome no título já é,

supostamente, o início da apresentação do protagonista da narrativa. Neste conto, o narrador se dá a liberdade de brincar com estereótipos, com expectativas e com o imaginário do possível leitor:

“Se o leitor é rapaz e dado ao gênio melancólico, imagina que Miss Dollar é uma inglesa pálida e delgada, escassa de carnes e de sangue, abrindo à flor do rosto dois grandes olhos azuis e sacudindo ao vento umas longas tranças loiras. A moça em questão deve ser vaporosa e ideal como uma criação de Shakespeare; deve ser o contraste do *roast-beef* britânico com que se alimenta a liberdade do Reino-Únido. (...) O chá e o leite devem ser a alimentação de semelhante criatura, adicionando-se-lhe alguns confeitos e biscoitos, para acudir às urgências do estômago. A sua fala deve ser um murmúrio de harpa eólica; o seu amor um desmaio, a sua vida uma contemplação, a sua morte um suspiro. A figura é poética, mas não é a da heroína do romance.”

Esta é a posição metanarrativa, isto é, ao construir a narrativa simultaneamente o narrador a critica ou aponta suas escolhas enquanto narrador. Some-se a este diálogo com o leitor, realizado diretamente (o narrador é um elemento da ação de narrar e o leitor, seu destinatário exclusivo), o toque de ironia, invertendo não só a apresentação, mas as expectativas do leitor em relação ao narrado. Esse tráfego em mão dupla cria camadas de sentido que virão a se acumular ao longo do conto, criando novas perspectivas de entendimento do conto. Machado de Assis ao longo do tempo irá aprimorar esse diálogo e essas múltiplas perspectivas, chegando, por exemplo, em *D. Casmurro* a criar um entendimento tão pantanoso que permite afirmar e negar um possível fato adulterino: o triângulo Bentinho-Capitu-Escobar.

Já está, portanto, em embrião uma das mais importantes características da escrita machadiana.

Miss Dollar pode ser “uma robusta americana, vertendo sangue pelas faces, formas arredondadas, olhos vivos e ardentes, mulher feita,

refeita e perfeita. Amiga da boa mesa e do bom copo, esta Miss Dollar preferirá um quarto de carneiro e uma página de Longfellow (...)” e segue a brincadeira com o leitor, estendendo a suposição até uma “brasileira dos quatro costados e [...] o nome Miss Dollar quer dizer simplesmente que a rapariga é rica.”. Conclui, após seis parágrafos, que Miss Dollar não é nenhuma das hipóteses levantadas porque “Falha desta vez a proverbial perspicácia dos leitores; Miss Dollar é uma cadelinha galga.” Era mesmo um jogo de pistas falsas, de discurso enredador, para levar o leitor à surpresa da identificação “real” do personagem. Aliás, o título também não identifica o protagonista. Serão protagonistas Dr. Mendonça e Margarida, o par amoroso, que chegará ao casamento, em que “Os dois esposos são ainda noivos e prometem sê-lo até a morte.” E Miss Dollar? Acabou tragicamente “pisada por um carro” e enterrada na chácara da família.

O final feliz para uns e infeliz para outros, resumido em dois rápidos parágrafos, confere um pouco mais de realismo ao relato, ao mesmo tempo em que indica que o mais importante na narrativa é o tempo de duração da ação. O ponto final é mais uma convenção da arte da ficção.

Essa crença na força da narrativa enquanto se desenrola aos olhos do leitor será responsável pelos capítulos em ziguezague dos grandes romances do autor, em que, longe de terem como objetivo chegar logo ao capítulo final, espreguiçam-se, deleitados, em redes de vários fios, em que os acontecimentos e os personagens vão e vêm, justificam-se ou não, e seguem a vida como a vida parece ser.

Para concluir, a leitura de “Contos fluminenses” talvez também não agrade aos adolescentes ou a seus professores. Mas não é este o ponto central de minha leitura comemorativa. Tenho certeza que, em poucas páginas, não cabe a complexidade da obra de Machado de Assis e sua interpretação. Não realizei uma leitura para elevar ingenuamente o escritor ou para colocar no mesmo patamar este primeiro livro de contos e aqueles que o sucederam. Fiz, isto sim,

uma leitura em retrospecção, isto é, o que se pode perceber na obra do escritor iniciante em relação àqueles elementos que o qualificam como o mais importante escritor de nossa literatura: a ironia, a metalinguagem, as relações pessoais, o casamento, o contexto social e o diálogo com o leitor. Talvez esta perspectiva segue um pouco o que o próprio Machado definiu em *Memórias póstumas de Brás Cubas*: o menino é pai do homem.



FONTE:

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Contos fluminenses*. Brasília: MEC; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. (Edição crítica da Academia Brasileira de Letras)

O REI ESTÁ NÚ?
A VAIDADE, A PAIXÃO E O EXTREMISMO
COSTUMAM PROVOCAR CEGUEIRA INTELECTUAL

Por ORIOVISTO GUIMARÃES

Hans Christian Andersen, em seu conhecido conto, nos mostra como um imperador e toda sua corte ficaram cegos pela vaidade de se mostrarem inteligentes e sábios.

No conto de Andersen, o imperador desfilava com roupas feitas de um tecido que só as pessoas inteligentes podiam enxergar. Todos elogiavam e aplaudiam a beleza das roupas até que um puro e inocente garoto exclamou: "Olhem, o rei está nu!". A partir daí, revelou-se o escândalo.

A história da humanidade é pródiga em nos mostrar exemplos reais desse conto. Hitler, Mussolini, Stálin, Hugo Chaves e centenas de outros líderes foram capazes de insuflar sentimentos menores em seus seguidores e torná-los cegos, que obedeciam ao líder como se fossem acéfalos.

Quanto menos culto e educado, mais facilmente um povo pode ser enganado por falsos líderes, oportunistas, que se valem de cargos conquistados com o voto dos enganados para se locupletarem em proveito próprio.

Com o tempo, os inocentes garotos começam a gritar: "O rei está nu!", e os olhos dos incautos e despreparados seguidores vão se abrindo. Cai o enganador de plantão e surge outro, numa sequência que parece não ter fim.

Foi por isto que Rui Barbosa, já em 1914, escreveu: "De tanto ver triunfar as nulidades, de tanto ver prosperar a desonra, de tanto

ver crescer a injustiça, de tanto ver agigantarem-se os poderes nas mãos dos maus, o homem chega a desanimar-se da virtude, a rir-se da honra e a ter vergonha de ser honesto”.

O povo brasileiro, ao longo *de* sua história, muitas vezes, já foi usado e enganado. Infelizmente, creio que novas decepções estão a caminho. Lá no horizonte, vejo e ouço garotos inocentes acenando e gritando: “O rei está nu!”.

Como eleitores, já erramos e poderemos errar novamente, só não podemos perder a fé *em* nossa capacidade de aprender e de sonhar com um Brasil governado por homens éticos, que sejam capazes de colocar os interesses da nação acima *de* seus interesses pessoais.

Na dura escola da vida, existe uma regra imutável: ou aprendemos com nossos erros ou continuaremos a sofrer.

A MAGIA DO TEATRO

Por RENÉ ARIEL DOTTI

“Teatro e respiração são, para mim, a mesma coisa.”

FERNANDA MONTENEGRO
(Arlete Pinheiro Esteves da Silva Torres (1929 -) atriz

O aspecto mais importante da atividade teatral é a imensa capacidade de multiplicação de papéis na representação. De todas as manifestações artísticas, a teatral é a mais antiga e a mais fecunda. O pintor, a cantora, o pianista; a bailarina continuam sendo as mesmas pessoas quando realizam suas performances. O mesmo, porém, não ocorre com o ator e a atriz que se “transformam” em outros seres humanos conforme a natureza das personagens. Um dos nossos maiores atores, **Procópio Ferreira** (1898-1979) disse que “*a vida é a miniatura do teatro. Ele a aumenta, a embeleza, a sublima. A vida cria o conflito, o teatro o resolve; e nessa solução, a vida tem aumentado o seu patrimônio moral. A vida está cheia de Ciranos, Hamlets e Otelos, mas somente depois que a arte os mostrou é que o mundo começou a reparar neles*”.

Parafraseando antiga e permanente frase (“A poesia é necessária”) pode-se também afirmar, com **Louis Jouvet** (1887-1951), “*rien de plus nécessaire que le théâtre*”.

Um dos maiores exemplos da força subjetiva exercida pela arte de representação consiste no chamado *Teatro do Absurdo* que foi produzido por geração de dramaturgos surgidos após a II Guerra Mundial, a exemplo de BECKETT (*Esperando Godot, Happy Days*)

IONESCO (*O rinoceronte*, *As cadeiras*) e ARTHUR ADAMOV (*A invasão*, *Todos contra todos*) e constitui uma legítima e autêntica forma de criação e de expressão da liberdade anárquica. Assim, e coerentemente, no Teatro do Absurdo, a *plot* traduz verdades que estão submersas do consciente coletivo. Nessa recriação do mundo, da vida e do homem o tema é (aparentemente) absurdo, assim como o texto, o diretor, os intérpretes, o cenógrafo. Mas a identificação como “*absurdo que se passa no palco*” é do espectador.

As palavras, os gestos e as imagens traduzem personagens e fatos do mundo real ou do universo da ficção e de lugares onde a imaginação possa alcançar. Também a mímica, essa arte da persuasão silenciosa, compõe um tipo de interpretação em seus infinitos dialetos. É através do universo da pantomima que as palavras são substituídas pelas expressões, quando é possível ver o desenho sem o traço, a escultura sem o cinzel, as cores sem a tinta e a pintura sem o pincel.

E tudo isso se chama *teatro*. Essa realidade que vai muito além do tempo irrisório da vida humana para ganhar a eternidade dos tempos e o infinito das distâncias. E é dentro desse *cenário* da realidade e da fantasia, da verdade e da mentira, do bem e do mal que todos nós, estamos diariamente imersos. Somos atores e atrizes que interpretam diuturnamente os *autos da existência* através das inúmeras personagens que habitam a nossa alma.



PUNHAL DE CELOFANE OU: “O QUE É A LITERATURA?”

Por ROBERTO GOMES

I.

Aldous Huxley, em *O Gênio e a Deusa*, faz uma reflexão muito interessante a respeito da natureza deste universo virtual criado pela Literatura. Regido por leis próprias, não pode ser confundido com o que costumamos chamar de realidade.

Já nas primeiras linhas – com a intenção clara de marcar a diferença de natureza daquilo que vai ser lido – o personagem principal nos coloca numa situação de distanciamento frente ao mundo no qual ingressamos levados por suas mãos. Diz ele – não cito literalmente: “a diferença entre realidade e ficção é que a ficção sempre faz sentido, enquanto que a realidade não faz sentido algum”.

Isso nos leva a duas observações.

Fica claro em primeiro lugar que é preciso não cair na armadilha da ficção: o mundo dos livros é um mundo arbitrário. Imaginar o contrário seria sofrer a ilusão de Dom Quixote, o qual, na análise de Michel Foucault, é o indivíduo que leu todos os romances de cavalaria e acabou por perder o senso do real e do literário: ele mistura ficção e realidade, gigantes e moinhos, as palavras e as coisas.

Para ilustrarmos esta idéia, podemos recorrer a um exemplo fora da literatura. No filme *La Nave Va*, Federico Fellini faz com que vejamos claramente que o mar, onde se passou todo o filme, não é mar, é celofane amarfanhado que poderosos ventiladores fazem

ondular. Fellini está nos dizendo: atenção, não se iludem, isso aqui é um filme. Não se trata de realidade.

Em segundo lugar, o início de *O Gênio e a Deusa* lembra uma advertência de Tchecov. Dizia ele: se num conto que escrevo aparecer um punhal, o leitor fique atento: ele vai ser usado. Ou seja: no mundo ficcional nada é gratuito. Um punhal jamais aparece casualmente num cenário, ao contrário da realidade, onde, felizmente, nem todos os punhais são usados.

Estas são duas advertências que precisamos ter presentes sempre que abrimos um livro ou falamos sobre literatura. Nela, o mar é de celofane, o punhal é de papel e tinta. Nada do que estiver presente no texto é gratuito: tudo tem sua razão de ser. Em resumo: a literatura é arbitrária e o que nela se encontra tem um significado, enquanto a realidade carece de todo significado.

2.

Voltemos ao personagem de Huxley. Podemos nos perguntar o que seria esta outra realidade, a literatura, onde tudo faz sentido, em oposição a isso que habitualmente chamamos realidade, onde o sentido não se encontra inscrito.

É fácil vermos que na ficção nada é casual. Seja um encontro numa rua, uma frase que um personagem escuta de um transeunte, uma página de livro aberta ao “acaso” – entre aspas, já que neste mundo não existem acasos – de tudo isso se extrairá um sentido, de alguma forma cada palavra está propondo um enigma. O encontro, a frase, a página aberta, certamente desafiarão o personagem que se redescobrirá em cada um destes atos. O punhal será usado.

Neste sentido, a ficção é aparentada com o sonho, pois nele, ao contrário da realidade, tudo significa. A grande virada histórica que Freud provocou no pensamento ocidental não está relacionada, em primeiro lugar, com a colocação da sexualidade no centro da

questão do homem. Para um ocidental falar de sexo e nele buscar a sua verdade, é algo anterior a Freud, que apenas deu forma crítica e um método de análise a esta questão. Em termos de leitura da personalidade, Freud tornou-se revolucionário quando deixou de lado a visão corrente entre psiquiatras e médicos do século XIX, segundo a qual o sonho não passava de uma espécie de distúrbio químico, um tipo de curto circuito cerebral ocasionado pela situação de sono, quando os terminais dos órgãos dos sentidos, estando o organismo em repouso, passam a enviar ordens disparatadas que resultavam em sonhos. Uma coisa era quase dogma no universo conceitual dos psiquiatras da época: viam de não importa que origem neurológica, os sonhos não significavam nada. Resultavam apenas de um caos mental momentâneo, produto do exílio da consciência, deixando a casa entregue a mais pura baderna. Som e fúria significando coisa alguma.

Freud, ao abandonar esta abordagem, recuperará a concepção popular de sonho. Dirá ele: todos os povos, todas as culturas, sempre acreditaram que os sonhos significavam alguma coisa. Levado a esta descoberta pela insistência de seus pacientes em contarem seus sonhos, ele a afirmar que também no sonho, e não só na histeria, se manifesta a determinação do inconsciente. Ou seja: tudo significa.

Desta forma, o mundo do sonho é um mundo ficcional ou o mundo ficcional é um mundo de sonhos.

E fica claro que no sonho, tanto quanto na ficção, nada é casual.

3.

Quanto à vida dita “real”, as coisas não parecem se passar exatamente assim.

Podemos nos fazer a seguinte pergunta desconfortável: quando alguém morre?

Ora, qualquer um de nós pode morrer a qualquer momento. Em meio a um empreendimento heróico, atravessando uma rua, atingido por um tijolo que despenca de um andaime, por uma bala perdida ou por um súbito e inesperado ataque de coração. Esta morte que se dá na “realidade” não precisa de um momento propício para ser possível. Virá a qualquer momento, antes ou depois da hora em que faria algum sentido. Pensemos na morte de Roland Barthes, atropelado, segundo consta, por uma camionete de tinturaria em frente ao Colégio de França. Nada mais desconexo e absurdo.

Na ficção, ao contrário, o herói nunca morre antes ou depois da hora certa – e, se isso acontecer, terá mesmo assim um sentido, ou seja, será a hora certa.

A propósito, vale citar a morte de Zorba, o Grego, no romance de Kazantzakis. Uma morte que retoma, em sua revolta, inconformismo e nihilismo, todo o sentido do romance. É quando o personagem vive sua “grande morte”, que nos chega carregada de sentido, de impacto, de possibilidade de desvelamento.

Portanto, tudo significa. Um punhal largado sobre uma mesa em Tchecov. Um fio de cabelo numa pia em Dalton Trevisan. Ou, digamos, o esquecimento de um guarda-chuva.

Na vida real, para perdermos um guarda-chuva, basta parar de chover. Não na ficção. Este guarda-chuva perdido remeterá ao passado ou ao futuro do personagem, explicará, talvez, seu próprio extravio na vida, se transformará em fardo ou estandarte, em derrota ou libertação, em abandono de um modo de vida talvez. Poderíamos, a partir daí, construir toda uma situação ficcional: o homem que perdeu o guarda-chuva.

Assim, a observação do personagem de Aldous Huxley é profundamente esclarecedora. As duas marcas distintivas da ficção são estas: ao contrário da vida, ela é arbitrária e plena de sentido.

Em outras palavras: o mar é de celofane e o punhal será usado.

4.

Há uma terceira característica da literatura que não é menos surpreendente: ela é uma espécie de ignorância que dá certo. Uma das vantagens de se escrever ficção é que ela faz com que o escritor pareça muito mais inteligente do que realmente é.

Diz Umberto Eco: “Nada consola mais um autor de um romance do que descobrir nele leituras nas quais não pensara e que os leitores lhe sugerem.” (Em *Pós-Escrito a O Nome da Rosa*, p. 10).

Este é um dos motivos pelos quais o Autor não deve se meter a interpretar seu texto, fechando a porta a qualquer outra interpretação.

Isso torna claro que há, naquilo que a leitura revela, muito mais do que o escritor sabe. E, quanto mais sua obra provoque reflexões e consequências, mais se amplia o que ele não sabe. Dizendo de outra forma: quanto maior a qualidade da obra, maior é a ignorância do autor a respeito dela.

Vejamos o Quixote: a mim parece óbvio que seria ingênuo e até desumano imaginarmos que Cervantes sabia tudo que estava implícito no que escrevia, que conhecesse todas as possibilidades daquilo que fazia. Por exemplo: que soubesse desde então o que Ortega y Gasset iria extraír da leitura de seu romance. Ou que estivesse ciente das implicações epistemológicas de seu personagem e de suas peripécias, tal como foram analisadas por Michel Foucault, três séculos e meio depois. Ou, ainda, que Cervantes pudesse ser classificado de pós-moderno, já que faz citações de outras obras suas e até mesmo do próprio Quixote ao longo deste mesmo romance.

Quando hoje lemos *O Alienista*, de Machado de Assis, ficamos assombrados com a análise da concepção positivista de ciência que ali se encontra e pela antevisão crítica da psiquiatria que só começaria a ser formulada neste século, na década de 1960. No entanto, cabe a pergunta: Machado de Assis sabia que estava fazendo tudo isso? É claro que não, é humanamente impossível. Da mesma forma, a obra de

Machado de Assis é uma fonte inesgotável de reflexões deste mundo que deu origem a república brasileira e, portanto, à experiência social que os brasileiros vivem desde o século passado, o que se liga a nosso modo de conceber a democracia, a autoridade constituída, o Estado, a política, a ciência, o papel do intelectual etc. Mas é claro que isso tem a ver com a leitura que fazemos de sua obra e não com as intenções do "Autor" Machado de Assis.

Federico Fellini disse a um repórter que lhe perguntou a respeito de certos símbolos que apareciam em *A Cidade das Mulheres*: "Eu não sei o que significam. Se soubesse, não teria feito o filme".

Claro, para que fazer um filme ou escrever um livro, coisas que exigem um trabalho medonho, se já sabemos de antemão o que vai acontecer e o que tudo aquilo significa? Escrevemos ou fazemos filmes para sondar o sentido, não para demonstrar o já sabido.

É neste quadro que imagino se colocar Umberto Eco, com as idéias a respeito da obra aberta e da multiplicidade de leituras possíveis a partir de um texto literário. Mas Umberto Eco fez mais. Escreveu um romance, *O Nome da Rosa*, que é uma alegoria genial de suas próprias idéias literárias, além de cometer o pós-escrito já referido.

Este livro pode ser lido como um romance policial. Dois franciscanos envolvidos no desvendamento de crimes hediondos que ocorrem numa abadia. Não é sem motivo que um dos franciscanos se chama Guilherme de Baskerville, sendo *O cão dos Baskervilles* um romance notável de Conan Doyle, o criador de Sherloque Holmes. Ademais, o outro franciscano chama-se Adso de Melke, sendo que Adso lembra Watson, o assistente de Sherloque.

Acrescente-se que *O Nome da Rosa* leva a uma discussão em torno do caráter dessacralizador e perigoso da filosofia aos olhos do poder – no caso, da igreja católica, pois tudo gira em torno da proibição da leitura de um livro perdido da poética de Aristóteles a respeito do riso.

Mas esse mesmo romance pode ser visto como uma dramatização da própria literatura e dos livros, já que o mistério está

centrado numa biblioteca em forma de labirinto, dirigida por um monge cego chamado Jorge, tal como o escritor argentino Jorge Luiz Borges, que também era cego, espécie de bibliotecário que amava escrever a respeito de labirintos.

Aliás, a literatura e as referências intertextuais são abundantes. O romance que lemos teria sido escrito por Adso – sendo que Adso/Watson é o narrador das aventuras de Sherlock, copiado por Mabillon e traduzido por Vallet. "A cena de amor na cozinha - revelou Umberto Eco em *Pós-Escrito a O Nome da Rosa* – é toda construída com citações de textos religiosos, desde o Cântico dos Cânticos até São Bernardo, Jean de Fecamp, ou Santa Hildegarda de Bingen." Além disso, um texto de Wittgenstein é citado como sendo de autor medieval, o que fez sentido e não causou estranheza, e em textos medievais são revelados aspectos modernos, o que também faz sentido, mas causou estranheza.

Desta forma, a literatura aparece como esta infindável ligação entre os textos. Como disse Umberto Eco, "os livros falam sempre de outros livros e toda história conta uma história já contada."

Assim, além de falar de crimes, de filosofia e literatura, o romance dramatiza uma virada no universo teológico, com a falência de um mundo sombrio, fechado dentro de uma abadia e regido por um Deus tirânico, e o aparecimento de São Francisco de Assis, que deu ao mundo uma materialidade visível: o sol, a lua, a terra, os pássaros, e festejou a alegria. Não é sem motivo que os padres são dois franciscanos e nem é causal o fato de um deles se chamar Guilherme e usar um instrumento inusitado para a época, óculos. Tal como Guilherme de Ockam.

Mas este romance ainda pode ser a narrativa macro-social a respeito do fim de um mundo, simbolizado pela abadia, que se consome num incêndio, o que também tem ligações com o castigo concebido para os pecadores pela religião cristã.

As leituras possíveis e as armadilhas do autor são infindáveis. O importante, no caso, é observar que estas coisas de superfície, nomes,

citações, referências, o autor sabe e até escreveu posteriormente a respeito delas. Agora, o fato de que seu romance pode ser uma fonte de reflexão a respeito da história, da vida e da filosofia medieval, isso escapa às artimanhas do autor.

Ou seja, por que será que Picasso sentiu necessidade de pintar quase 50 versões da tela *As Meninas*, de Velasquez? Por que Borges imaginou um personagem que chega à conclusão de que a melhor maneira de reinterpretar e reescrever a Bíblia seja copiar fielmente cada uma de suas palavras? Por que será que o próprio Umberto Eco, ao explicar a razão pela qual decidiu ambientar seu romance na Idade Média e não nos dias atuais, disse o seguinte: “Da Idade Média tenho um conhecimento direto, enquanto que o mundo atual só conheço pela televisão”? Enfim, por que neste século todas as artes, e não só a literatura, estão cheias de referências mútuas, citações, intertextualidade?

Eis porque, tanto maior a obra realizada, tanto mais profundas as suas implicações, menos o autor conhece a respeito dela. E o inverso também é verdadeiro: quanto mais o autor sabe a respeito do que faz, tanto menor é o que fez. No primeiro caso, pensemos no Quixote e no Alienista, no segundo, pensemos nos romances-verdade, nos romances de tese, nos best-sellers fabricados as dezenas segundo as mesmas forma e “mensagens”, nos variados realismos, socialistas ou não.

Assim, e paradoxalmente, a ignorância do autor é inversamente proporcional à grandeza de sua obra. Ao tomar conhecimento disso, a literatura do século XX e os escritores viram quebrada a sua onipotência: eles são menores do que a obra que produzem.

Eis porque a literatura é uma forma de ignorância que dá certo, razão pela qual faz com que o escritor pareça mais inteligente do que realmente é.

5.

Imagino que estas observações permitam tematizar algumas distinções entre ficção e conhecimento científico ou filosófico. Se são oposições ou possíveis pontos de encontro, eis o que fica a resolver.

Na ciência e na filosofia, partimos do que se sabe ou se julga saber e buscamos, através de demonstrações lógicas ou de dados empíricos, retirar do já sabido as consequências desejadas e, ao final, esperamos saber mais do que no início.

Nada disso ocorre na ficção. Nela partimos do que não se sabe. É o que não sabemos que nos angustia, provoca, estimula. Não sabemos, por exemplo, qual o sentido da vida e da morte e não sabemos o que significa morrer – mas, se nos chamamos Machado de Assis, podemos escrever *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Sentimos desespero – e, se formos Edgar Allan Poe, poderemos escrever *O Corvo*.

Mas esta não é ainda toda a diferença. Se, por um lado, partimos do que não sabemos, não é certo que ao final saberemos mais do que no início, ao contrário do que se espera da demonstração científica ou da argumentação filosófica.

Pode ser que a literatura seja em algum sentido uma forma de conhecimento, mas certamente não é conhecimento que se dê pela demonstração. Parte do que não sabemos e talvez não faça mais do que dramatizar este não-saber.

No entanto, não é apenas o parentesco com o sonho e o não-saber que estão presentes na criação literária. Nela a mentira joga um papel fundamental. Seja no sentido da arbitrariedade deste mundo cheio de sentido, seja na representação necessária ao ato criador do texto literário. Os conhecidos versos de Fernando Pessoa sintetizaram isto de uma maneira brilhante:

*O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente*

*que chega a fingir que é dor
a dor que deveras sente.*

Portanto, a literatura é uma arte capaz de extrair do não-saber, da dissimulação, do fingimento, enfim, da mentira, a verdade.

Mas tal verdade não se funda na razão, na demonstração, nas idéias ou nas teorias. Nada mais aborrecido do que um romance escrito para demonstrar teorias. O caráter revolucionário, inovador da “verdade” – entre aspas, sempre – produzida pela literatura se funda no prazer. Nele a palavra não é mero instrumento de designação de coisas e idéias, mas é ela própria uma fonte de uma nova compreensão e relação com o mundo. O objeto da literatura, portanto, não é isso que se chama de “realidade”, mas a palavra. E a forma de conhecimento que ela gera está ligada ao fenômeno estético, fundado no prazer.

Talvez não fosse errôneo relacionar estas observações com a distinção feita por Foucault entre a “scientia sexualis” e a “ars erótica”. A primeira pretende dizer a verdade do sexo e quer fazer com que o sexo fale. É a visão e o uso instrumental do sexo. Fale sobre teu sexo e dir-te-ei quem és. A segunda visa as práticas sexuais vistas como fonte de prazer. A primeira eu diria que está relacionada com o saber e, a segunda, com a sabedoria. Isso significa que o ato da criação literária e o ato de usufruir de um texto literário envolvem uma transformação do criador e do leitor onde o prazer ocupa um lugar central. E não se trata de um mero desfrute de sensações, mas de toda uma ascese, de toda uma disciplina transformadora onde se coloca em questão aquelas visões do homem e do mundo fundadas na pura racionalidade e eficiência.

Portanto, apesar de todo o seu não-saber, a literatura é capaz – se aceitarmos, como diz Umberto Eco, que o texto é uma máquina de gerar interpretações – de produzir leituras incontáveis e novas formas de relação com o mundo e com cada um de nós.

6.

Se o que o autor sabe – no sentido das suas convicções pessoais, suas crenças, seus projetos enquanto sujeito que escreve – é irrelevante e até prejudicial à criação literária, ficando em cheque as tentativas de fazer da literatura algo que tenha uma função ou que esteja aprisionado às artes de um sujeito ou de uma consciência onipresente capaz de dizer a verdade.

Neste sentido, a tentação maléfica que ronda o escritor é de se fazer professoral.

Isso equivaleria a transformar a literatura em um meio para alguma coisa que será, inevitavelmente, superior a ela, subordinando-a. De um modo geral, e particularmente no Brasil, a tentação é fazer da literatura um meio de conscientização do sujeito. Seja conscientização moral, histórica, política, ideológica.

É compreensível que no Brasil, país tragicômico que sofre de carências básicas, tanto socioeconômicas quanto culturais, o escritor seja chamado e se sinta até mesmo obrigado a contribuir com o processo cultural e político. Esta postura atingiu em cheio minha geração, aquela que tinha por volta de 18/20 anos em 1964.

Em função da brutalidade da ditadura militar, da injusta desigualdade social, do dia a dia violento e absurdo, nós todos fomos levados a tomar partido nestas lutas sociais. No entanto, em nossos ombros acabou pesando um fardo excessivo.

Houve um momento em que se exigiu da literatura ser uma espécie de salvação do país, de consciência crítica da nação, o que é ainda mais curioso se pensarmos que no Brasil um grande percentual dos leitores – número diminuto, sabemos – é formado por pessoas conscientes de suas posições políticas, acrescentando-se a isso o fato de que num mercado editorial pobre e limitado, jamais poderia a literatura exercer um papel de conscientização de massas.

Assim, a literatura acabou sendo vista como arma de

conscientização política justamente pelo fato de ter recaído sobre ela uma repressão menor, ainda que violenta.

Hoje, com o país ainda à deriva, me parece que precisamos incluir na resposta que a literatura dá ao momento histórico uma grande dose de senso lúdico, que é uma das coisas que faltam ao país e à literatura.

7.

Não se trata de pregar uma literatura despolitizada. Por um motivo simples: não creio ser possível uma literatura despolitizada, no sentido amplo e mais fundamental de que a disputa em torno da palavra é essencialmente uma luta política. Desta forma, a literatura sempre estará, como sempre esteve, envolvida com as lutas em torno do poder, das relações de força que agem na sociedade. Neste sentido será sempre política.

É dispensável e prejudicial o engajamento compulsório, o escritor visto como uma espécie de repórter a costurar denúncias em romances-verdade. E é equivocado fazer da literatura um mero veículo transmissor de idéias que visam “conscientizar o sujeito”, seja este sujeito o povo, o proletariado, as lideranças intelectuais, a nação, as elites, etc. Já não há sentido algum, a meu ver, em se fazer da literatura um instrumento de pregação e, do escritor, uma espécie enfatiotada de professor messiânico.

Dizendo de outro modo, é preciso que a literatura seja um fim em si mesma. Ela é antiutilitária, não tem função alguma, não tem serventia alguma, não deve servir a ninguém e menos ainda ser servil a alguém. Uma árvore não dá frutos para que possamos comê-los – seria muita pretensão antropocêntrica imaginarmos que a natureza existe para atender a nossos desejos e necessidades. Uma árvore dá frutos para se realizar como árvore. Só isso.

O mesmo se dá com a literatura: ela existe para que possa existir alguma coisa chamada literatura. Só.

É claro que o leitor pode se emocionar, imaginar, pensar, reformular sua cabeça a partir da literatura, mas isso tem a ver com a leitura de que for capaz.

Esta “inutilidade”, no entanto, não implica um fechamento da literatura sobre si mesma. Produzindo máquinas geradoras de interpretações e ultrapassando as limitações conscientes dos autores, a literatura é capaz dar vida a esta contínua criação de sentido que vem a ser a experiência humana, registrando-a individual e coletivamente. Se aceitarmos que a filosofia não é mero jogo lógico nem mero reflexo das determinações históricas, poderemos entender por que ela pode ser fonte de inspiração para tantos pensadores e filósofos.

Cabe lembrar aqui a confissão de Michel Foucault na primeira frase do prefácio a *As Palavras e as Coisas*: “Este livro nasceu de um texto de Borges”.

Paradoxalmente, no entanto, a literatura, bem como a arte em geral, só se torna uma fonte profunda de inspiração para os leitores – afinal, nada impede que os filósofos se tornem bons leitores – quando visa a si mesma e se basta a si mesma, inutilmente.





COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, MINHA ALMA MATER

LONGE ET LATQUE

Por ROBERTO MUGGIATI

Eu vi a criança nascer. Assisti até no parto. Em 29 de março de 1950, uma quarta-feira – decretada feriado em Curitiba – envergando pela primeira e única vez o uniforme de gala do Colégio Estadual do Paraná, perfilei-me com outros alunos ao longo dos corredores do prédio de arquitetura moderna que ia ser inaugurado. A passagem da figura franzina do Presidente da República, general Eurico Gaspar Dutra, não emocionou ninguém. Seu quepe branco, a túnica branca e as calças verde-oliva não chegavam à altura do nosso vistoso uniforme.

Ainda cursei o primeiro ano no antigo Ginásio Paranaense, na Ébano Pereira, onde fica hoje a Secretaria de Cultura. Lembro que, apesar de sua nobreza de linhas, o prédio já era acanhado para o contingente de alunos do CEP. No apertado pátio que dava para a Saldanha Marinho, nós, calouros, sob os gritos de “bichos”, éramos tratados pelos veteranos a tabefes nos ouvidos e espetadas de agulhas e pregos nas nádegas. Todo esse festival de selvageria desapareceria para sempre no campus da João Gualberto.

A nova localização do Colégio Estadual do Paraná fora prevista inicialmente na Praça Santos Andrade, onde está o Teatro Guaíra, mas a área foi considerada pequena. Em 1944, desapropriada a Chácara da Glória, na Rua João Gualberto, começou a construção da sede atual. Os rapazes da classe média de Curitiba tinham uma única alternativa de ensino secundário: era o Colégio Estadual ou o Santa Maria. Sou eternamente agradecido a meu pai, que não me jogou no

colo dos irmãos maristas. Já minhas duas irmãs estudaram no Colégio Cajuru, das Irmãs de São José de Chambery.

Lembro que, no primeiro ano no novo campus, as turmas eram mistas. A experiência não deve ter dado certo, já no ano seguinte as turmas eram separadas No grande prédio em forma de U, as meninas ocupavam a perna da direita, os rapazes a perna da esquerda. Nos intervalos das aulas, ficavam debaixo dos pilotis se olhando e até namorando. Não exagero se disser que muitos casamentos nasceram ali.

Uma palavra sobre o arquiteto que projetou a obra, o segredo mais bem guardado do CEP. Foi ele Ernesto Guimarães Máximo, autor também do Lar Escola Hermínia Lupion e da Casa do Estudante Universitário, colada ao CEP, no Passeio Público, parecendo até seu complemento. Máximo era quase nosso vizinho na Francisco Rocha, eu ignorava por completo sua profissão e seus feitos. Morava numa casa banal de dois andares, tinha duas filhas, eu achava a caçula interessante, ia espiá-la fazendo aulas de esgrima no Clube Curitibano. O CEP não chegava a ser moderno, na linha de Oscar Niemeyer, Lúcio Costa e companhia. Alguns o acusavam de ecoar a arquitetura autoritária do Estado Novo. Eu o julgava um modelo tardio do estilo decô e gostava não só de suas linhas, como do acabamento de alta qualidade, particularmente dos detalhes em ferro. Construído nos anos da Guerra Fria, tinha um subsolo profundo destinado a servir de abrigo antiaéreo e, corre a lenda, à prova de radiatividade.

Um dos primeiros ritos de passagem antes do início do ano letivo era o temido exame médico, o aluno tinha de expor a genitália. Num consultório no alto do ginásio anexo ao colégio, onde ficavam as quadras cobertas, um médico baixinho de fala fina recitava a ladainha: “Abaixe as calças até os joelhos. Aperte a boca contra as costas da mão e sopre com força. Arregace a cabeça do pau.” No ano seguinte aquilo já tinha virado folclore.

Dotado de um espaço privilegiado, com todo tipo de quadras esportivas, pista de atletismo e piscina olímpica, era natural que o

CEP investisse na educação física. Para passar de ano, o aluno tinha de preencher certas marcas mínimas. Até salto de vara praticávamos, todos sabem como é difícil a modalidade. (Um de nossos instrutores, Hélcio Buck Silva defendeu o Brasil no salto de vara na Olímpiada de 1952, em Helsinque.)

Até hoje não sei por que motivo escolhi cursar o ginásio no turno da tarde. No primeiro ano, na Ébano Pereira, fiquei amigo dos judeus Jaime Lerner, José Zockner e Segismundo Morgenstern. Eles seguiram firmes no turno da manhã até o final do científico – com exceção do terceiro científico, à noite. E continuamos colegas de Engenharia na Praça Santos Andrade, até o quarto ano, quando larguei a faculdade para estudar jornalismo em Paris.

O período da tarde me custaria caro. As aulas de natação, duas vezes por semana, eram às sete e meia da manhã. No inverno, só de sunga, descalços no piso de pedras portuguesas com suas arestas cortantes e rebarbas de cascalho, fazíamos meia hora de aquecimento à beira da piscina pequena. A seguir, quinze minutos dentro d’água. Muitas vezes a grama ao redor da piscina ficava branca de geada. Naqueles dias, depois do almoço, eu era sempre acometido de uma dor de cabeça homérica. Tive um desempenho mediano no atletismo. Nossa herói era o Medina – um moreno forte, baixo e atarracado – filho de chilenos ou mexicanos, campeóníssimo no lançamento de dardo. Eu até que me destaquei no lançamento de disco, havia algo de simbólico nisso: meu pai e minha mãe se conheceram no balcão de discos da loja A Nacional, na Rua Quinze. Nasci entre discos e vitrolas vida afora e foram eles que despertaram em mim a paixão pelo jazz, que me levou a publicar vários livros sobre o tema.

Já aos doze anos eu tinha uma maquininha de escrever em que costumava datilografar resultados de jogos de futebol e fichas de escritores para os estudos de francês e inglês. Fascinava-me a musicalidade daqueles nomes de autores e títulos de romance: *François-René de Chateaubriand: Mémoires d'Outre-Tombe; William Somerset*

Maugham: The Moon and Sixpence; Ernest Hemingway: For Whom the Bell Tolls. Era inevitável: em 1954 eu já colaborava no jornalzinho do colégio, dirigido por meu amigo de toda vida José Augusto Ribeiro. Fluente e extrovertido, ele apresentava o programa de calouros-mirins do Clube Curitibano nas manhãs de domingo, em que pontificava a beleza das irmãs van Steen. Mais à frente, seria o orador da chapa em que eu fui candidato à Presidência da União Paranaense de Estudantes, a UPE, em 1959. Zéaugusto e eu conseguimos passagens de avião para fazer campanha nas faculdades de Londrina. Terminadas as aulas, tivemos de esperar até as três da manhã para que vagasse um quarto sujo num motel de caminhoneiros. O consolo foi bebericar um solitário cuba-libre na maior zona de bordéis do mundo. Em 1969, deixei a *Veja* em São Paulo para ocupar o cargo do Zé como chefe de redação de *Fatos&Fotos* no Rio, ele tinha brigado com o Adolpho Bloch. Na década seguinte, diretor de redação de *O Globo*, José Augusto me convidou para assinar uma coluna de jazz no jornal, o dr. Rogério Marinho era grande fã – pena que a ideia não vingou.

Voltando ao jornalzinho do colégio. Sob o título *Os que trabalham conosco*, eu era apresentado assim: “**Roberto F. Muggiati** faz estudos literários. Interessa-se especialmente pela literatura inglesa e norte-americana. Prepara uma série de artigos sobre a literatura contemporânea em todo o mundo. Aguardemo-la.”

A edição de abril de 1954 publicava com estardalhaço nas manchetes da primeira página: **LEONEL MORO E O “CINÉREO 3-D”** • **Inventada uma nova técnica de cinema em três dimensões pelo prof. LEONEL MORO do Colégio Estadual do Paraná e da Faculdade Católica de Filosofia.** A cada aula o professor Moro nos colocava a par da tecnologia do invento – que tinha também som estereofônico – e da comercialização do Moroscópio. Infelizmente o boicote das grandes produtoras enterrou o projeto e, no frigir dos ovos, não aprendemos muita física naquele ano. Espetáculo era o que não faltava nas aulas do maestro Bento Mossurunga, então no vigor dos

seus 71 anos. Com este compositor que conciliava maxixes boêmios com exaltados hinos paranistas, aprendi as cinco linhas da pauta, as claves de sol e fá e o valor das notas – enfim, o básico. Era a única sala de aula com um piano, que Mossurunga batucava com os dedos amarelecidos de nicotina, sacudindo os longos cabelos grisalhos de maestro à antiga. Aquele “Toscanini das Araucárias” era o pavor das manhãs de sábado, quando todas as classes, ao final das aulas, eram obrigadas a aguardar na frente do colégio para entoar o *Ouviram do Ipiranga*. Os professores de português no CEP eram uma constelação de notáveis. Nilo Brandão havia publicado sua gramática sucinta em 93 páginas, a irretocável *A lógica da frase*, que começava assim: “Na manifestação do pensamento, o verbo é fundamental. É a palavra que lhe dá vida. Todas as outras palavras podem falhar, o verbo não; há de ocorrer, clara ou estritamente.” Foi um dos raros professores a injetar emoção ao ensino, suas aulas eram verdadeiros psicodramas, quando lia – ou melhor, interpretava – textos famosos da *Crestomatia Arcaica*, de Radagásio Taborda. Lembro-me de *A última corrida de touros em Salvaterra*, de Rebelo da Silva, em que o mestre de 57 anos se transfigurava num autêntico Laurence Olivier, da auspíciosa abertura com fanfarras (“*Uma tourada real chamara a corte e Salvaterra. Os fidalgos respiravam nesta ocasião menos oprimidos.*”) até o trágico desenlace (“*O pai angustiado ajoelhou junto do corpo do filho e pousou-lhe um ósculo na fronte. Desabrochou-lhe depois o talim e cingiu-o, levantou do chão a espada e correu-lhe a vista pelo fio e pela ponta de dois gumes. Passou depois a capa no braço e cobriu-se. Decorridos instantes, estava ao meio da praça e devorava o touro com a vista chamejante, provocando-o para o combate.*”)

Rosário Farani Mansur Guérios despertou em mim a paixão pela etimologia, mostrando os estágios que percorreu a palavra latina *speculum* até chegar ao nosso corriqueiro espelho. Ou como *abantasma* deu em *fantasma*. Devotava uma ojeriza particular por nossa ignorância do simples fato de que quase todas as palavras começadas por *al* eram de origem árabe. Pois *al* nada mais era do

que o artigo. Vociferava: “*Al haiati, igual a alfaiate, logo, teríamos de dizer ‘o faiate’, o alfaiate é redundância!*” Alfinete, alforge, álgebra, algarismo, algoritmo, almofada, almoxarife, alqueire, alquimista, alvaiade, alvará, alvenaria, alverga, alvíssaras, alvoroço – estas palavras davam uma ideia da amplitude da influência árabe na cultura ibérica. Obrigado, mestre, a lição ficou para sempre.

Uma figura excepcional no corpo docente do CEP foi o professor de História Geral Rosala Garzuze, que veio do Líbano com a família aos três anos e morreu em Curitiba em 2009 aos 103 anos. Discípulo de Dario Velloso no Templo das Musas, do Instituto Neo-Pitagórico, foi também casado com a filha do mestre, Carmem, por cinquenta anos, enquanto ela viveu. Erudito versátil com alma de pedagogo, Garzuze foi importante patologista e figura ativa nos círculos da medicina, lecionando também nas áreas das ciências humanas e das línguas. Pouco antes de morrer, trabalhava num projeto do Instituto para promover o ensino de filosofia à distância.

E as professoras! Havia Gema Puppi, com seus *tailleurs* brancos justos e imaculados, nossas aulas de geografia eram cheias de curvas. Uma professora de História do Brasil, não lembro seu nome, ruborizava toda vez que se dirigia a mim – eu, hein, ‘fessora? Isolde Wekerlin me empurrou para a Cultura Inglesa, onde, aos 19 anos, obtive o *Certificate of Proficiency in English* da Universidade de Cambridge.

Lembro-me daquela manhã de agosto, no segundo do científico, em que fiquei sabendo que as aulas haviam sido suspensas, o Presidente Getúlio Vargas tinha se suicidado àquela madrugada no Palácio do Catete. Quem me avisou foi um colega chamado Jason, vislumbro até hoje sua cara de feliz portador das más notícias. Parti correndo para a redação da *Gazeta do Povo* e para a minha primeira edição especial.

No terceiro ano do científico escolhi, como fazia a maioria, o período da noite. De manhã tinha de encarar, das oito ao meio-dia, o puxado cursinho – o famoso D. Pedro II, de Diamantino

Conrado de Campos – para o vestibular de engenharia, um dos mais difíceis de Curitiba. Combinei um esquema com o jornal: naquele ano escreveria o editorial, que abordava grandes questões, e três “tópicos”, geralmente sobre quizilhas urbanas. Eu não sabia que existia uma escrita: no turno da noite do terceiro ano do científico simplesmente não havia aulas no Colégio Estadual do Paraná. Cientes das pressões a que eram submetidos os vestibulandos, os professores relaxavam e liberavam os alunos, até a direção fechava os olhos. Ritualisticamente, toda noite íamos ao colégio, um representante da classe parlamentava com os professores daquela noite, que nos dispensavam das aulas. Até os exames eram proforma. Que fazer com tanta liberdade? Os mais famintos iam traçar um cachorro no Bar Triângulo, outros iam jogar sinuca ou beber pelos bares. Eu me inseri na turma do Cine Palácio, que era uma espécie de sucursal da Cinecittà na nossa Cinelândia, quase só passava filmes italianos. Ah, os bons tempos em que o cinema italiano e o francês estavam quebrando a hegemonia do cinema americano... Um filme que me marcou foi *Outros tempos* (1952), em que Vittorio de Sica, em mais um desempenho magistral, joga sua retórica para cima do júri exaltando os seios de Gina Lollobrigida, realçados por um generoso decote, referindo-se à cortesã grega Frineia, submetida a um famoso julgamento por falta de decoro. Ao término de cada sessão, o serviço de som entoava a dolente canção napolitana *Dicitencello vuje*, na voz de Tito Schipa: “... ‘A voglio bene... ‘A voglio bene assaje! Dicitencello vuje ca nun mm’ a scordo maje./ Eu a quero bem,,, Eu a amo tanto,,, Diga a ela que não a esquecerei jamais...” Os quase três minutos do disco davam justo o tempo para a plateia escoar da sala.

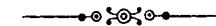
Acabava ali – *not with a bang but a whimper* – meu doce interlúdio de seis anos no campus do Colégio Estadual do Paraná. Revendo a lista das turmas ao longo dos anos, aparecem nomes de uma sonoridade mágica que evoca a riqueza étnica do Paraná. Alguns rostos me vêm à mente, como o de Eros Maingué, um rosto pipocado de espinhas.

Jorge Zarif Neto, Sligo Kuba, Bolívar José Wood, Iguatemi Catarinense Pereira da Costa, Issao Tominaga, Dinalte João Voluz. Paulino Iwane Kotaka – o genial desenhista do título do jornalzinho do CEP – Miguel Estanislau Lysenki, William Wilson Vidal – céus! só agora me dei conta do nome do personagem emblemático de Edgar Allan Poe, do conto *William Wilson*, que, ao matar o seu “duplo” num duelo, ignora que está matando a si mesmo... Depois de todos estes anos, vergonha das vergonhas, confesso que eu, Roberto Fernando Muggiati, filhinho de papai, pratiquei *bullying* (na época não se usava o termo) – contra um colega, um italiano franzino e apagado chamado Erio Noacco – *Erio No saco! Erio No saco!* eu o açulava pelos corredores. Um eslavo parrudo, possivelmente o Ladislau Svoboda da lista, vinha ao socorro do pobre Erio e neutralizava meus ataques. De certo modo eu invejava a amizade dos dois – eu que não tinha amigos, só a enganosa turba malta dos “bacanas”...

Vários colegas me acompanharam ainda nos cinco anos seguintes, no imponente quartel do CPOR na Praça Oswaldo Cruz (onde servi a arma de engenharia) e debaixo das belas colunas helênicas da Faculdade de Engenharia da Universidade Federal do Paraná, até o momento feliz em que, agraciado com uma bolsa do governo francês, fui estudar jornalismo em Paris, em outubro de 1960.

Uma nota de pé de página triste e amarga me restou daqueles tempos: o episódio, no primeiro ano do ginásio, em que tive furtado meu belo estojo de canetas Sheaffer, presente do meu pai por ter passado no exame de admissão. Às vezes costumávamos fazer gazeta na Ébano Pereira para ir jogar futebol num descampado de terra batida onde fica hoje a Praça João Cândido. As balizas do gol eram assinaladas por nossas maletas escolares empilhadas. Só ao voltar a casa me dei conta do desaparecimento do estojo. Alguém aproveitara um momento de distração da turma e afanara a relíquia. A culpa do malfeito recaiu automaticamente sobre o Parnanguara, um garoto de reformatório que tinha até o *physique du rôle* de transgressor, a cicatriz de um corte de navalha no rosto.

Meio século depois, um colega remanescente daqueles tempos começou a me telefonar de Curitiba com regularidade – aproximadamente a cada seis meses. Quando você é jornalista e escritor e está sempre publicando textos, as pessoas de certa maneira ficam sabendo da sua vida. O antigo colega – mais do que amigo – inicialmente falou dos velhos tempos, de companheiros ainda vivos e de outros já sumidos. Um dia surpreendeu-me ao mencionar detalhes mais íntimos, referindo-se a mim como “o Muggiati dos blazers bonitos” e “dos estojos de canetas...” Numa ligação mais recente falou de novo sobre minhas canetas. Era como Raskolnikov se confessando ao comissário. À medida que comecei a alinhavar minhas memórias do CEP, amadureci a ideia de telefonar uma noite destas para ele e inquirir mais incisivamente sobre o episódio. Talvez até confessasse o seu crime. Não consertaria o estrago passado. Mas, pelo menos, redimiria a memória do injustiçado Parnanguara, que Deus o tenha...



CURITIBA: PEQUENA RESENHA HISTÓRICA

Por RUI CAVALLIN PINTO



*O historiador parou à frente da História e perguntou:
Curitiba começou com a vila de Matheus Leme, na praça
Tiradentes ou foi a "vilinha" à beira do Atuba, da atração da
santa. Talvez o marco fincado no chão pelo índio Tindiquera,
quando disse: "É 'aqui!'". Mas, enfim, não foi Portugal
que mandou plantar a vila no outeiro da chapada, para
confirmar seu domínio e conter o avanço dos espanhóis?*

Curitiba foi fundada em 29 de março de 1693, onde hoje é a Praça Tiradentes, quando Matheus Martins Leme, capitão povoador, atendendo o apelo dos moradores, promoveu a eleição da Câmara de Vereadores e a instalação da vila de Nossa Senhora dos Pinhais, depois convertida em vila de Curitiba, por designação do ouvidor Pires Sardinha, em documentos oficiais.

Sua origem tem também versão oral de que se instalara na vizinhança outro povoado, constituído de palhoças, com o nome de "vilinha", ou depois, "vila velha", localizada às margens do rio Atuba, entre o Bacacheri e Atuba, à mão esquerda do caminho de Itupava.

Conta-se que seus moradores mantinham na "vila" uma pequena imagem de Nossa Senhora da Luz, mas, de um tempo em diante, pelas manhãs a imagem mantinha os olhos voltados para Curitiba de hoje. Diante dessa insistência os moradores pediram ao cacique Tindiquera, de uma tribo local, que descobrisse o que

a imagem queria dizer com isso. O cacique, aceitando a missão se serviu então de uma vara e, explorando o local, fincou-a num ponto do chão e disse a todos; “É aqui!”

Assim a sede da vila passou para o *plateau* curitibano, assentada num ousieiro entre os rios Ivo e Belém, onde, nos primeiros séculos, permaneceu como arraial de garimpeiros de ouro e mineradores. Nos campos criavam gado e nas terras cultivavam pequenas lavouras.

Para Edilberto Trevisan, louvado no historiador português Jaime Cortesão, a chapada curitibana constituiu uma área de disputa entre Portugal e Espanha, provocada pela pretensão portuguesa de estender seu domínios até as margens do Prata. Daí os antecedentes das incursões de predadores de índios e exploradores de ouro pelos campos do sul e fundações do Guairá.

Assim, e pelo que mais se diz, a fundação de Curitiba nos leva a supor que, com a separação da união ibérica e a restauração da nação portuguesa, com a aclamação do Duque de Bragança como rei D. João IV, o governo de Lisboa preparou um plano estratégico destinado a estabelecer um núcleo na região, capaz de prover a movimentação e a ocupação desse imenso espaço vazio do Brasil meridional, à margem esquerda do Rio da Prata.

Desses primeiros tempos de 1720, temos notícia por carta do ouvidor-geral, Pires Sardinha, ao rei de Portugal, que as duas freguesias de Curitiba não contavam senão com 200 casas e 1.400 habitantes de confissão.

Cem anos depois, em 1820, quando o naturalista francês Saint-Hilaire passou por Curitiba, ela era sede de comarca, mas ele só viu nela uma comunidade muito simples, contando com pouco mais de 220 casas, na maioria pequenas e feitas de pedra.

Nosso historiador Romário Martins ao fazer o inventário da cidade, de 1820 a 1836, identifica as mesmas 220 casas e nove ruas, projetadas da praça central. As casas são habitações rústicas, só realmente ocupadas nos domingos festivos ou de reza, devido às atividades agrícolas.

Em 1812 passou a ser sede da 5ª Comarca de São Paulo, posição antes ocupada por Paranaguá. Depois foi cidade em 1842 e se tornou capital em 1853, com a Província do Paraná.

Em 1857, é sede do governo provincial e foi confiada ao engenheiro francês Pierre Taulois, que assumiu o encargo de elaborar o primeiro projeto de sua remodelação, mediante o alinhamento das ruas, com vistas a favorecer as atividades administrativas e políticas do governo local.

O curso do século vai trazer a riqueza da erva-mate e a presença do imigrante europeu em grandes levas, cujos aportes vão refletir no resgate econômico da Província, como também na sua composição social, com a formação de uma categoria de trabalhadores livres e industriais, afeitos ao projeto de colonização, além da formação de uma classe média dirigente que passa a assumir seu destino político.

Então, com o transpor do novo século, a pequena cidade, com pouco mais de 50 mil habitantes, passa a ganhar maior espaço social e melhores equipamentos urbanos. Sua arquitetura assume expressão eclética e cria espaço para os rituais sociais. Os palacetes apregoam sua riqueza e as marcas de sua individualidade. São muitas as transformações e as ofertas de conforto urbano e entretenimento. O bonde a burro faz a linha Batel-Passeio Público até a chegada do bonde elétrico, em 1913. O Passeio Público é inaugurado e é construído o Teatro S. Teodoro. A rua XV é alargada e pavimentada de paralelepípedos, abrem-se lojas de moda e surgem restaurantes e cafés, que entretém artistas e intelectuais.

O projeto do urbanista e arquiteto francês Alfredo Agache, em 1943, vai trazer importante remodelação urbana da cidade, com a setorização do seu espaço e a inclusão dos cuidados com o meio ambiente. Adota a abertura de avenidas perimetrais e um sistema radial de grandes vias convergindo para o centro. Cria os “centros”, como o Cívico, Comercial ou o Industrial, etc.

O plano acabou abandonado, atingido pela crítica e pelo tempo. Seus críticos acusaram-no de reduzir a área urbana e se mostrar

indiferente às adjacências. Minimizou o potencial de crescimento da cidade e, ao tempo, se mostrou impraticável e deixou marcas que permanecem até hoje.

Aproveitando a desoficialização do ensino superior, nossos *optimates* já haviam fundado, em 1912, a Universidade do Paraná, objeto de nossa ousadia e motivo do orgulho nativo.

Enfim, Curitiba é hoje classificada pela UNESCO como uma das cidades mais sagazes do mundo, por se preocupar, por igual, em se manter ecologicamente sustentável, além de zelar pela qualidade de vida, sua infra-estrutura e seu dinamismo econômico.

Enfim, Curitiba foi celebrada em verso, como “cidade sorriso” pelo poeta Hermes Fontes, mas, falando franco, o levantamento recente do Instituto Paraná Pesquisa revelou que, durante o acompanhamento do processo do Lava Jato, as pessoas que vieram de outros Estados, 47,3% delas não sabia em que região ficava o Paraná e a outra metade, não tinha idéia de Curitiba. Assim, para parte do Brasil somos desconhecidos. Ainda, 99,1% não soube citar um escritor ou uma pessoa de destaque nacional do Paraná.

Esse é, talvez, o preço de quem se faz sozinho. Os outros olham mas não enxergam!

AFONSO BOTELHO, FOI O NOSSO HERÓI?

Por RUI CAVALLIN PINTO

Para Aristóteles a poesia é mais verdadeira que a história, ou, para defini-la mais próxima de nós, talvez seja melhor dizer com Cassirer, que ela é também poesia. Certamente o historiador não perde com isso seu compromisso com a verdade porque segundo Carl Becker os fatos históricos não estão só lá fora, estão aqui dentro de nós mesmos, no espírito do próprio historiador. O fato nunca perde, seu cunho pessoal.

Assim, como há quem goste ou desgoste de Napoleão ou de Hitler, assim também são eleitos os heróis, por um gosto ou rejeição de caráter pessoal. Igual acontece com os nossos heróis pátrios e, entre nós, com os da história paranaense.

Tal como ocorreu, por certeza, em torno da figura de Afonso Botelho de Sampaio e Souza, que o historiador Davi Carneiro reputou o sendo o maior paranaense do século XVIII e com quem devemos manter um compromisso eterno de reconhecimento e gratidão por sua contribuição pessoal para os resultados colhidos num dos capítulos mais importantes da nossa história regional, responsável pela formação de uma próspera comunidade regional e pela conquista de nossa autonomia como província, precursora do estado do Paraná. E é tamanha a admiração de David Carneiro pelo fidalgo lusitano de Vila Real, que até reivindicou a ereção de sua estátua numa das praças de Curitiba e o traslado de suas cinzas do cemitério da vila de Sabroza para o do Paraná.

E, se assim deixar de ser, se dispôs até a resgatar sozinho esse compromisso contra certa “antropofagia iconoclasta” de alguns paranaenses desafeitos, se dispondo a fazer uma peregrinação a Portugal, só, ou com os filhos, para levar flores e homenagear o grande desbravador de nossas terras, reiterando-lhe nosso reconhecimento e a gratidão de todo o povo paranaense.

Ora, a página paranaense de Afonso Botelho vai inserida no opúsculo do historiador Davi Carneiro “História de Palmeira”, mandado publicar pelo prefeito João Chede, em comemoração do centenário da matriz da cidade. Tem só 24 páginas, correspondentes a um histórico de 1756 a 1772, abrangendo como tema central a origem da cidade, exsurgida da pôvoa de Tamanduá, que a seu tempo figurava como ponto de referência dos Campos Gerais, pela presença de suas famílias e as atividades do seu comércio. Com o tempo, porém, surgiram as inconveniências de sua localização, como a escassez de mananciais e do abastecimento de lenha, que levaram à transferência da freguesia para a sua sede atual de Palmeira, a uma légua de distância. O tema histórico da cidade foi trato da obra do historiador Valfrido Pilotto, que lhe opôs, porém, uma série de contestações de datas e referências históricas, até reconhecidas pelo autor que, diante delas alegou se tratar de obra de 3 dias, ter disposto de escasso material e que se achava então de cama, em estado febril.

O **punctum saliens**, porém, foi Afonso Botelho Sampaio e Souza, seu herói, sobrinho e ajudante de ordem do governador da capitania, D. Luis Antonio de Souza Botelho Mourão, o 4º Morgado de Mateus. Foi ele incumbido de cumprir o projeto político do Marquês de Pombal, então Conde de Oeiras e primeiro ministro de D. José I, no sentido da restaurar a capitania de São Paulo, visando preservar os limites da colônia provindos do Tratado de Madri, diante de cláusulas revogadas pelo Tratado de El Pardo, o governo português quis promover o lançamento de suas bases de ocupação e sustentação do território colonial, com a implantação de núcleos urbanos, para fazer

frente às ameaças dos espanhóis do Prata, no sentido de alcançarem as Minas Gerais.

Assim, fiel às determinações do governador e do Reino, Botelho empreendeu 7 expedições oficiais de exploração dos sertões e campos de Guarapuava, pelos rios Iguaçu, Paraná, Registro, Ivaí, Petinga e Piquiri. Converteu Curitiba em núcleo de irradiação da população e formação de uma comunidade regional que iria se converter num dos mais importantes núcleos de população e domínio territorial. Fortificou Paranaguá, fundou Guaratuba e construiu a fortaleza da Ilha do Mel. Tentou construir uma fortaleza em Guarapuava, mas foi surpreendido pela insídia dos indígenas locais, de que só se salvou a muito custo e com a perda de companheiros.

Pilotto admite, porém que Botelho foi realmente um competente e eficiente agente de ordens administrativas. Bem dotado e laborioso, foi ativo e estrito cumpridor dos seus deveres. Para Ermelino de Leão o ajudante não tinha entretanto o extraordinário descritivo de vistas que caracterizou a presença do morgado de Mateus no governo de São Paulo. D. Luis Antonio era do modelo absolutista, homem de pompa e autoridade. De ideias: criativo e progressista. Ocupava-se pessoalmente de tudo e cuidava de que não se mudasse nada, nem se lhe acrescentasse algo, “sob pena de dar erros, que ao depois não hei de poder remediar” (Pilotto, pag. 60). Tantas vezes se desaveio, ora com o bispo na disputa da ocupação do pátio do Colégio ou com as autoridades delegadas, como o ouvidor, provedor e a Câmara da cidade de São Paulo. Disputou com o próprio Marquês do Lavradio, Vice-Rei do Rio de Janeiro os limites e a subordinação de sua autoridade perante a Corte portuguesa. Maria Cecília (para Pedro Calmon a embaixadora da história paranaense), satirizou a idolatria de Davi Carneiro ao confirmar: “é Deus no céu e Botelho na terra!...”

Pilotto atribui essa sacralização individual às carências de nossas estantes históricas e à escassez dos seus cultores, diante do desafio de um rico e extenso patrimônio histórico ainda pouco

explorado e que nos induz, portanto, a criar mitos ou enredos de fantasia, para tentar preencher os espaços vazios ou decorar cenários para criar espaços sem vida. Cecília, porém, vê a história paranaense como uma obra *in fieri*, em que persistem ainda conflitos que não foram revolvidos. Enfim, confiamos que, com o tempo e a dedicação dos nossos melhor dotados, se possa finalmente revelar quem foram os nossos verdadeiros heróis, cuja memória devemos honrar e conservar.



BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO E O TERRITÓRIO DO IGUAÇU



Por RUI CAVALLIN PINTO

A IDÉIA DE TERRITÓRIO

Com a conquista de nossa independência em 1822, as capitâncias da colônia praticamente passaram à condição de províncias do Império, mas a idéia de território já aparece nas discussões da Constituinte, para excluir aquelas áreas que registrassem menor desenvolvimento, e, em razão disso, deviam aguardar o advento de melhores condições materiais de vida e densidade populacional para se converterem em províncias. A sugestão, porém, não prevaleceu, e o Brasil monárquico conservou uma organização provincial semelhante ao modelo político da colônia, exceção apenas da criação do município neutro, sede do Império, e as emancipações das províncias do Amazonas (1850) e do Paraná (1853) que se seguiram. A Constituição republicana de 1891 tampouco cogitou da criação de território, embora dois dos anteprojetos apresentados defendessem a idéia de território “para as Províncias sem população e sem recursos para dinamizar-se e realizar-se como partes (...) da federação nascente”. O embaraço veio surgir com a celebração do Tratado de Petrópolis, entre o Brasil e a Bolívia em 1903, quando se pretendeu dar destino político à anexação do Acre ao território nacional. Foi então que, mesmo sem previsão constitucional, o decreto n. 1.181/04 criou a categoria inédita de território, baseado no modelo americano e argentino, para submeter toda a região acreana à administração e jurisdição federal. Ocorre, porém, que o

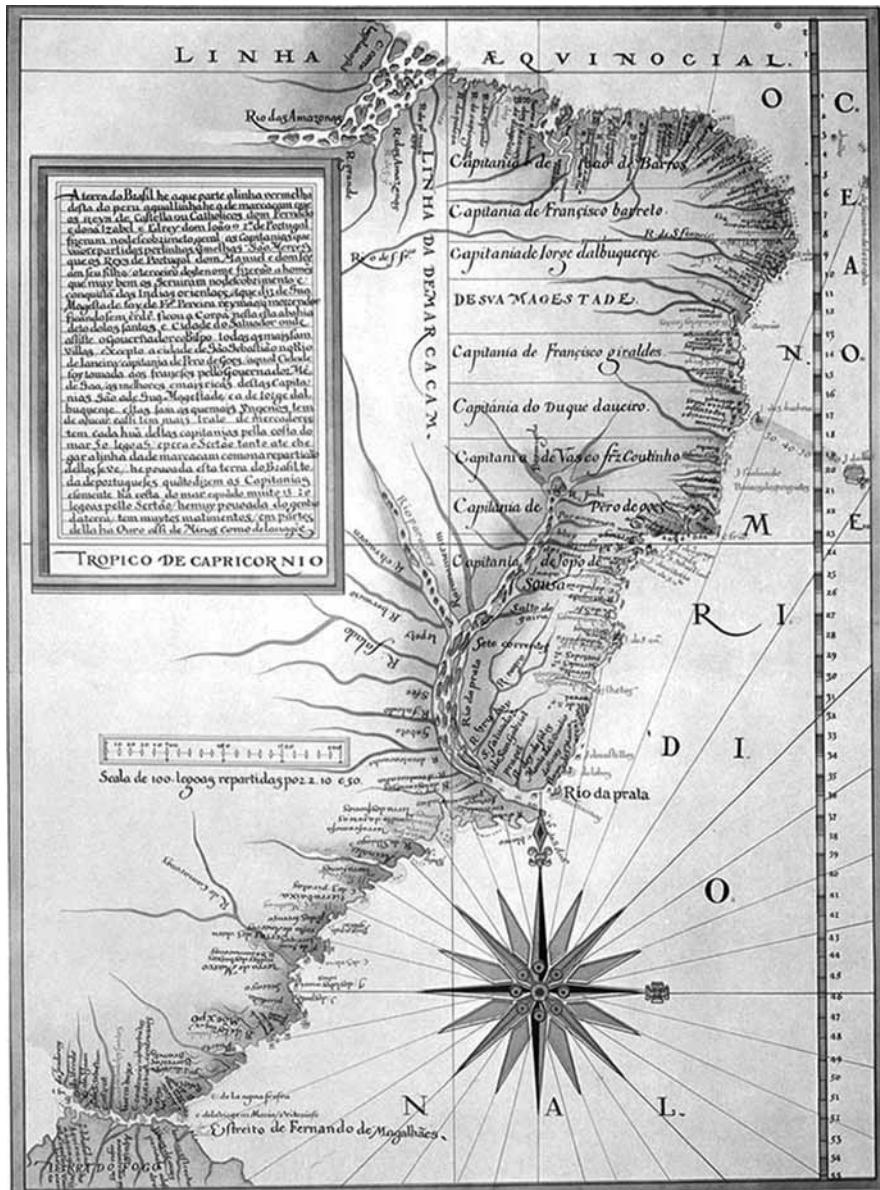
estado do Amazonas tinha pretensão sobre a parte maior do novo território (o Acre Setentrional), do qual alegava posse e administração datada do tempo do Império e vigente ainda na República, “com seus funcionários, a sua polícia, os seus magistrados, as suas leis”. O governo estadual ainda se considerava lesado na sua economia, por ter sido privado da riqueza produzida pelo comércio da borracha, então no auge de sua prosperidade e de cuja arrecadação dependia basicamente a economia do estado. Rui Barbosa foi contratado como advogado, para promover junto ao Supremo Tribunal Federal, o que veio a se constituir em ação reivindicatória contra a União, para reaver o Acre Setentrional em favor do Amazonas. Demanda que o genial baiano deu a extensão e a qualidade que a tornaria a maior ação judiciária deste país, convertida em autêntico monumento nacional das nossas letras jurídicas, representada por 21 volumes *in folio*, com quinhentas a seiscentas páginas cada um. Uma pilha de mais de um metro de altura, a cuja pretensão, no entanto, o STF nunca deu solução. A controvérsia só foi resolvida com a Constituição de 1934 que, no art. 5º de suas Disposições Transitórias, determinou que a União indenizasse os estados do Amazonas e Mato Grosso pelos prejuízos que lhes advieram pela incorporação do Acre à União nacional. Mas, além disso, o art. 16 e seu parágrafo único, da mesma Carta Política, passou a prever a figura do território, dispondo que além do Acre, passariam a constituir territórios nacionais outros que viessem a pertencer à União, por qualquer título legítimo, para dispor também que, tão logo o Território alcançasse 300.000 habitantes e recursos suficientes para a manutenção dos serviços públicos, seria erigido em Estado, mediante lei especial.

A REVISÃO TERRITORIAL DO BRASIL

A desigualdade geopolítica do território brasileiro teve origem nas capitania hereditárias, quando, à míngua de recursos do erário

português e a conselho do humanista Diogo de Gouveia, D. João III adotou o sistema das capitania hereditárias, distribuindo lotes desiguais de terras, de 50 a 100 léguas na extensão da costa e, no interior, até onde alcançassem os limites da colônia, a fidalgos portugueses que, contemplados com direitos de verdadeiros senhores feudais, aceitassem tomar a si a obra de colonização das terras do Brasil.

A monarquia acabou por conservar esse mesmo quadro territorial de origem, que, com poucas alterações prevaleceu e passou a contar com províncias dotadas de extensas áreas geográficas, ao contrário de outras reduzidas a territórios desproporcionalmente menores. E essa disparidade intra-regional passou a ser denunciada desde os primeiros tempos da independência, como fator de desigualdade entre as unidades da nação e a constituir sério obstáculo ao desenvolvimento de extensas regiões do nosso *hinterland* e, em geral, à economia do país. Esse “erro de simetria”, alegado por Tavares Bastos, ainda passou a gerar primazias em favor de províncias mais bem aquinhoadas, com reflexo sobre o exercício do poder central e a prática de diferentes formas de colonialismo interno. Exemplo sempre apontado foi o da chamada “política dos governadores”, ao tempo da primeira República, que, enquanto prevaleceu entre São Paulo e Minas Gerais, garantiu a alternância do poder central da República aos dois estados mais ricos e acabou por servir de pretexto para a revolução de 1930. As primeiras vozes pela nova divisão espacial do país surgiram ainda na Monarquia, com Antonio Carlos Andrade, Bernardo da Veiga, Pimenta Bueno, Varnhagen, Campos Vergueiro, seguidos na República pelas propostas de Rangel Pestana, Amaro Cavalcanti, Felisberto Freire, Silvio Romero, Alberto Torres, Segadas Viana, M. A. Teixeira de Freitas e tantos outros. Louvado no trabalho de Márcia Maria Cabreira, o livro do prof. Sérgio Lopes, (n.1, - e que nos tem servido de roteiro e fomento), oferece o exemplo de 12 propostas de repartição político-administrativa do Brasil, dispostas a corrigir nossas distorções históricas, em geral com base nos modelos



Capitanias Hereditárias no Brasil.

tradicionais de estados e territórios federais, mas cuja preocupação principal é a de garantir uma relativa equivalência territorial entre eles e de buscar uma almejada equipotência política comum. Quase todos datam da década de 1930 e têm visões diferentes desse partimento: ora para mais ou para menos unidades. O desenho do Brasil de Paulo de Frontin, por exemplo, tem apenas 12 estados e 5 territórios. O do engenheiro Sud Minnuci 7 grandes estados e 12 territórios, mas inclui 5 províncias. Para ele os estados do Paraná e Santa Catarina formariam o estado do Iguaçu, incorporando ainda o Sul do Mato Grosso, com capital em União da Vitória. Há também propostas de simplesmente dividir o Brasil em 35 departamentos ou aquela de Henrique Lage, da Sociedade Nacional de Geografia, de converter todo o país em 500 municípios, todos com a mesma área. Há também a sugestão de se adotar figuras geométricas, baseadas nos meridianos e círculos de latitude das projeções cartográficas, para a criação de 64 unidades fundamentais, a que se procurou atribuir igualdade de superfície, população e economia. Na proposta do major Segadas Viana o Brasil teria 20 estados e 45 territórios, com dois tipos de divisão territorial: até 80 mil km², para as zonas mais ricas e de 170 mil, para as regiões mais pobres. Mas mesmo assim esse projeto incluiu o Paraná e Santa Catarina na composição de um único estado, o do Iguaçu, com área maior de 290.000 km², mantendo Curitiba como sua capital. De todos os estudos, porém, o que ganhou maior repercussão nos círculos acadêmicos e instâncias governamentais, foi certamente o do baiano M. A. Teixeira de Freitas, fundador do IBGE e seu secretário-geral, cuja proposição principal de estabelecer para os Estados o mínimo de 250.000 e o máximo de 350.000 km², iria servir posteriormente como um dos paradigmas para sustentação dos argumentos de Bento Munhoz e da bancada paranaense na Constituinte de 1946, para fazer reverter o território do Iguaçu para o estado do Paraná e Santa Catarina. Apesar de todas as tentativas de recomposição do quadro estadual brasileiro, com o

propósito de suprimir as desigualdades e impedir o aparecimento de hegemonias locais; bem como promover a ocupação efetiva do território e favorecer o aproveitamento de suas riquezas, nenhum desses planos acabou implementado, sob alegação genérica de que exigiriam profundas modificações na estrutura político-territorial do país. Isso sem menção às resistências regionais, que Teixeira de Freitas já qualificara de “autoritárias e orgulhosas (das) pequenas pátrias regionais”. O governo se contentou, por fim, em criar apenas 5 novos Territórios nas fronteiras do Brasil, dois dos quais, como o do Iguaçu e Ponta Porã, tiveram existência efêmera, pois acabaram extintos 3 anos depois.

Porém, embora mantidos como simples sugestões, o plano de dar novos contornos ao país não parou por aí. A Constituição de 1988 vai assinalar a tendência atual do federalismo brasileiro de propor nova configuração ao ordenamento geopolítico do Brasil, com a conversão dos territórios de Roraima e Amapá em novos estados (art. 14 das Disposições Transitórias) e a criação do estado de Tocantins, por desmembramento do estado de Goiás (art. 13 do ADCT). E, para confirmar esse propósito marcadamente revisor do nosso quadro federativo, o art. 12, do ADCT criou a Comissão de Estudos Territoriais, destinada a apresentar estudos sobre novas unidades territoriais a serem criadas, notadamente na Amazônia Legal, detentora de quase a metade do território nacional. E é em razão disso que tramitam atualmente no Congresso Nacional tantos projetos de criação de novos estados e territórios federais, dos quais destacamos entre os estados, os do Tapajós, do Carajás, do Maranhão do Sul, do Mato Grosso do Norte, do Planalto Central, do Rio São Francisco, do Gurguéia, de Minas do Norte, de São Paulo do Leste e da Guanabara. Portanto, 10 outros Estados autônomos. Quanto aos territórios federais, seriam os do Solimões, do Rio Negro, de Juruá, do Oiapoque e Marajó, na região Norte, e, no Centro-Oeste, o território do Araguaia e do Pantanal, somando 7 novas unidades sob a administração direta da União.

O PROJETO DO TERRITÓRIO

Já na primeira década do século XX o Brasil tinha demarcado toda a extensão de seus quase 16 mil quilômetros de limites com os países vizinhos do continente. O que restou dependia de simples ratificações. Entre os militares, porém, prevalecia o entendimento de que certas regiões de fronteira, como aquelas com a Argentina, no Oeste do Paraná e Santa Catarina, assumiam importante papel estratégico para a segurança do país. E esse cuidado já levava ao estabelecimento das Colônias Militares de Chapecó e Chopim, ainda nos meados do Império, bem como, em 1889, à criação pelo Ministério da Guerra de uma Comissão Estratégica, sediada em Guarapuava, destinada a desbravar a região, promover seu povoamento e a exploração de suas terras por nacionais. Em 1912, pela dificuldade de cumprir seus fins, sua administração passou então a ser confiada ao governo estadual. E os anos que então se seguiram serviram para agravar o grau de abandono e atraso a que se confiara a região, que, povoada por um escasso número de nacionais, vivia sob o domínio e a exploração da riqueza natural do mate e da madeira por argentinos e paraguaios. O governo do Paraná fizera anteriormente extensas concessões de terras a empresas particulares, que tampouco serviram aos interesses que prometiam promover. Havia localidades habitadas somente por paraguaios, sem a presença de nenhum brasileiro. As línguas correntes eram o espanhol e o guarani e o dinheiro que circulava era o peso argentino. Todo o comércio de Foz do Iguaçu era praticado com Buenos Aires, através da navegação do rio Paraná por navios exclusivamente argentinos. A passagem pela região dos revoltosos de 24, comandados por Izidoro Dias Lopes e da Coluna Prestes, levou ao conhecimento do país esse cenário de abandono e desnacionalização que caracterizava a região Oeste do Paraná e Santa Catarina, pois muitos desses revolucionários iriam fazer parte do movimento armado que conduziria Getúlio Vargas ao poder. O projeto territorial do Iguaçu de revisão geopolítica do Brasil, já estava

incorporado à proposta revolucionária de 1930, por conta da política de segurança nacional e da ocupação dos espaços vazios da nossa hinterlândia, dentro de um projeto nacional de “Marcha para Oeste”. Assim, vitoriosa a revolução de outubro, com a assunção de Getúlio Vargas ao poder em 3 de novembro seguinte, o ditador nomeou Mário Tourinho interventor do Estado e, já em 1931, compôs uma Comissão Federal, sob a chefia de Zeno Silva, destinada a promover o reconhecimento da região e oferecer relatório sobre as condições de ocupação e nacionalização do território. O resultado foi a constatação do abandono a que estava relegada toda a região do chamado Alto Paraná, à margem do próprio país, oferecendo a imagem de uma fronteira aberta e entregue à exploração dos nossos vizinhos: despovoada de nacionais e em nítido processo de desnacionalização. Suas conclusões foram em seguida defendidas na imprensa estadual por Ciro Silva, irmão do emissário federal, para justificar a necessidade da intervenção da União e a criação do território federal, diante da falta de recursos do estado para fazer frente ao problema, por sua relevância e urgência. A idéia da cessão de parte do território paranaense para se criar uma nova unidade política federal não deixou, porém, de encontrar resistência na imprensa local e, indiretamente, até por parte do governo revolucionário local, mas Ciro reagiu, diante do chamado de pruridos do “civismo nativo”, para atribuir a responsabilidade do nosso atraso e a inermidade da região ao descaso criminoso dos governos anteriores, e ao sono letárgico de mais de meio século da história paranaense, cujo governo deposto chegou até a vender o Contestado a Santa Catarina. Aponta, porém, para as vantagens materiais que, ao contrário do que se supunha, adviriam da criação do novo espaço político nacional, cujos proveitos assegurava que reverteriam multiplicados em favor do estado doador. Diante das conclusões da comissão técnica, também o governo estadual se adiantou em constituir sua própria equipe técnica, incumbida de analisar os resultados do relatório federal e avaliá-los à luz dos direitos e interesses do próprio Estado. A presidência da

comissão foi então confiada ao ilustre historiador paranaense Ermelino A. de Leão, que produziu longo e substancioso parecer estampado pela Gazeta do Povo nas edições sucessivas do final de agosto a 1º de setembro de 1931, através do qual submeteu a pretensão federal a um amplo exame, seja sobre o aspecto jurídico, dominial, histórico, nacional, etnográfico, social, econômico-financeiro, estatístico e até administrativo. No plano jurídico, o parecerista sustentou que a Constituição vigente de então não previa a criação de territórios e, além disso, por força do art. 4º de mesma Lei Maior, o desmembramento dos estados só podia ocorrer com a aquiescência das respectivas assembleias legislativas. Sob o aspecto dominial o parecer volta a invocar a Constituição para assentar que, pelo princípio federativo, aos estados foi concedido o domínio direto do seu território, não só do espaço terrestre como também sobre o curso dos rios e as águas nele existentes, mesmo internacionais. Sobre o argumento histórico o relator faz extensa resenha do processo de devassamento, ocupação e defesa do território, com enfoque sobre o Oeste e Sudoeste do estado, e destaque para o papel das bandeiras curitibanas e paranaguenses, armadas com o sacrifício de homens e recursos locais. Quanto à invocação do tema social, adverte o relatório que a criação do novo ente político, iria naturalmente originar uma nova sociedade cosmopolita, geradora de conflitos e, ao contrário, capaz de retardar todo processo de nacionalização da região. Por fim, opõe à pretensão do governo federal a solução prática de estender até lá os trilhos da estrada de ferro transcendental, concebida pelos irmãos Rebouças; procurar manter o ritmo permanente de ocupação e desenvolvimento da região e confiar à escola, principalmente, a função mais atuante de realizar a incorporação efetiva da região ao nosso país. Quanto às previsões relativas à economia do estado, o parecer antevê sérias dificuldades para o comércio do mate e a extração da madeira, suas maiores riquezas e principais produtos de exportação do estado. Lembra o que ocorreu com a economia do mate

após a partilha do Contestado, quando o preço do quilo posto em Curitiba caiu de 1.000 para 300 réis. Enfim, finaliza exaltando o potencial de riqueza do estado, representado pela fertilidade do solo, sua riqueza florestal e as perspectivas do aproveitamento da hulha branca das majestosas quedas do rio Paraná, além de tantas outras riquezas minerais, prevendo que a criação do novo território poderá desde logo comprometer a vida econômica do estado e seu futuro desenvolvimento. Em epítome, embora reconheça a presença exígua de brasileiros em certos pontos da área vistoriada, o parecerista corrige os dados globais do vistor nacional, para sustentar com base no último censo estadual que, ao invés de um contingente de 95% de estrangeiros na população local, referido no relatório, esse percentual corresponde, na verdade, a 75% do total. Concluindo, o historiador aponta o exemplo do Acre para desaconselho da criação do território, lembrando que a política federal de valorização do imposto de exportação da borracha acabou por provocar consumado desastre para a economia regional. Ainda mais: pelo último relatório do novel território, já com uma população estimada em 40 mil almas, mesmo passados tantos anos de administração da União, o Acre ainda ostentava apenas 4 escolas primárias e contava com uma força policial reduzida a 4 soldados e um capitão. Por todas estas razões, o relatório conclui recomendando ao estado do Paraná que continue a manter sua jurisdição sobre a pretendida região, zelando por seus interesses e pugnando para que o governo federal realize também os melhoramentos que lhe competem, para garantir o crescente progresso dessa rica parcela do nosso Estado, a qual denomina Terra das Maravilhas, expressão que atribui a um dos nossos poetas.

Os relatórios, por suas conclusões e divergências, não se seguiram, a médio prazo, de nenhuma iniciativa efetiva de criação do novo território. No plano estadual, porém, além da constituição da comissão incumbida de rever o relatório federal, o general interventor antecipou-se em nomear Othon Mäder prefeito de Foz do Iguaçu, para dar início a um processo estadual de nacionalização da região.

Através do decreto n. 300, de 30 de novembro de 1930, o governo paranaense revogou também as concessões de extensas glebas de terras da Companhia Brasileira de Viação e Comércio (Braviaco), subsidiária da São Paulo-Rio Grande, a esse tempo controlada pela Brazil Railway Co. Certamente o general Mário Tourinho reagiu à idéia da criação do Território do Iguaçu, mas não parece que essa reação transparecesse tanto que tenha assumido forma peremptória e desafiante diante do governo federal, a dar causa decisiva à sua exoneração da interventoria. Pelo contrário, o historiador Luiz Carlos, seu irmão, nos passa a versão de que a idéia que Mário Tourinho tinha do Território do Iguaçu era de que sua criação tinha caráter temporário. Logo que a União contribuísse para dar condições para a integração e desenvolvimento da região, e, promovesse a segurança de suas linhas de fronteira, toda a área voltaria ao estado de origem. Assim, tem razão o professor Sérgio Lopes em admitir que além da natural resistência do interventor, outros fatores teriam concorrido para desprestigiá-lo junto ao governo central, em especial a insatisfação de setores influentes das próprias forças revolucionárias locais, que passaram a pleitear seu afastamento por alegação de abuso de poder e incapacidade para o exercício do cargo. Em 1.932, nomeado Manoel Ribas novo interventor, o tema do território foi mantido em tempo de espera, porque se presume que Getúlio estaria convencido de que não seria conveniente federalizar uma única frente das nossas fronteiras, e, dentro do programa da chamada Marcha para Oeste, precisava ganhar maior condição de poder e apoio, para executar, como afinal foi feito, um plano nacional de federalização de todas as nossas fronteiras mais frágeis.

Assim é que a preocupação com a chamada “fronteira guarani” vai ressurgir com a implantação do Estado Novo e a outorga da Constituição de 1937, que, ao invés de territórios federais, criou uma faixa territorial de 150 quilômetros, ao longo de toda nossa fronteira, estabelecendo que nenhuma concessão de terras ou vias

de comunicação poderia ser feita sem audiência prévia do Conselho Superior de Segurança Nacional. Posteriormente, após sucessivos decretos disciplinadores, ficou a cargo exclusivo do Ministério da Agricultura a colonização dessa área, em benefício, porém, de colonos brasileiros ou que fossem casados com brasileiras. Entre outras restrições ficou também assentado que nos primeiros 30 quilômetros da faixa as propriedades não poderiam ter mais que 100 hectares. Contudo, muitos pontos desses decretos foram objeto de questionamento da parte do governo paranaense, como o limite de 100 hectares para os lotes agrícolas, considerado inviável para as condições de nossa região e o pedido para que fossem reconhecidas as aquisições de terras legalizadas anteriormente. O Paraná ainda estava no aguardo da solução dessas pendências quando, através do decreto-lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1.943, o governo federal criou os territórios do Iguaçu e Ponta Porá, no Mato Grosso; Guaporé e Rio Branco, no estado do Amazonas; e Amapá, no Pará, surpreendendo o país.

A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO E BENTO MUNHOZ DA ROCHA

O Território Federal do Iguaçu foi criado com terras desmembradas dos estados do Paraná e Santa Catarina. Como seus limites não foram bem definidos, sua área ficou estimada em 65.854 km²: 51.452 do Paraná (25,73% de suas terras) e 14.402 km² de Santa Catarina (15,16%). A população calculada em 96.848 habitantes. Fazia limites com Ponta Porá, os estados do Paraná e Santa Catarina, e a Oeste com a Argentina e o Paraguai e era constituído de quatro municípios: Foz do Iguaçu, Clevelândia, Mangueirinha e Chapecó, depois incluído o município de Iguaçu (ex-Laranjeiras do Sul), escolhido para sediar o governo local. A despeito de todos os antecedentes, além da circunstância de se tratar de

medida de impacto, que surpreendeu autoridades e a opinião pública paranaense, a criação do território do Iguaçu não provocou reação popular ou manifestações de rua, nas proporções assumidas quando proferidos os acórdãos do Supremo Tribunal Federal de julho de 1.904 e dezembro de 1.909, que deram ganho de causa a Santa Catarina e, rejeitaram os embargos do Paraná na questão do Contestado. Numa e noutra ocasião houve manifestações da imprensa local de repulsa às decisões, seguidas de concentrações populares e discursos exaltados, até em frente ao palácio do governo, chegando a correr até notícia do apedrejamento da residência do presidente João Cândido Ferreira e dos políticos que promoviam os interesses do Estado junto ao Supremo, como o senador Alencar Guimarães e os deputados Carlos Cavalcanti e Cândido de Abreu. E naquela época o Paraná perderia só 27.510 km². Porém, como disse Luiz Carlos Tourinho, havia a esse tempo o efeito anestesiante da ditadura do Estado Novo de Vargas, que fez com que ele mesmo não percebesse a extensão da mutilação do seu estado, pois tanto o povo do Paraná como de Santa Catarina “tinha a mente embotada pela propaganda estadonovista” (1). O certo é que, via de regra, toda a imprensa da capital aplaudiu a criação do território e viu na decisão do governo “elevadas e nobres intenções”, “patrióticos objetivos”, “o fortalecimento de nossas fronteiras” e um “significativo passo na “Marcha para Oeste”. Em geral a imprensa de ambos os Estados vizinhos privilegiavam as notícias da guerra que se desenvolvia na Europa, com menor espaço para as notícias da criação do novo território. O interventor Manoel Ribas se adiantou em enviar a Getúlio Vargas um jubiloso telegrama de congratulações para em seguida, em entrevista à imprensa, sustentar que embora o Paraná perdesse mais de um décimo de sua área, esse novo território continuaria tributário do Paraná, e as verbas que o estado costumava empregar na região, reverteriam doravante em benefício exclusivo do seu território tradicional. E dos membros do governo, não foi só Manoel Ribas, homem de confiança pessoal do governo federal,

que se mostrou favorável à criação do território. No mesmo tom se manifestaram seus auxiliares, como o secretário do interior e justiça, capitão Fernando Flores, em entrevista à imprensa e Ângelo Lopes, seu secretário de viação e obras públicas, segundo quem o Paraná sofria, na verdade, uma amputação insignificante, exagerada pelos comentadores apressados, porque, embora a região fosse considerada potencialmente rica, seu “significado econômico, atual ou mesmo próximo, não há quem o demonstre” (1). Também a imprensa nacional mais influente (*A Manhã*, *Correio da Manhã*, *O Estado de São Paulo*) e a dos Estados que não cediam áreas para os novos Territórios, se incorporaram ao aplauso nacional à decisão federal, justificada pela promessa do desenvolvimento e da defesa das nossas fronteiras. Mesmo em Santa Catarina, a cessão de suas terras do extremo Oeste não despertou nenhuma manifestação de protesto oficial ou a formação de corrente de opinião pública contrária. Certamente houve oposição no Paraná, mesmo na imprensa e em opiniões pessoais, mas foram avulsas, pontuais e radicadas nos quadros das elites sociais, como as identificou Brasil Pinheiro Machado, ao tempo procurador-geral de justiça do estado. João de Oliveira Franco, então secretário da fazenda do governo de Manoel Ribas, renunciou ao cargo ao se inteirar do decreto de confisco do território paranaense. Em 20 de outubro seguinte, em sessão da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná, Bento Munhoz da Rocha fez então vibrante discurso contra a criação do território do Iguaçu, afirmando que “A alma do Paraná está sangrando com a criação do território do Iguaçu”... “nós não nos conformamos nem aceitamos sem que nos expliquem, sem que nos justifiquem um ato que julgamos ser de uma parcialidade alarmante. Pensamos que todas as medidas de segurança nacional relativas à faixa fronteiriça podem ser consertadas respeitando-se a nossa atual divisão administrativa (...) Nada se fará que não pudesse ser feito com a atual organização”. E revelou o inconformismo do povo paranaense ao desmembramento



Bento Munhoz da Rocha Neto.

do seu território, para assegurar: “Não é arbitrariamente que o oeste paranaense é brasileiro. Foi gente nossa que o fez”, e rememorou as bandeiras armadas por gente de Curitiba, de São José e Paranaguá que, “com a perseverança e sacrificio”(...) “marcaram bravamente aquelas fronteiras do Brasil”.

Para Vanderlei Rebelo, seu recente biógrafo, o pronunciamento público de Munhoz da Rocha vocalizava a primeira manifestação inconformista da elite política paranaense contra a ditadura varguista. Ele até a legitima, *modus in rebus*, como sendo esta a primeira manifestação ostensiva de repúdio ao Estado Novo, antecedendo por 4 dias o Manifesto Mineiro, que a historiografia nacional referencia como a primeira manifestação política contra o regime estadonovista (2).

Bento tinha então 37 anos e se dedicava ao magistério do ensino superior para o qual revelava particular vocação e apurada formação científica e intelectual. Ocupava a cadeira de História da América na Universidade Federal do Paraná. Era o filho mais velho de Caetano Munhoz da Rocha, médico antoninense radicado em Paranaguá, por onde se elegeu deputado estadual por 8 vezes e prefeito em duas gestões. Secretário de estado da fazenda e agricultura e vice-presidente no governo Afonso Camargo, tornou-se presidente do Estado por eleição e reeleição (1920 e 1924), culminando por se eleger senador do seu estado. Assim, além de descendente de uma das oligarquias políticas do estado, Bento ainda passou a integrar uma tradicional oligarquia familiar do Paraná, com seu casamento com Flora Camargo, filha do então presidente Afonso Camargo, político consagrado por duas eleições para o governo paranaense (1916 e 1928). “Rochinha” se formara engenharia civil, na turma de 1927, da Universidade do Paraná; na ocasião recebeu a medalha de ouro João Perneta. e foi o orador da solenidade de grau. Porém, identificamos dois momentos significativos desta fase de sua vida, que antecipam os traços dominantes de sua trajetória intelectual e política: de um lado seu amor ao Paraná, seu ardor e prontidão em defendê-lo; e

doutro sua postura intelectual aberta ao debate superior das idéias e à defesa dos valores da cultura ocidental, além do exercício da militância católica, na linha do humanismo integral de Maritain e Amoroso Lima. No primeiro episódio, em 1930, quando Brasil Pinheiro Machado cursava o último ano de Direito no Rio de Janeiro, publicou na revista “A Ordem”, do Centro Dom Vital, o artigo “Instantâneos Paranaenses”, sustentando que o Paraná era um estado sem “relevo humano”, ou sem qualquer traço que faça dele “alguma coisa notável, nem geograficamente como a Amazônia, nem pitorescamente como a Bahia ou o Rio Grande do Sul. Sem uma linha vigorosa de história, como São Paulo, Minas e Pernambuco, sem uma natureza característica como o Nordeste, sem lendas de primitivismo como o Mato Grosso e Goiás.” Ao conhecê-lo Bento reagiu ao coestaduano e amigo, pelo que lhe pareceu tanto injusto como, mais ainda, de “uma dureza que raiava pela grosseria” (4). Então com 25 anos proferiu no Círculo de Estudos Bandeiras uma conferência que intitulou “A Significação do Paraná”, com a qual dava início a sua carreira pública de intelectual. Fez então a exaltação do Paraná por sua significação humana e geográfica, concordando que o paranaense não representa mesmo um tipo étnico definido, como tampouco existia ou existirá um tipo racial brasileiro. Mas, sustentou, estamos criando um pedaço da civilização brasileira com aspectos característicos próprios e “forte relevo humano”, cuja certeza no progresso e no nosso papel de liderança neste país “contingências diversas poderão retardar, mas não evitarão jamais” (4). O outro episódio foi a polêmica vermelha, como a denominou Vanderlei Rebelo, suscitada pela presença em Curitiba, em janeiro de 1940, do professor de Filosofia Tomista, frei dominicano Sebastião Tauzin, que em duas conferências proferidas na Universidade do Paraná exaltou o papel da Rússia no combate ao nazi-facismo, ao lado das forças aliadas, para conamar o mundo ocidental a reconhecer a contribuição dada pela Rússia em prol da democracia e da paz no mundo e a “defendê-la até com os nossos

corpos, se for preciso". Temístocles Linhares, um dos parceiros de Bento nas vigílias literárias de Curitiba, expressou seu entusiasmo pelo frei em artigo estampado pela *Gazeta*: "Rússia, a Esperança do Mundo", que dias depois Bento retrucou, tentando sofrear o entusiasmo do amigo, em uma polêmica que sustentou na linha do pensamento neotomista, cuja ideologia assumiu como intelectual e político de militância católica, ao longo de sua vida e à frente do Círculo de Estudos Bandeirantes, ("um baluarte católico contra os inimigos da Igreja e a indiferença religiosa"), do qual foi um dos fundadores e seu presidente por quatro mandatos. A polêmica durou meses e ainda incorporou outros dois jovens intelectuais, Milton Carneiro e Caio Machado, até que fosse encerrada por ordem do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), para evitar, ao que se disse, que ela assumisse o caráter de debate político, inconveniente ao governo do Estado Novo.

A DEPOSIÇÃO DE VARGAS E A REINTEGRAÇÃO DO TERRITÓRIO

Em outubro de 1945 Getúlio Vargas foi deposto por seus ministros militares e substituído pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, José Linhares. No Paraná o interventor Manoel Ribas foi deposto dias depois e o governo estadual confiado ao desembargador Clotário de Macedo Portugal. Restaurado o regime democrático e marcadas as eleições para a presidência da República e a Assembléia Nacional Constituinte para 2 de dezembro daquele mesmo ano, Bento Munhoz se apresentou candidato a deputado, fazendo da reintegração do território do Iguaçu ao Paraná a principal bandeira de sua campanha, sustentada nos comícios e numa série de artigos de imprensa. Seu candidato a presidente, o brigadeiro Eduardo Gomes perdeu no estado e no país, mas Bento se elegeu com 9.290 votos,

como único integrante do Partido Republicano, numa bancada de 10 deputados, em que o PSD elegera 6, além dos 2 senadores.

Então, em 10 de junho de 1946, cumprindo seu propósito e compromisso de campanha, Bento Munhoz da Rocha apresentou sua emenda constitucional, a ser inserida no capítulo do "Ato das Disposições Constitucionais" do anteprojeto da Constituição, levando a assinatura de 119 constituintes e propondo a extinção do Território do Iguaçu. A emenda fora cercada, porém, de entendimentos prévios com o Governo Federal e as representações políticas de Santa Catarina e Mato Grosso, para que ficasse restrita ao Iguaçu e a Ponta Porã, sem atingir os demais territórios. Ainda, apesar das tratativas com as bancadas catarinense, composta de 10 constituintes, e a do Mato Grosso, com 5, só dois dos representantes catarinenses subscreveram a proposta de extinção do território do Iguaçu, que depois passou a incluir o território de Ponta Porã: – nenhum, porém, do Mato Grosso. Ao contrário do interventor do Paraná, Brasil Pinheiro Machado, que assumiu e contribuiu para a causa extintiva dos territórios, os interventores tanto de Santa Catarina como do Mato Grosso mantiveram-se neutros, sem nenhuma manifestação ou atuação em favor de restaurar a integridade dos seus espaços territoriais. O senador Nereu Ramos, ex-interventor de Santa Catarina e líder da maioria na Assembléia Constituinte embora tenha se mostrado receptivo à recuperação da parte do seu estado, não assinou a emenda nem tampouco assumiu pessoalmente sua defesa. Quadro político muito diferente do que ocorreu na campanha do Contestado, em que a expectativa da perda de território quase levou os líderes locais ao confronto direto entre os dois Estados. Faltaram líderes desta vez? E eram outros 14.402 km² de um território já definitivamente reconhecido como seu! Ou então foi o sentimento regionalista do povo e das lideranças de Santa Catarina que cederam diante dos ressentimentos de Nereu Ramos, pelo fato do Oeste catarinense ter sempre resistido ao assédio político-eleitoral do ex-

interventor e atual senador. A bancada paranaense, porém, composta de 12 constituintes, apesar de que todos eles assinaram a emenda, na verdade, só os deputados Bento Munhoz da Rocha Neto, Lauro Sodré Lopes e João Teófilo Gomi Júnior bem como o senador Flávio Carvalho é que participaram dos debates que se sucederam para a aprovação da emenda supressiva. Mas foi Bento como disse dele Luiz Roberto Soares (5), “o principal responsável pela reincorporação de vasta área do Território do Iguaçu ao Estado do Paraná”, foi ele que deu a estratégia, os argumentos e o calor do sentimento regionalista, que levou à superação das resistências que se antepunham à medida exclusiva, entre outros motivos, porque de certa forma proclamava o fracasso de parte do regime territorial de Getúlio Vargas, e, num sentido maior, frustrava a política reclamada de ampla redefinição política do país. Antes, porém, da apresentação da emenda extintiva e de que se travassem os embates da Assembléia Constituinte, o diário carioca “O Jornal” promoveu em 19 de maio um debate nacional, em mesa redonda, do qual participaram Bento Munhoz e Gomi Júnior, ao lado de quatro oficiais do Estado Maior, dois outros deputados e três professores, todos estudiosos da política territorial do Brasil, de sua defesa e desenvolvimento. Os argumentos de que então Bento expendeu, como autor da emenda e primeiro expositor, foram os mesmos que haveria de repetir nos dias subsequentes no plenário da Assembléia Constituinte. O que não é verdade, porém, é que a maioria dos participantes tivesse se rendido à sua argumentação. Conforme registro do próprio jornal, dos 11 participantes, apenas quatro foram a favor da reintegração do território do Iguaçu; todos os demais opinaram pela sua permanência.

Os principais debates reivindicando o retorno do Iguaçu, foram travados em discursos proferidos por Bento Munhoz nas sessões dos dias 23 de maio e 9 de agosto de 1946; e por Lauro Lopes, no dia 7 de junho, perante o plenário da Assembléia Constitucional. Bento não se serviu só da argumentação jurídica, histórica, social, administrativa,

mas até estatística com a qual Ermelino de Leão resistira ao propósito inicial do governo provisório de desmembrar apenas o Paraná para criar um território federal de fronteira com a Argentina e o Paraguai. Ofereceu argumento prático e objetivo, a partir das dificuldades da efetivação de um projeto de revisão geográfica do país, reclamado há muito tempo e sempre adiado diante da concorrência de fatores complexos e desiguais, tratados sempre isoladamente. Invoca então o modelo oferecido pelo livro “Problemas da Organização Nacional”, de M.A.Teixeira de Freitas, Secretário-Geral do IBGE, que foi quem organizou a criação dos novos territórios, preconizando que o melhor padrão a ser adotado para a criação de qualquer unidade federativa, seria o correspondente a uma área de 250.000 a 350.000 km². Ora, sustentou o orador, que a criação do território do Iguaçu foi na verdade um contra-senso, uma iniqüidade e não atende os interesses nacionais, porque nem o Paraná com 199.897 km², ou tampouco Santa Catarina com 94.998 km², se prestam aos objetivos de uma nova divisão territorial do país, no intuito de promover a incorporação de nossas áreas mais carentes e fomentar seu desenvolvimento. E então faz a comparação entre o que restou dos outros estados – sempre com mais de 1 a 1,5 milhões de quilômetros quadrados, enquanto que os do Iguaçu ficariam com apenas 148.445 e 80.596 km², respectivamente. Outro argumento da longa exposição de Bento Munhoz, foi a de que todo o benefício que poderia ser conquistado para o território do Iguaçu seria facilmente obtido mediante procedimento normal da administração central, sem apelo ao desmembramento dos dois estados. Por um lado se trata de uma das regiões mais promissoras do país, favorecida pelo clima temperado e a fertilidade de suas terras. Por outro, de acordo com os últimos recenseamentos de 1920 e 1940, o Paraná e Santa Catarina foram os estados que alcançaram os maiores índices de crescimento demográfico: o Paraná aumentou 81% a sua população e Santa Catarina 79%; o que nos permite supor que brevemente ela será uma

das regiões mais densamente povoadas. Outro argumento que Bento ainda evoca é o do papel dos núcleos regionais na história do país, sustentando que as etapas de nossas conquistas e de nosso próprio desenvolvimento têm sido alcançadas através de núcleos regionais. Parte da afirmação de que o país não apresenta em sua extensão a mesma capacidade de crescimento demográfico e evolução econômica. Assim, nosso progresso tem obedecido o sentido dos núcleos regionais, dentro das possibilidades de cada um. E previne: “Enfraquecer as possibilidades regionais, quando estas se restringem a um território já pequeno” (...) “é, ao contrário do que se tem dito e prometido, retardar o progresso”, pois, “por maiores que sejam as suas possibilidades, não estará em condições de alcançar um alto grau de desenvolvimento como unidade autônoma”, senão “na integridade do seu território e das suas riquezas” (5). O argumento que passou a ser o mais frágil foi certamente o da segurança nacional, pois embora Munhoz da Rocha já o tivesse por tabu desfeito, o que trouxe aos constituintes foi apenas uma frase ambígua do coronel Juarez Távora, “campeão da redivisão territorial do Brasil”, em que o militar “acha secundário o aspecto militar dos territórios, por motivos claríssimos até aos leigos na arte e ciência militares” (1). Lauro Lopes ainda reforça o *nihil obstat* militar, repetindo a posição assumida pelo tenente coronel Altamirando Nunes Pereira na mesa redonda do O Jornal, para quem: “O território do Iguaçu deve ser reintegrado nos estados de origem, até que se adote um plano racional de divisão, para benefício do Brasil, e não para prejuízo de alguns estados” (7). Note-se, a propósito, que durante os debates do diário carioca, embora Juarez Távora considerasse a questão “transcendente para o Brasil” o interesse militar na criação dos territórios acabou reduzido a importância secundária, por julgar “inconveniente a sua divulgação” (1). Ora, nas primeiras décadas do século XX as relações entre a Argentina e o Brasil se mostraram muitas vezes tensas, provocadas pela disputa entre os dois países pela hegemonia na América e maior presença na

cena mundial. Segundo José Luiz Bendicho Beired, citado por Sergio Lopes, desde a década de 1920 surgiu na Argentina uma corrente “nacionalista de direita”, constituída de intelectuais e militares antipacifistas, dispostos a transformar seu país numa grande potência militar e projetá-la geopoliticamente na América Latina. E lembremos que houve graves antecedentes nesta relação, como a Questão de Palmas, relativa ao Sudoeste do Paraná e extremo Oeste catarinense, região estratégica na ligação do Rio Grande do Sul com o restante do país, cuja solução por arbitramento evitou, na verdade, um conflito bélico entre ambos os países. Mais tarde ainda, em 1908, o ministro do exterior da Argentina, Estanislau Zeballos, chegou a propor a seu presidente Figueroa Alorca, um ataque preventivo contra o Brasil e a ocupação do Rio de Janeiro, do que resultou sério incidente diplomático envolvendo o próprio Barão do Rio Branco e que só foi contornado com a demissão do ministro temerário (9). Porém, a esta altura, com o fim do conflito mundial e a deposição de Vargas, o problema da segurança nacional parecia realmente entregue a um plano secundário. Dia 9 de agosto Bento ainda voltou ao plenário da Constituinte, numa presença mais curta, em que se reporta ao apoio dos próprios iguaçuanos à supressão do território e procura descharacterizar o sentido meramente regionalista ou sentimental de sua emenda. Sua atuação na tribuna ganhou desde logo apoios significativos para a causa e mesmo a resistência encontrada nos constituintes Hugo Carneiro, Café Filho, Silvestre Péricles, Barreto Pinto e a bancada comunista, ficou sempre situada em nível de trato parlamentar e de respeitosa admiração. Para Luiz Roberto Soares, Munhoz da Rocha foi um dos nossos constituintes mais brilhantes e respeitado, “e isto em um Congresso de notáveis” (5). Foi orador “lógico; elegante, sem ser afetado; fluente, sem ser demagógico”, diz dele Norton Macedo (5). E, generalizando com seu biógrafo Vanderlei Rebelo, sua presença na Assembléia Nacional Constituinte, e mesmo depois como deputado federal, foi “o melhor momento de um paranaense no Congresso

Nacional” (2). Falar, portanto, que ele só fez um “combate barulhento” contra a manutenção do Território do Iguaçu, como disse José Henrique Rollo Gonçalves (10) não é só um julgamento injusto, mas é isolar o fato histórico de sua origem; o gesto do seu protagonista e do seu contexto. Tampouco tem razão Ferreira Reis de que a restituição dos territórios foi o resultado da “pressão exercida pela bancada daqueles Estados”; simples “ajuste de contas com o regime de exceção” deposto; ou, mais ainda, na ocasião nada “se alegara para justificar a extinção que pudesse merecer aplauso justo”(6). Ora, a bancada paranaense, embora composta de 12 constituintes só contou com a participação de quatro deles na tribuna. De Santa Catarina só dois representantes assinaram a emenda e só um deles, Tavares D’Amaral contribuiu com único aparte ao discurso do deputado Lauro Lopes. Da bancada do Mato Grosso nenhum assinou a emenda ou sequer participou do debate parlamentar para a reincorporação do seu próprio território. Do “argumento justo” a demonstração está nos anais do Congresso e nas publicações da Constituinte, depois confirmada amplamente pelo rápido florescimento de toda a região do Iguaçu, cujos índices de ocupação populacional, desenvolvimento econômico e riqueza hoje suplantam a maioria dos outros territórios federais, posteriormente convertidos em estados da federação. Enfim, a emenda supressora 325, foi levada a votação em 8 de setembro, incluída no art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da nova Constituição. Ainda despertou acirrados debates, mas resultou aprovada por poucos votos contrários, dez dias antes da promulgação da nova Constituição Federal. Guardou o seguinte enunciado: “Ficam extintos os atuais Territórios de Iguaçu e Ponta Porã, cujas áreas volverão aos Estado de onde foram desmembradas.” Vitória memorável e consagradora de Bento Munhoz da Rocha Neto, graças a cujos dotes de rara inteligência e denodado amor a seu estado, o Paraná logrou evitar que se consumasse mais uma lesiva mutilação do seu território. Era então domingo, e a data foi

efusivamente comemorada em todo o estado, mas duplamente em Curitiba, porque além da restauração da parte mais promissora do nosso território, o dia foi também de feriado religioso, dedicado à padroeira de Curitiba, a quem o povo atribuiu a graça recebida.

BIBLIOGRAFIA

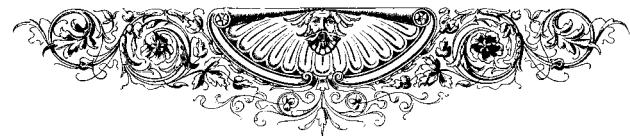
- 1)LOPES, Sérgio. O território do Iguaçu no Contexto da “Marcha para Oeste”. Cascavel, Edunioeste, 2002;
- 2)REBELO, VANDERLEI. Bento Munhoz da Rocha. Curitiba, Imprensa Oficial, 2005;
- 3)WACHOWICZ, Ruy Christovam. Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização. Curitiba, 2ª ed., 1987;
- 4)AMADOR, Paulo. Bento Munhoz: História de uma Inteligência. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 2005;
- 5)PERFIS PARLAMENTARES 32 – Munhoz da Rocha. Câmara dos Deputados. Brasília, 1987;
- 6)REIS, Artur César Ferreira. A Idéia de Território no Pensamento do Legislador Brasileiro, *in* Revista de Direito Administrativo, vol. 74, p. 393, Rio de Janeiro, out/dez 1963;
- 7)O TERRITÓRIO DO IGUAÇU NA CONSTITUINTE – Discursos dos deputados Munhoz da Rocha e Lauro Lopes. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1946;
- 8)GAZETA DO POVO – O Paraná Mutilado – Os três anos do Território Federal do Iguaçu, encarte na ed. De 24 de novembro de 2003;
- 9)FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. Brasil e Argentina. São Paulo, Editora 34, 2004;
- 10)GONÇALVES, José Henrique Rollo. A Mística do Pioneirismo – Antídoto contra o Socialismo, *in* Revista de História Regional, vol. 2, 1, 1997.





RELAÇÃO DAS CADEIRAS

PATRONOS
FUNDADORES
OCUPANTES



CADEIRA N.º 1

PATRONO

Antônio Vieira dos Santos (1784-1854)

FUNDADOR

José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933)

1.º OCUPANTE

Valfrido Pilotto (1903-2006)

2º OCUPANTE

Dante José Mendonça (1951)

CADEIRA N.º 2

PATRONO

Cândido Martins Lopes (1803-1871)

FUNDADOR

Sebastião Paraná de Sá Sotto Maior (1864-1938)

1.º OCUPANTE

Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo (1872-1955)

2.º OCUPANTE

Osvaldo Pilotto (1901-1993)

3.º OCUPANTE

Luiz Romaguera Netto (1935-2004)

4º OCUPANTE

Ernani Buchmann (1948)

CADEIRA N.º 3

PATRONO

Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá (1827-1903)

FUNDADOR

Moysés Araújo Marcondes de Oliveira e Sá (1859-1928)

1.º OCUPANTE

Flávio Carvalho Guimarães (1891-1968)

2.º OCUPANTE

Newton Isaac da Silva Carneiro (1914-1987)

3.º OCUPANTE

René Ariel Dotti (1934)

CADEIRA N.º 4

PATRONO

Dr. José Cândido da Silva Murici (1827-1879)

FUNDADOR

José Cândido da Silva Muricy (1863-1943)

1.º OCUPANTE

José Cândido de Andrade Muricy (1895-1984)

2.º OCUPANTE

Eduardo Rocha Virmond (1929)

CADEIRA N.º 5

PATRONO
Fernando Amaro de Miranda (1831-1857)
FUNDADOR
Manoel de Azevedo da Silveira Neto (1872-1942)
1.º OCUPANTE
Tasso Azevedo da Silveira (1895-1968)
2.º OCUPANTE
Leopoldo Scherner (1919-2011)
3º OCUPANTE
Paulo Venturelli (1950)

CADEIRA N.º 6

PATRONO
Senador Manoel Francisco Correia Neto (1831-1905)
FUNDADOR
Nestor Víctor dos Santos (1868-1932)
1.º OCUPANTE
Ulysses Falcão Vieira (1885-1942)
2.º OCUPANTE
Ernani Guarita Cartaxo (1900-1967)
3.º OCUPANTE
Francisco Raitani (1897-1971)
4.º OCUPANTE
Felício Raitani Neto (1917 - 2000)
5º OCUPANTE
Harley Clóvis Stocchero (1926-2005)
6º OCUPANTE
Oriovisto Guimarães (1945)

CADEIRA N.º 7

PATRONO
Bento Fernandes de Barros (1834-1903)
FUNDADOR
João Pamphilo d'Assumpção (1865-1945)
1.º OCUPANTE
Oscar Martins Gomes (1893-1977)
2.º OCUPANTE
Marino Bueno Brandão Braga (1920-2010)
3º OCUPANTE
Ney José de Freitas (1953)

CADEIRA N.º 8

PATRONO
Francisco Antônio Monteiro Tourinho (1837-1885)
FUNDADOR
Jaime Ballão (1869-1930)
1.º OCUPANTE
Ildefonso Serro Azul (1888-1949)
(Ildefonso Pereira Correia)
2.º OCUPANTE
Jaime Ballão Júnior (1891-1968)
3.º OCUPANTE
Elias Karam (1902-1975)
4.º OCUPANTE
Luiz Carlos Pereira Tourinho (1913-1998)
5º OCUPANTE
Rafael Valdomiro Greca de Macedo (1956)

CADEIRA N.º 9

PATRONO
Manoel Euphrasio Correia (1839-1888)
FUNDADOR
Leônico Correia (1865-1950)
1.º OCUPANTE
Vasco José Taborda Ribas (1909-1997)
2.º OCUPANTE
Ário Taborda Dergint de Rawicz (1931)

CADEIRA N.º 10

PATRONO
Telêmaco Augusto Enéas Morocines Borba (1840-1919)
FUNDADOR
Ermelino Agostinho de Leão (1871-1932)
1.º OCUPANTE
Francisco de Paula Dias Negrão (1871-1937)
2.º OCUPANTE
Arthur Martins Franco (1876-1979)
3.º OCUPANTE
Ruy Christovam Wachowicz (1939-2000)
4º OCUPANTE
Raymundo Maximiano Negrão Torres (1925-2006)
5º OCUPANTE
Flora Camargo Munhoz da Rocha (1911-2014)
6º OCUPANTE
Flávio Arns (1950)

CADEIRA N° 11

PATRONO

Alfredo Caetano Munhoz (1845-1921)

FUNDADOR

Alcides Munhoz (1873-1930)

1.º OCUPANTE

Laertes de Macedo Munhoz (1900-1967)

2.º OCUPANTE

João Manuel Simões (1939)

CADEIRA N° 12

PATRONO

Ubaldo do Amaral Fontoura (1842-1920)

FUNDADOR

Euclides da Motta Bandeira e Silva (1877-1947)

1.º OCUPANTE

José de Sá Nunes (1893-1954)

2.º OCUPANTE

Faris Antônio Salomão Michaele (1911-1977)

3.º OCUPANTE

Ernani Costa Straube (1929)

CADEIRA N° 13

PATRONO

Generoso Marques dos Santos (1844-1928)

FUNDADOR

Enéas Marques dos Santos (1883-1961)

1.º OCUPANTE

Manoel de Oliveira Franco Sobrinho (1916-2002)

2º OCUPANTE

Rui Cavallin Pinto (1928)

CADEIRA N° 14

PATRONO

José Bernardino Bormann (1844-1919)

FUNDADOR

Dídio Iratim Affonso da Costa (1881-1953)

1.º OCUPANTE

Júlio Estrella Moreira (1899-1975)

2.º OCUPANTE

José Carlos Veiga Lopes (1939-2010)

4.º OCUPANTE

Guido Viaro (1968)

CADEIRA N.º 15

PATRONO

Dr. João José Pedrosa (1844-1882)

FUNDADOR

Clemente Ritz (1888-1935)

1.º OCUPANTE

Virgílio Moreira (1900-1973)

2.º OCUPANTE

Christovam Colombo de Souza (1920-1991)

3.º OCUPANTE

Adélia Maria Woellner (1940)

CADEIRA N.º 16

PATRONO

Brasílio Itiberê da Cunha (1846-1913)

FUNDADOR

Paulo Ildephonso d'Assumpção (1868-1928)

1.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos (1878-1957)

2.º OCUPANTE

Bento João d'Albuquerque Mossurunga (1879-1970)

3.º OCUPANTE

Benedito Nicolau dos Santos Filho (1914-1987)

4.º OCUPANTE

Alceo Ariosto Bocchino (1918 - 2013)

5.º OCUPANTE

Paulo Sérgio da Graça Torres Pereira (1954)

CADEIRA N.º 17

PATRONO

Eusébio Silveira da Motta (1847-1909)

FUNDADOR

Dário Persiano de Castro Vellozo (1869-1937)

1.º OCUPANTE

Dicesar Plaisant (1894-1969)

2.º OCUPANTE

Flávio Suplicy de Lacerda (1903-1983)

3.º OCUPANTE

Euro Brandão (1924-2000)

4º OCUPANTE

Clemente Ivo Juliatto (1940)

CADEIRA N.º 18

PATRONO
Joaquim de Almeida Faria Sobrinho (1847-1909)
FUNDADOR
Hipólito Pacheco Alves de Araújo (1969-1946)
1.º OCUPANTE
Manoel de Lacerda Pinto (1893-1974)
2.º OCUPANTE
Francisco da Cunha Pereira Filho (1926-2009)
3º OCUPANTE
José Laurentino Gomes (1956)

CADEIRA N.º 19

PATRONO
José Gonçalves de Moraes (1849-1909)
FUNDADOR
José Gelbecke (1879-1960)
1.º OCUPANTE
Arildo José de Albuquerque (1914-1974)
2.º OCUPANTE
Joaquim Carvalho (1910-1974)
3.º OCUPANTE
Carlos Alberto Sanches (1941)

CADEIRA N.º 20

PATRONO
Albino José Silva (1845-1905)
FUNDADOR
José Niepce da Silva (1876-1935)
1.º OCUPANTE
Ciro Silva (1883-1968)
2.º OCUPANTE
Francisco Pereira da Silva (1909-1974)
3.º OCUPANTE
Samuel Guimarães da Costa (1917-1997)
4.º OCUPANTE
Luiz Geraldo Mazza (1931)

CADEIRA N.º 21

PATRONO
João Evangelista Braga (1850-1913)
FUNDADOR
Leônidas Moura de Loyola (1892-1938)
1.º OCUPANTE
Milton Erickson Carneiro (1902-1975)
2.º OCUPANTE
Ernani Simas Alves (1914-2000)
3º OCUPANTE
Albino de Brito Freire (1941)

CADEIRA N.º 22

PATRONO
Monsenhor Manoel Vicente Montepoliciano da Silva (1851-1909)
FUNDADOR
Bispo Dom Alberto José Gonçalves (1859-1945)
1.º OCUPANTE
Carlos Stellfeld (1900-1970)
2.º OCUPANTE
Metry Bacila (1922 - 2012)
3.º OCUPANTE
João José Bigarella (1923 - 2016)
4.º OCUPANTE
Etel Frota (1952)

CADEIRA N.º 23

PATRONO
Fernando Machado Simas (1851-1916)
FUNDADOR
Ernesto Luiz de Oliveira (1874-1938)
1.º OCUPANTE
Hugo Gutierrez Simas (1883-1941)
2.º OCUPANTE
Arthur Ferreira dos Santos (1894-1972)
3.º OCUPANTE
Odilon Túlio Vargas (1929-2008)
4º OCUPANTE
Jeorling Joely Cordeiro Cleve (1932)

CADEIRA.º 24

PATRONO
Luiz Ferreira França (1853-1921)
FUNDADOR
Serafim França (1888-1967)
1.º OCUPANTE
Assad Amadeu Yassim (1935-1985)
2.º OCUPANTE
Chloris Casagrande Justen (1923)

CADEIRA N.º 25

PATRONO
Vicente Machado da Silva Lima (1860-1907)
FUNDADOR
João Cândido Ferreira (1864-1948)
1.º OCUPANTE
Bento Munhoz da Rocha Neto (1905-1973)
2.º OCUPANTE
Ruy Noronha Miranda (1914-2010)
3º OCUPANTE
Paulo Vítola (1947)

CADEIRA N.º 26

PATRONO

Joaquim Dias da Rocha Filho (1862-1895)

FUNDADOR

Francisco Heráclito Ferreira Leite (1889-1982)

1.º OCUPANTE

Wilson da Silva Bóia (1927-2005)

2.º OCUPANTE

Leo de Almeida Neves (1932 -2020)

CADEIRA N.º 27

PATRONO

Domingos Virgílio do Nascimento (1862-1915)

FUNDADOR

Omar Gonçalves da Motta (1910-1972)

1.º OCUPANTE

Noel Nascimento (1925-2013)

2.º OCUPANTE

Marta Morais da Costa (1945)

CADEIRA N.º 28

PATRONO

Francisco Carvalho de Oliveira (1863-1927)

FUNDADOR

Rodrigo Júnior (1887-1964)

(João Baptista Carvalho de Oliveira)

1.º OCUPANTE

Leonardo Henke (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Helena Kolody (1912-2004)

3º OCUPANTE

Belmiro Valverde Jobim Castor (1942-2014)

4º OCUPANTE

Nilson Monteiro (1951)

CADEIRA N.º 29

PATRONO

Leônidas Fernandes de Barros (1865-1926)

FUNDADOR

Adolpho Jansen Werneck de Capistrano (1879-1932)

1.º OCUPANTE

Alcindo Lima (1902-1935)

2.º OCUPANTE

Carlos Alberto Teixeira Coelho Júnior (1894-1969)

3.º OCUPANTE

Ladislau Romanowski (1902-1997)

4.º OCUPANTE

Leonilda Justus (1923-2012)

5º OCUPANTE

Darci Piana (1941)

CADEIRA N.º 30

PATRONO

Emiliano David Perneta (1866-1921)

FUNDADOR

José Henrique de Santa Rita (1872-1944)

1.º OCUPANTE

Octávio De Sá Barreto (1906-1986)

2.º OCUPANTE

Oldemar Justus (1922-2006)

3º OCUPANTE

Adherbal Fortes de Sá Júnior (1938)

CADEIRA N.º 31

PATRONO

Emílio Correia de Menezes (1866-1918)

FUNDADOR

Helvídio da Silva Pereira (1883-19?)

1.º OCUPANTE

Lauro Grein Filho (1921 - 2015)

2.º OCUPANTE

Roberto Gomes (1944)

CADEIRA N.º 32

PATRONO

Joaquim Procópio Pinto Chichorro Júnior (1866-1926)

FUNDADOR

Alceu Chichorro (1896-1977)

1.º OCUPANTE

Emílio Leão de Mattos Sounis (1913-1999)

2º OCUPANTE

José Wanderlei Miranda de Resende (1938 - 2016)

3º OCUPANTE

Luci Collin (1964)

CADEIRA N.º 33

PATRONO

Nestor Pereira de Castro (1867-1906)

FUNDADOR

Samuel César de Oliveira (1895-1934)

1.º OCUPANTE

Alfredo Romário Martins (1874-1948)

2.º OCUPANTE

José Loureiro Ascenção Fernandes (1903-1977)

3.º OCUPANTE

Edwino Donato Tempski (1913-1995)

4.º OCUPANTE

Edilberto Trevisan (1923-2010)

5º OCUPANTE

Roberto Mugiaatti (1937)

CADEIRA N.º 34

PATRONO
Júlio David Perneta (1869-1921)
FUNDADOR
João David Perneta (1874-1933)
1.º OCUPANTE
Raul Rodrigues Gomes (1889-1975)
2.º OCUPANTE
Antônio Celso Mendes (1934)

CADEIRA N.º 35

PATRONO
Nilo Cairo da Silva (1874-1928)
FUNDADOR
José Pereira de Macedo (1883-1965)
1.º OCUPANTE
Mario Braga de Abreu (1906-1981)
2.º OCUPANTE
Moysés Goldstein Paciornik (1914-2008)
3º OCUPANTE
Ricardo Pasquini (1938)

CADEIRA N.º 36

PATRONO
Ricardo Pereira de Lemos (1871-1932)
FUNDADOR
Heitor Stockler de França (1888-1975)
1.º OCUPANTE
Apollo Taborda França (1926-2017)
2.º OCUPANTE
Marcio Renato dos Santos (1974)

CADEIRA N.º 37

PATRONO
Ismael Alves Pereira Martins (1876-1926)
FUNDADOR
Vicente Montepoliciano Nascimento Júnior (1880-1958)
1.º OCUPANTE
José Augusto Gumy (1889-1971)
2.º OCUPANTE
Dario Nogueira dos Santos (1899-1980)
3.º OCUPANTE
Pompília Lopes dos Santos (1900-1993)
4.º OCUPANTE
Hellê Vellozo Fernandes (1925-2008)
5º OCUPANTE
Clotilde de Lourdes Branco Germiniani (1938-2018)
6º OCUPANTE
José Pio Martins (1951)

CADEIRA N.º 38

PATRONO
Reinaldino Antônio Scharffenberg de Quadros (1878-1929)
FUNDADOR
Durval Borges de Macedo (1895-1984)
1.º OCUPANTE
Mário Marcondes de Albuquerque (1915-1998)
2.º OCUPANTE
Carlos Roberto Antunes dos Santos (1945-2013)
3.º OCUPANTE
Maria José Justino (1949)

CADEIRA N.º 39

PATRONO
Aristides de Paula França (1879-1910)
FUNDADOR
José Antônio Fernandes Cadilhe (1881-1942)
1.º OCUPANTE
José Farani Mansur Guérios (1906-1943)
2.º OCUPANTE
Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1984)
3.º OCUPANTE
Francisco Filipak (1924-2010)
4º OCUPANTE
Cecília Helm (1937)

CADEIRA N.º 40

PATRONO
Cícero Marcondes França (1884-1908)
FUNDADOR
Generoso Borges de Macedo (1875-1945)
1.º OCUPANTE
Ângelo Guarinello (1876-1959)
2.º OCUPANTE
Alvir Riesemberg (1907-1975)
3.º OCUPANTE
Valério Hoerner Júnior (1943-2015)
4.º OCUPANTE
Antonio Carlos Carneiro Neto (1948)

BENEMÉRITOS

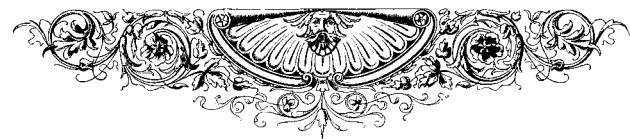
LUÍS RENATO PEDROSO
CAÍQUE FERRANTE

HONORÁRIOS

ENNIO MARQUES FERREIRA
HENRIQUETA P. MONTEIRO GARCEZ DUARTE
ORLANDO SOARES CARBONAR
ERNANI REICHMANN
DEONÍSIO DA SILVA



ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS



Adélia Maria Woellner adeliamaria@hotmail.com	Rodovia Delegado João Leopoldo Jacomel, 5020, casa 659 Piraquara – PR 83310-170	(41) 3673-2384
Adherbal Fortes de Sá Júnior afortesjr@uol.com.br	Rua Ivo Leão, 702, ap.103 Curitiba – PR 80030-180	(41) 3252-2035
Albino de Brito Freire abfreire2007@onda.com.br	Al. Júlia da Costa, 941, ap.902 Curitiba – PR 80430-110	(41) 3015-7214
Antônio Carlos Carneiro Neto carneiro.neto@terra.com.br	Rua Padre Agostinho, 1835, ap. 2302 - Bigorrilho Curitiba – PR 80710-000	(41) 3339-7909
Antônio Celso Mendes antcmendes@gmail.com	Av.Anita Garibaldi, 31, ap.1102 Curitiba – PR 80540-180	(41) 3253-2645
Ário Taborda Dergint ligiadergint@gmail.com.br	Rua Des. Otávio Amaral 770, ap.3 Curitiba – PR 80730-400	(41) 3335-9727
Carlos Alberto Sanches carlosasanches2@yahoo.com.br	Av. Iguaçu, 3000/ 501 Curitiba – PR 80240-031	(41) 3359-3853
Cecília Maria Vieira Helm helmcecilia@gmail.com	Rua Camões, 1790 - ap.101 Curitiba – PR 80040-180	(41) 3254-1914
Chloris Casagrande Justen cjusten@onda.com.br	Rua Des.OtávioAmaral,557 ap.142 Curitiba – PR 80730-400	(41) 3018-1127
Clemente Ivo Julianotto cijpucpr@yahoo.com.br	Rua Justo Azambuja,365 São Paulo – SP 01518-000	(11) 3209 0977

Dante Mendonça dantejmendonca@gmail.com	Rua Augusto Stelfelld, 873 ap. 203, Centro Curitiba – PR 80430-140	(41) 3233-2346
Darci Piana presidencia@fecomerciopr.com.br	Rua Visconde do Rio Branco 931, 6º andar Curitiba – PR 80410-001	(41) 3883-4512
Eduardo Rocha Virmond erv@ervirmond.com.br	Rua Lamenha Lins,940 Curitiba – PR 80020-917	(41) 3222-0348
Ernani Costa Straube ihgpr1900@hotmail.com	Av. Paraná, 775, ap.06 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-4767
Ernani Buchmann ernanibuchmann@gmail.com	Rua Dep. Heitor Alencar Furtado, 1720 ap. 2303 Curitiba – PR 81200-110	(41) 3279-1270
Etel Frota etel.frota.01@gmail.com	Rua Padre Anchieta, 1251 ap.901, Bigorrilho Curitiba – PR 80730-000	(41) 3013-3981
Flávio Arns flavioarns.parana@gmail.com	Rua Nunes Machado,2035 Rebouças Curitiba – PR 80220-070	(41) 3332-9161
Guido Viaro guidoviaro@outlook.com	Rua Rafael Papa , 109 Jardim Social Curitiba – PR 82530-190	(41) 3262-2747
Jeorling Cordeiro Clève dircecleve@onda.com.br	Rua Deputado Mário de Barros, 944 Curitiba – PR 80530-280	(41) 3253-4539
João Manoel Simões	Rua Tibagi, 137/ 142 Curitiba – PR 80060-110	(41) 3222-9988

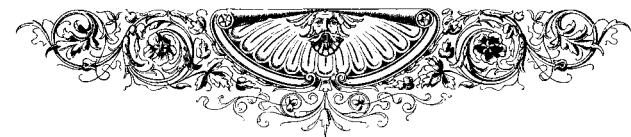
José Pio Martins pio@up.edu.br	Avenida João Gualberto, 2000 ap. 701, Juvevê Curitiba – PR 80030-001	(41) 3253-5166
Laurentino Gomes laurentinogomes@me.com	Rua Vinte e Um, 51 Condomínio Vila Real de Itu Itu–SP 13312-393	(11) 99626-7252
Luci Collin collinluci@gmail.com	Rua Treze de Maio, 1083, ap.41 São Francisco Curitiba – PR 80510-030	(41) 3077- 6079
Luiz Geraldo Mazza cbn@cbncuritiba.com.br	Av. Paraná, 775/01 Curitiba – PR 80035-130	(41) 3252-8504
Marcio Renato dos Santos marcio.renatodossantos@gmail.com	Rua Marechal Hermes, 297, ap.41 Curitiba – PR 80530-230	(41) 3352-9107
Maria José Justino mjjustino@gmail.com	Rua Alfredo Schwartz,37 Santo Inácio, Curitiba – PR 82010-410	(41) 3272-1069
Marta Morais da Costa mcosta45@yahoo.com.br	Avenida Nossa Senhora da Luz, 340 ap.602 - Bacacheri Curitiba – PR 80510-020	(41) 3606-2240
Ney José de Freitas gabneyfreitas@gmail.com	Rua Terra Boa, 36 Pinhais – PR 83324-040	(41) 3310-7000
Nilson Monteiro nilson_monteiro51@hotmail.com	Rua Mauá, 1251, ap.301B Alto da Glória, Curitiba – PR 80030-200	(41) 3267-1112

Oriovisto Guimarães eladir@ogdm.com.br	Alameda Dr. Carlos de Carvalho 417, 25º andar, sala 2501 Curitiba – PR 80410-180	(41) 3335-1441
Paulo Torres drpaulotorres@gmail.com	7 LLOVERA PL ' Palm Cost USA 32164	
Paulo Venturelli paventur@uol.com.br	Rua Nicarágua, 888, ap.103 Curitiba – PR CEP 82510 170	(41) 3356-8010
Paulo Vítola paulovitola@paulovitola.com.br	Rua Padre Agostinho, 1415 Mercês , Curitiba – PR 80710-000	(41) 3405- 3642
Rafael Greca de Macedo rafaelgreca@pmc.curitiba.pr.gov.br	Rua Ébano Pereira,11-14º andar Curitiba – PR 80410-901	(41) 3350-8006 3350-8168
René Ariel Dotti rene.dotti@adv.br	Av. Nossa Senhora da Luz, 2625 Jardim Social, Curitiba – PR 82510-010	(41) 3263-3843
Ricardo Pasquini rpasquini@uol.com.br	Rua Mendelssohn, 50 Vista Alegre, Curitiba – PR 80820-120	(41) 3338-6312

Roberto Gomes roberto.o.gomes@gmail.com	Rua Eça de Queiroz 1102, ap.302 Ahú Curitiba – PR 80540-140	(41) 99855-8052
Roberto Fernando Muggiati muggiati@infolink.com.br	Rua das Laranjeiras, 457 ap.108, bloco B Rio de Janeiro – RJ 22240-005	(21) 3190-4678 (41) 99890-4678
Rui Cavallin Pinto rpullus@turbo.com.br	Av. Vicente Machado 1171, ap.402 Curitiba – PR 80420-011	(41) 3232-8767



SUMÁRIO



PREÂMBULO 5

Editor | Eduardo Rocha Virmond

FLUTUAÇÃO 7

Adélia Maria Woellner

TROTSKY. ASSISTA COM MODERAÇÃO 9

Adherbal Fontes

ABUSO DE AUTORIDADE 13

Albino Freire

50 ANOS DO APOGEU DO FUTEBOL BRASILEIRO 17

Antonio Carlos Carneiro Neto

FELLINI FOI GRANDIOSO ATÉ EM SEUS FRACASSOS 21

Antonio Carlos Carneiro Neto

AS SETE DIMENSÕES DO ANIMAL HUMANO 25

Antonio Celso Mendes

ALÔ? 27

Carlos Alberto Sanches

ENGANO BRÍGIDA/COLOMBO 31

Carlos Alberto Sanches

NO IGARAPÉ MARIAÇU, ALTO SOLIMÕES, AMAZÔNIA 37

Cecília Maria Vieira Helm

AH, OS MEUS IDEAIS! 43

Chloris Casagrande Justen

O ENSINO PÚBLICO NO ESTADO DO PARANÁ 49

Chloris Elaine Justen de Oliveira*

A FOTO, O FATO E O FAKE DOS FATOS 55

Dante Mendonça

PATRIMÔNIO CULTURAL DO PARANÁ 59

Darcy Piana

CRIMES DA LESA-LÍNGUA 61

Deonísio da Silva *

CARPE DIEM E HORÁCIO 63

Eduardo Rocha Virmond

IMPERADORES DE OPERETA 71

Ernani Buchmann

BELVEDERE - ACADEMIA PARANAENSE DE LETRAS 79

Ernani Buchmann

GABRIEL GARCIA MÁRQUEZ: O AMOR, O TEMPO E O CÓLERA 83

Etel Frota

ROUSSEAU, O PAI DO AUTORITARISMO MODERNO 99

Guido Viaro

O GIGANTE PAMPHILO D'ASSUMPÇÃO 107

José Lúcio Glomb*

1870: ESPLendor E RUÍNA DO IMPÉRIO DO BRASIL 117

Laurentino Gomes

VELLOSO, UM PINTOR OBSTINADO 127

Maria José Justino

INCONGRUÊNCIAS 131

Maria Rosa Cartaxo Moura*

* AUTORES CONVIDADOS PARA ESTA EDIÇÃO DA REVISTA

"CONTOS FLUMINENSES", DE MACHADO DE ASSIS:

TRANSITORIEDADE E PERMANÊNCIA 135

Marta Morais da Costa

O REI ESTÁ NÚ? A VAIDADE, A PAIXÃO E O EXTREMISMO COSTUMAM PROVOCAR CEGUEIRA INTELECTUAL 145

Oriovisto Guimarães

A MAGIA DO TEATRO 147

René Ariel Dotti

PUNHAL DE CELOFANE OU: O QUE É A LITERATURA? 149

Roberto Gomes

COLÉGIO ESTADUAL DO PARANÁ, MINHA ALMA MATER LONGE ET LATQUE 163

Roberto Muggiati

CURITIBA: PEQUENA RESENHA HISTÓRICA 173

Rui Cavallin Pinto

AFONSO BOTELHO FOI O NOSSO HERÓI 177

Rui Cavallin Pinto

BENTO MUNHOZ DA ROCHA NETO E O TERRITÓRIO DO IGUAÇU 181

Rui Cavallin Pinto

RELAÇÃO DAS CADEIRAS 207

Patronos | Fundadores | Ocupantes

ENDEREÇOS DOS ACADÊMICOS 221

